

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

Aparício Wolner Biondo

**Transferência de capitais e legitimação entre campos sociais distintos: uma análise da
ação coletiva organizada entre o campo cultural e o campo turístico de Cataguases (MG)**

Juiz de Fora/MG
2019

Aparício Wolner Biondo

Transferência de capitais e legitimação entre campos sociais distintos: uma análise da ação coletiva organizada entre o campo cultural e o campo turístico de Cataguases (MG)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração. Área de concentração: Indivíduo, Organizações e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Juiz de Fora/MG
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Biondo, Aparício Wolner .

Transferência de capitais e legitimação entre campos sociais distintos : uma análise da ação coletiva organizada entre o campo cultural e o campo turístico de Cataguases (MG) / Aparício Wolner Biondo. -- 2019.

146 p.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel

Coorientador:

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Programa de Pós-Graduação em Administração, 2019.

1. Turismo. 2. Patrimônio Cultural. 3. Bourdieu. 4. Ação Coletiva.
I. Pimentel , Prof. Dr. Thiago Duarte, orient. II. , , coorient. III. Título.

Aparício Wolner Biondo

Transferência de capitais e legitimação entre campos sociais distintos: uma análise da ação coletiva organizada entre o campo cultural e o campo turístico de Cataguases (MG)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração. Área de concentração: Indivíduo, Organizações e Sociedade.

Aprovado em: 31/07/2019

BANCA EXAMINADORA



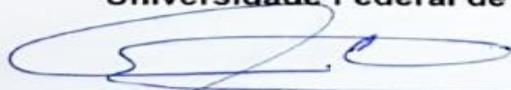
Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel
Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Wescley Silva Xavier
Universidade Federal de Viçosa



Prof. Dr. Alfredo Argentino César Dachary
Universidad de Guadalajara/UdG (México)

RESUMO

A utilização do patrimônio cultural como mecanismo para atrair turismo – e, por consequência, obter benefícios econômicos para um lugar - pode contribuir, principalmente, para a valorização, manutenção e proteção de um patrimônio existente. O objetivo desta pesquisa foi identificar se há, e de que maneira ocorre, a transferência de capitais do campo cultural (especificamente o subcampo do patrimônio) para o campo turístico em Cataguases/MG, por meio dos seus agentes; e quais os resultados de suas interações (ação coletiva organizada), considerando o escopo de sua materialização em políticas públicas municipais (turísticas e culturais) no período de gestão municipal de 2017-2020. Para tanto, utilizou-se a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, particularmente para a definição dos conceitos centrais: campo e *habitus* e a definição de como tais estruturas podem ser analisadas com relação a formação de grupos sociais organizados. Assim, adicionalmente, se utilizou o Modelo de Estruturação da Ação Coletiva de Pimentel como forma de se sistematizar o processo de formação de uma ação coletiva organizada. Foram especificamente objeto desta análise o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC) de Cataguases. Metodologicamente, foram utilizadas diferentes técnicas de pesquisa, especificamente entrevistas semiestruturadas e observação participante, além de revisão documental para a identificação das informações necessárias ao desenvolvimento da análise proposta. Desta forma, se observou como se estrutura a ação coletiva entre o campo do patrimônio cultural e o campo turístico. Como resultado, foi encontrado que o agente Secretaria de Cultura e Turismo é um ator central nos dois campos analisados. Foi possível verificar que os atores do patrimônio cultural possuem uma disposição para a preservação e manutenção do patrimônio da cidade. Por outro lado, no campo do turismo, os atores pouco participam das reuniões, mantendo uma inércia em relação as ações para o turismo e mantendo uma disposição de inatividade frente ao desenvolvimento do mesmo. Nesse caso, foi observado que tal fragmentação é um reflexo da falta de organização entre as organizações com interesse no desenvolvimento do turismo em Cataguases, mesmo o patrimônio cultural sendo um potencial atrativo. A tomada de posição possui características diferentes nos campos. Em relação ao COMPAC foi identificado que os membros do Conselho participam ativamente das reuniões, assim como participam das discussões. Já nas reuniões do COMTUR, os temas propostos são direcionados por um único ator e não existe uma participação assídua dos agentes. Assim, em relação a ação coletiva, identificou-se que o campo do patrimônio cultural está no estágio de identificação dos agentes, enquanto o campo do turismo ainda está em uma etapa prematura de

interação. A hipótese do trabalho foi comprovada: a ação coletiva entre o campo do patrimônio cultural e o campo turístico é muito limitada, portanto, não gera resultados concretos por meio das políticas públicas que possam, por exemplo, gerar uma apropriação do patrimônio pelo do turismo. Deste modo, como conclusão, se evidenciou uma limitada transferência de capital do campo do patrimônio para o campo turístico.

Palavras-chave: Turismo, Patrimônio Cultural, Bourdieu, Ação Coletiva.

RESUMEN

El uso del patrimonio cultural como un mecanismo para atraer el turismo - y, por consiguiente, para obtener beneficios económicos a un lugar - puede contribuir principalmente a la valorización, el mantenimiento y la protección de un patrimonio existente. El objetivo de esta investigación fue identificar si hay y de qué manera ocurre la transferencia de capital del campo cultural (específicamente el subcampo del patrimonio) al campo turístico en Cataguases/MG, a través de sus agentes; y cuáles son los resultados de sus interacciones (acción colectiva organizada), considerando el alcance de su materialización en políticas públicas municipales (turísticas y culturales) durante el período de gestión municipal 2017-2020. Para ello, se utilizó la teoría de los campos sociales de Pierre Bourdieu, particularmente para la definición de los conceptos centrales: campo y *habitus* y la definición de cómo se pueden analizar tales estructuras en relación a la formación de grupos sociales organizados. Además, se utilizó el Modelo de Estructuración de la Acción Colectiva de Pimentel como una forma de sistematizar el proceso de formación de una acción colectiva organizada. Fueron específicamente objeto de este análisis el Consejo Municipal de Turismo (COMTUR) y el Consejo Municipal de Patrimonio Cultural (COMPAC) de Cataguases. Metodológicamente, se utilizaron diferentes técnicas de investigación, específicamente entrevistas semiestructuradas y observación participante, además de revisión documental, para identificar la información necesaria para desarrollar el análisis propuesto. De ese modo, se observó cómo se estructura la acción colectiva entre el campo del patrimonio cultural y el campo turístico. Como resultado, se encontró que el agente Secretario de Cultura y Turismo es un actor central en los dos campos analizados. La disposición en el campo del turismo se centra en este agente. Se pudo verificar que los actores del patrimonio cultural se disponen de manera más equilibrada para la preservación y manutención del patrimonio de la ciudad. Por otro lado, en el campo del turismo, los actores poco asisten a las reuniones, manteniendo una inercia con relación a sus acciones para el turismo, manteniendo una disposición de inactividad frente al desarrollo del mismo. En este caso, se observó que tal fragmentación es un reflejo de la falta de organización entre las organizaciones que tienen interés en el desarrollo del turismo en Cataguases, aunque el patrimonio cultural sea un atractivo potencial. La posición de los agentes tiene diferentes características en los campos. En relación al COMPAC, se identificó que los miembros participan activamente en las reuniones, así como en las discusiones. En las reuniones del COMTUR, los temas propuestos están dirigidos por uno único actor y no hay una participación efectiva de los agentes. Así, en relación con la acción colectiva, se identificó que el campo del

patrimonio cultural se encuentra en la etapa de identificación de los agentes, mientras que el campo del turismo aún se encuentra en una etapa prematura de interacción. La hipótesis del trabajo ha sido comprobada: la acción colectiva entre el campo del patrimonio cultural y el turismo es muy limitada, por lo tanto, no genera resultados concretos a través de políticas públicas, que pueden, por ejemplo, generar una apropiación del patrimonio por medio del turismo. Como conclusión, se evidenció una limitada transferencia de capital del campo del patrimonio al campo turístico.

Palabras clave: Turismo, Patrimonio Cultural, Bourdieu, Acción Colectiva.

ABSTRACT

The use of cultural heritage as a mechanism to attract tourism - and, therefore, to obtain economic benefits to a place - can contribute mainly to the valuation, maintenance and protection of an existing heritage. The objective of this research was to identify if there is and how it happens the transfer of capital from the cultural field (specifically the sub-field of heritage) to the tourist field in Cataguases/MG, through its agents and what are the results of their interactions (organized collective action), considering the extent of its materialization in municipal public policies (tourism and cultural) during the period of municipal management 2017-2020. For this, Pierre Bourdieu's theory of social fields was used, particularly for the definition of the central concepts: field and *habitus* and the definition of how such structures can be analysed in relation to the formation of organized social groups. Thus, in addition, the collective action structuring model, from Pimentel, was used as a way to systematize the process of forming an organized collective action. The Municipal Council of Tourism (COMTUR) and the Municipal Council of Cultural Heritage (COMPAC) of Cataguases were specifically the object of this analysis. Methodologically, different research techniques were used, specifically semi-structured interviews and participant observation, as well as documentary review, to identify the information necessary to develop the proposed analysis. Thus, it was observed how the collective action of the cultural heritage field is structured for the tourist field. As a result, it was found that the Secretary of Culture and Tourism is a central actor in the both fields analysed. The disposition in the field of tourism focuses on this agent. It was possible to verify that the cultural heritage actors have a disposition for the preservation and maintenance of the city's heritage. On the other hand, in the field of tourism, the actors participate little in the meetings, maintaining an inertia in relation to the actions for tourism, maintaining a disposition of inactivity in the face of tourism development. In this case, it was observed that such fragmentation is a reflection of the lack of organization among organizations interested in the development of tourism in Cataguases, even though cultural heritage is an potential attractive. The position of the agents has different characteristics in the fields. In relation to COMPAC, it was identified that the members actively participate in the meetings, as well as in the discussions. In the meetings of COMTUR, the proposed topics are directed by only one actor and there is no assiduous participation of the agents. Thus, in relation to collective action, it was identified that in the field of cultural heritage is in the stage of identification of agents, while the field of tourism is still at a premature stage of interaction, where even in a situation of co-presence does not identify a collective identity in the field. The hypothesis of the work

has been confirmed: there is no collective action between the field of cultural heritage and tourism, which manages concrete results through public policies, which can, for example, generate an appropriation of heritage through tourism. Thus, in conclusion, it was evidenced that there is no transfer of capital from the heritage field to the tourist field.

Keywords: Tourism, Cultural Heritage, Bourdieu, Collective Action

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - SÍNTESE DOS TIPOS DE CAPITAL	31
QUADRO 2 - CRITÉRIOS DE ANÁLISE DO VOLUME DE CAPITAL	62
QUADRO 3 - CRITÉRIOS DE ANÁLISE DA TOMADA DE POSIÇÃO	63
QUADRO 4- MARCO REFERENCIAL DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	64
QUADRO 5 – POLÍTICAS E LEIS DO MUNICÍPIO DE CATAGUASES	80
QUADRO 6 - MEMBROS DO COMPAC SEGUNDO O SETOR DE INTERESSE REPRESENTADO ..	90
QUADRO 7- SEQUÊNCIA DAS REUNIÕES DO COMPAC POR ANO	92
QUADRO 8 - SÍNTESE DOS TEMAS E RESULTADOS DO COMPAC	98
QUADRO 9 - MEMBROS DO COMTUR SEGUNDO O SETOR DE INTERESSE REPRESENTADO	106
QUADRO 10 - SEQUÊNCIA DAS REUNIÕES DO COMTUR POR ANO	108
QUADRO 11 - SÍNTESE DOS TEMAS E RESULTADOS DO COMTUR.....	115
QUADRO 12 - SÍNTESE DOS AGENTES PARTICIPANTES NO COMTUR E NO COMPAC.....	124
FIGURA 1 - ESQUEMA CONCEITUAL DE ANÁLISE DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS DE AÇÃO COLETIVA, ATRAVÉS DE 3 MOMENTOS.	37
FIGURA 2 - RECONFIGURAÇÃO DO CAMPO.....	40
FIGURA 3 MAPA DE PERÍMETRO DE TOMBAMENTO REGIÃO CENTRAL DE CATAGUASES – PRÉDIO HISTÓRICO E OBRAS MODERNISTAS	71
FIGURA 4– PRÉDIO DA COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE CATAGUASES (CFTC) .	72
FIGURA 5– GRANDE HOTEL VILAS E ESTAÇÃO FERROVIÁRIA.....	72
FIGURA 6- BIBLIOTECA MUNICIPAL	73
FIGURA 7- PREFEITURA MUNICIPAL E CÂMARA DOS VEREADORES	73
FIGURA 8- PONTE METÁLICA.....	73
FIGURA 9- VILA OPERÁRIA	74
FIGURA 10- RESIDÊNCIA FRANCISCO INÁCIO PEIXOTO – PROJETADA POR OSCAR NIEMEYER, COM PAISAGISMO DE BURLE MARX, ESCULTURAS DE JAN ZACH E JOSÉ PEDROSA.....	74
FIGURA 11- HOTEL CATAGUASES – PROJETADO POR ALDARY HENRIQUES TOLEDO E GILBERTO LYRA DE LEMOS, PAISAGISMO DE CARLOS PERRY E ESCULTURA DE JAN ZACH.	74
FIGURA 12- COLÉGIO CATAGUASES – PROJETADO POR OSCAR NIEMEYER, PAISAGISMO DE BURLE MARX, ESCULTURA DE JAN ZACH, PAINÉIS DE CÂNDIDO PORTINARI E PAULO WERNECK.....	75

FIGURA 13- CINE TEATRO DE CATAGUASES, PROJETADO POR ALDARY HENRIQUES TOLEDO E CARLOS AZEVEDO LEÃO.	75
FIGURA 14- EDIFÍCIO A NACIONAL – PROJETADO POR MM ROBERTO	75
FIGURA 15- MONUMENTO A JOSÉ INÁCIO PEIXOTO – PROJETADO POR FRANCISCO BOLONHA, ESCULTURA DE BRUNO GIORGIO E PAINEL DE CÂNDIDO PORTINARI.....	76

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CATEGORIZAÇÃO DE CATAGUASES NO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2019-2021	79
TABELA 2 - VOLUME DE CAPITAL DO COMPAC	91
TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DO COMPAC ENTRE 2017-2018.....	93
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS INTERVENÇÕES DAS ENTIDADES NAS REUNIÕES DO COMPAC POR REUNIÃO.....	94
TABELA 5 - MENÇÃO DOS ATORES DO COMPAC	95
TABELA 6 - TOMADA DE POSIÇÃO COMPAC.....	95
TABELA 7- CAPITAL EFETIVO, UTILIZADO COMPAC	96
TABELA 8 - VOLUME DE CAPITAL DOS ATORES DO COMTUR.....	106
TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DO COMTUR ENTRE 2017-2019.....	108
TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DAS INTERVENÇÕES DAS ENTIDADES NAS REUNIÕES DO COMTUR.....	110
TABELA 11 - MENÇÃO DOS AGENTES DO COMTUR.....	111
TABELA 12 - TOMADA DE POSIÇÃO COMTUR	112
TABELA 13 - CAPITAL EFETIVO, UTILIZADO COMTUR.....	112

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. AÇÃO COLETIVA ORGANIZADA	24
2.1 ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE.....	24
2.2 ESTUDO DOS CAMPOS SOCIAIS E AS CATEGORIAS TEÓRICAS DE PIERRE BOURDIEU	26
2.2.1 Teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu	26
2.2.2 Conceitos centrais na obra de Bourdieu: campo, <i>habitus</i> e capital	28
2.3 ESTRUTURAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA ORGANIZADA.....	33
2.3.1 Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva de Thiago Pimentel 34	
2.4 SÍNTESE DAS CATEGORIAS TEÓRICAS DE ANÁLISE E RELAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO.....	38
3. GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL: notas para o enquadramento do objeto de pesquisa	41
3.1 GESTÃO PÚBLICA SOCIETAL E OS CONSELHOS GESTORES	44
3.2 GESTÃO PÚBLICA DO PATRIMÔNIO NO BRASIL	47
3.3 GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO NO BRASIL	51
4. METODOLOGIA	57
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	57
4.2 DESCRIÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO: <i>LÓCUS</i> DE ESTUDO, UNIDADE DE ANÁLISE, DEFINIÇÃO DO PERÍODO DE ANÁLISE	57
4.3 DESENHO DA PESQUISA: COLETA DE DADOS.....	59
4.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	61
4.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	64
5. AÇÃO COLETIVA ENTRE O CAMPO TURÍSTICO E O CAMPO PATRIMONIAL EM CATAGUASES	66
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA	66
5.2 HISTÓRICO DE CATAGUASES.....	67
5.3 O IPHAN E O TOMBAMENTO EM CATAGUASES	69
5.4 O TURISMO EM CATAGUASES.....	78

5.5 O CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E TURÍSTICO DE CATAGUASES

80

5.5.1	Análise das políticas de turismo e do patrimônio cultural no município de Cataguases	80
(1)	Plano Diretor Participativo de Cataguases de 2006	80
(2)	Lei Orgânica Municipal de 2016	81
(3)	Lei nº 3746/2009 Programa Municipal de Incentivo à Cultura, denominada Lei Ascânio Lopes	81
(4)	Projeto de Lei Complementar – Lei Orgânica da Secretaria de Cultura de Cataguases 055/2018 – implementada a partir de 23 de agosto de 2018	82
(5)	Código Municipal de Turismo 2018 Lei nº 4.570/2018	84
(6)	Plano Municipal de Turismo 2018-2019	88
5.6	ANÁLISE DOS CAMPOS SOCIAIS REPRESENTADOS PELO COMPAC E PELO COMTUR	89
5.6.1	Campo e <i>Habitus</i> COMPAC	90
5.6.2	Ação Coletiva no COMPAC	102
5.6.3	Campo e <i>Habitus</i> COMTUR	105
5.6.4	Ação Coletiva no COMTUR	118
5.7	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL DO COMPAC PARA O COMTUR	121
6.	CONCLUSÕES	128
7.	REFERÊNCIAS	132
	APÊNDICE 1 - REPRESENTANTES POR ENTIDADE COMTUR.....	140
	APÊNDICE 2 - REPRESENTANTES POR ENTIDADE COMPAC	141
	APÊNDICE 3 – ENTREVISTADOS REPRESENTANTES DO COMTUR E DO COMPAC	142
	APÊNDICE 4 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	144
	APÊNDICE 5 – SÍNTESE DOS CÁLCULOS DO VOLUME DE CAPITAL DO COMPAC	145

1. INTRODUÇÃO

Bourdieu (2008) aponta que a arte, enquanto elemento de consumo, tem a função de legitimação das funções sociais. Na sociedade globalizada, o patrimônio se apresenta como um artifício para o estímulo de um sentimento de pertencimento a determinado espaço simbólico, por meio da atribuição de sentidos que atestam um caráter singular a determinada comunidade (BONFIM, 2006; BONFIM; ARGÔLO, 2009).

Por outro lado, a valorização de uma identidade vinculada ao patrimônio depende de como se articulam os discursos sobre este tema, no âmbito local. Nesse sentido, segundo Hobsbawm (1983), os símbolos e as representações sociais são invenções institucionalizadas socialmente, em períodos não necessariamente tão anteriores a um momento observado. Assim, o processo de patrimonialização de bens materiais e imateriais deve ser explicado a partir de diversos aspectos: históricos, sociais, culturais, políticos, econômicos etc., que constroem as sociedades. De fato, para o autor, a referência ao passado contribui, pelo menos parcialmente, para a estruturação da vida social, pois determina valores e símbolos que dão sentido às práticas sociais.

Em termos concretos, de acordo com Silva e Silveira (2015), o título ou o reconhecimento de um patrimônio - seja nacional, por meio do tombamento; ou internacionalmente, como é o caso de algumas cidades declaradas como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – ganham visibilidade pelo interesse econômico que pode ser gerado. Este é o caso da atividade turística, que busca fazer dos centros históricos um produto turístico, assim como desperta o interesse cultural relacionado com a preservação.

Considerando, pois, tais reflexões no âmbito institucional, segundo Sant'Anna (2017), o processo de patrimonialização de conjuntos urbanos no Brasil surgiu nos anos 30 com o objetivo de identificar e preservar o patrimônio histórico e artístico nacional, contribuindo para uma maior aproximação e compreensão por parte da população sobre a formação da cultura, da arte e da história nacional. Vale ressaltar que, no período do Estado Novo, governado por Getúlio Vargas (1930-1945), era marcante a busca pela institucionalização de uma identidade nacional. Nesse contexto, segundo Trajano Filho (2018), através da arquitetura e da estética buscava-se a construção de espaços de representação do novo modelo de Estado nacional. Entretanto, ainda segundo o autor, havia disputas entre diferentes estilos estéticos, que concorriam em um mercado de obras que estava em expansão.

Vale destacar que, originalmente, o processo de tombamento¹ era realizado por um organismo de caráter nacional, o IPHAN, enquanto que a responsabilidade pela gestão e principalmente conservação do patrimônio tombado foi delegada aos municípios. Entretanto, já nos anos 1950, os municípios ignoravam tal diretriz, pois os tombamentos passaram a ser considerados um entrave ao crescimento e desenvolvimento econômico na visão das prefeituras (SANT'ANNA, 2017). Foram surgindo, em consequência, algumas divergências relacionadas às regras do tombamento. Uma tentativa de reversão dessa situação perdurou até final dos anos 60, quando o governo federal apresentou o turismo cultural como fonte de desenvolvimento e de geração de renda. Esta apresentação trazia novas diretrizes, incluindo a criação do Programa de Cidades Históricas (PCH), responsável pela política integrada de preservação do patrimônio urbano. Deste modo, buscava-se utilizar o turismo como meio para o desenvolvimento econômico, utilizando como eixo central a preservação do patrimônio para a geração de renda.

Mais recentemente, no contexto das políticas de preservação do século XXI, a definição de cidade-patrimônio está relacionada ao estabelecimento da “centralidade de um lugar”, de modo que a sua importância seja evidenciada a partir da preservação, que vai desde conjuntos arquitetônicos até espaços geográficos (PEREIRA, 2015). Tais elementos são, portanto, simbolicamente relacionados a um passado histórico com importância local, regional, nacional ou internacional.

Assim, se uma localidade tem um reconhecido patrimônio histórico ou cultural, uma alternativa pode ser a sua utilização turística, apoiada por políticas públicas, que contribuam para a criação de locais públicos. Particularmente, estes locais podem ser usados ou consumidos pelos turistas (BENI, 2006; SANTOS, 2016). A busca pelo desenvolvimento econômico, em geral, representa a justificativa-fim para o investimento no turismo. No entanto, em um cenário de riquezas históricas e culturais, é possível observar oportunidades e possibilidades de o turismo ser um instrumento para a valorização do próprio patrimônio. E nesse processo de integração do potencial turístico em função do patrimônio, geralmente considera-se um fator importante a inserção da população residente no reconhecimento de sua história, cultura e identidade.

1 Tombamento “é o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo IPHAN, tendo sido instituído pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto. Para ser tombado, um bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo instituídos pelo Decreto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas” (IPHAN, 2018). Disponível em: <http://portal.Iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>. Acesso em 11 de novembro de 2018.

Dessa forma, o turismo representado para além dos benefícios econômicos que ajudam na conservação do patrimônio (SILVA; SILVEIRA, 2015) pode contribuir para a valorização da identidade local e da preservação dos lugares de importância histórica e cultural. Assim, parece pouco estratégico que a existência de um elevado potencial patrimonial em alguns lugares não seja necessariamente traduzida em produtos e experiências por meio do turismo.

A partir dos dados da Secretaria de Turismo de Minas Gerais, em um estudo apresentado pelo Observatório do Turismo (2017): em 2016 o estado movimentou um fluxo total de 26,1 milhões de turistas, deixando um valor aproximado de R\$ 17,2 bilhões na economia mineira. Vale ressaltar que, conforme tais dados observados, estes números representaram um aumento de 8,2% na receita turística em relação ao ano anterior e foi a maior desde 2008, quando se iniciou tal série histórica. Entre as pessoas que viajavam a passeio ou a lazer, em 2015, 46,2% buscaram turismo cultural, evidenciando a importância deste segmento para a atração de visitantes em Minas Gerais. Além disso, 62,1% eram do próprio estado de Minas Gerais e 51,5% usaram transporte rodoviário. Por outro lado, o uso de transporte aéreo foi 16,9% em relação ao ano anterior. Estes últimos dados caracterizam um perfil de turismo regional verificado no estado de Minas Gerais.

Logo, o patrimônio histórico e cultural tombado tem se mostrado importante recurso para o desenvolvimento de destinos turísticos. Porém, o que se identifica muitas vezes é um *gap* entre o chamado potencial turístico e o produto turístico concreto (PIMENTEL; PIMENTEL, 2012). Isto quer dizer que determinada cidade que venha a possuir tal elemento para a atração de turistas, que é o seu patrimônio cultural e histórico, pode ser carente de estratégias e ações para a organização e oferta destes atrativos como produtos que sejam capazes de contribuir como geradores de desenvolvimento da atividade.

Desse modo, a utilização do turismo nas cidades-patrimônio depende de diversos fatores: acessibilidade e condições de conservação, autenticidade, reconhecimento, aceitação do turismo pelos moradores, facilidades logísticas e proximidade de outras atrações (MCKERCHER; HO, 2006). Além do atrativo cultural para atrair o turista, também é necessário transporte (carro, ônibus, trem, avião) adequado para o seu deslocamento (desde o local de residência) e meios de permanência na cidade (hotel, restaurante etc.) que atendam às suas expectativas (LASH; URRY, 1994).

Ademais, uma paisagem se transforma em uma atração turística quando passa a gerar curiosidade suficiente para atrair as pessoas de outras regiões até o local e permanecerem neste lugar até saciarem a curiosidade inicial (LASH; URRY, 1994). Para isso, segundo MacCannel

(1999) é necessário que a atração passe por um processo de “identificação”, através da divulgação de informações por guias de viagem, roteiros turísticos, site na internet etc., para distingui-la de paisagens similares como, por exemplo, a identificação de uma casa como residência de um pintor famoso em relação a todas as demais casas existentes na região.

Conforme Troncoso (2012), a construção de uma atração turística precisa atender aos interesses e preocupações existentes nas sociedades de origem dos turistas. Este processo é facilitado quando existe o seu reconhecimento por renomadas instituições da área, seja nacional (por meio do tombamento pelo IPHAN) ou internacionalmente, como é o caso de algumas cidades declaradas como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nesse sentido, o reconhecimento do patrimônio cultural é importante para que o produto cultural possa se transformar em um produto turístico, pois a transformação da utilização do patrimônio depende da percepção e dos imaginários sociais construídos que, neste caso, poderiam estar associados justamente ao seu já mencionado processo de reconhecimento. A atuação diante deste processo se realizaria, por exemplo, através da construção social e da política de legitimação de referentes simbólicos por fontes de autoridade (GAITÁN, 2012).

Outro aspecto que muitas vezes limita a adesão do turismo nas cidades-patrimônio, no caso do Brasil, refere-se a ênfase no processo de gestão do patrimônio e do turismo por determinados atores interessados no desenvolvimento da primeira atividade ou da segunda. O Estado é visto como ator central no processo de organização de um destino turístico (IGNARRA, 2003), restringindo a possibilidade do surgimento de novas lideranças na forma de organizações para a realização desta atividade. De mesmo modo, coloca sob responsabilidade do setor público todo o ônus pelos desdobramentos ineficientes e a insustentabilidade das ações realizadas em busca do desenvolvimento turístico. De forma similar também ocorre com as instituições públicas gestoras do patrimônio. Neste sentido, Henriques (2003) enfatiza a necessidade de integração entre o setor público e o setor privado e entre patrimônio e turismo, conciliando esforços para oferecer um produto turístico cultural, bem como satisfazer os consumidores, sejam residentes ou turistas.

Todavia, para alcançar tal interação entre os envolvidos no campo turístico e no campo do patrimônio cultural, como também dentro de cada um destes espaços de interação social, é necessária a existência de algum nível de reconhecimento dos agentes acerca dos benefícios que tais atividades possam trazer a eles. Conforme Pimentel e Pimentel (2012), a coordenação entre os atores envolvidos, quais sejam: sociais individuais, coletivos privados e públicos; na

organização e produção de um destino turístico, não representam uma tarefa simples e linear. Por conta disso, exigem mais que a sensibilização dos agentes sociais, pois nem todos têm interesse na atividade turística e, mesmo os que têm, possuem interesses específicos que podem ser conflitantes.

Deste modo, a explicação das dinâmicas relacionais que resultam nas intervenções turísticas demanda uma explicação que leve em conta a ação social dos atores e suas interações, organizadas ou não, na forma de uma ação coletiva. Uma das possibilidades para tal exercício é a utilização da fundamentação apresentada na Teoria dos Campos Sociais (BOURDIEU, 1996, 2001, 2004). Segundo a teoria, existe um conflito constante entre os agentes que buscam a dominação e conservação das estruturas sociais e os agentes que buscam a transformação dessas estruturas. Além disso, entende-se que a quantidade de capital econômico, social e cultural é acumulada por cada agente envolvido nesta dinâmica, ou seja: o volume de capital determinará as suas possibilidades de intervenção no campo.

Embora o enfoque de Bourdieu seja capaz de diferenciar os atores a partir da quantidade de capital de cada agente, não os distingue quanto ao seu tipo específico (se individual ou coletivo). Este movimento é necessário para que seja possível avançar em uma proposta de coalisão entre os atores, com a finalidade de gerar uma hegemonia. Assim, apesar de reconhecer tais diferenças, um desenvolvimento mais apurado sobre suas especificidades ainda resta por ser feito (BIFANO-OLIVEIRA; PIMENTEL, 2016). Nesse sentido, a possibilidade de explorar este meio pode ser expandida pelo Modelo de Estruturação da Ação Coletiva (PIMENTEL, 2012), que contribui de maneira complementar² ao estudo dos campos sociais de Bourdieu. Além de diferenciar os atores a partir do seu volume de capital e sua capacidade de interferência na realidade, propõe uma análise dinâmica a partir da interação e coalisão dos atores, formando uma ação coletiva que pode interferir, por exemplo, nas políticas públicas turísticas.

2 Embora sejam modelos teóricos diferentes, cada qual explorando a análise da ação social, das estruturas e da mudança de forma própria, busca-se aqui usá-los de forma complementar, em virtude de seus pressupostos ontológicos realistas, sua abordagem epistemológica estrutural-constructivista e sua referência a estruturas (institucionais) prévias que condicionam a ação dos agentes. Na verdade, o Modelo de Estruturação da Ação Coletiva (PIMENTEL, 2012) se insere na tradição realista crítica, dialogando com a abordagem morfogenética e morfoestática da Margaret Archer, como uma possibilidade de extensão e especificação mais detalhada e aplicada dos pressupostos gerais da referida abordagem, derivando assim um modelo de análise sociológica dentro daquela linhagem. Todavia, tal como demonstrado alhures (e.g., VANDENBERGHE, 2010; PIMENTEL, 2012) Archer – quem realizou um estágio pós-doutoral com Pierre Bourdieu, no fim dos anos 1970 – aceita e dialoga com a maior parte dos pressupostos da visão deste autor, tal como informado anteriormente.

Desta forma, seria possível explicar porque as estruturas gestoras locais - enquanto estância de implementação das políticas turísticas – deveriam, em uma situação ideal, ser formadas por representantes dos diferentes componentes da cadeia produtiva do turismo e garantir a colocação de interesses conflitantes em discussão e, no entanto, são em muitos casos estruturas *proforma*, que se estabelecem apenas com o objetivo de valer-se da possibilidade de captação de recursos econômicos (PIMENTEL; RODRIGUEZ 2017; MATA; PIMENTEL; EMMENDOERFER, 2018).

Por outro lado, a subutilização do turismo em cidades com valor patrimonial pode ser resultado de diversos fatores econômicos e políticos. Ainda assim, a explicação baseada na identificação de capitais acumulados; interesses divergentes entre os agentes sociais; a necessidade de reconhecimento destes atores como parte de uma coletividade; bem como a composição dos campos sociais, pode ser usado como base para explicar porque ocorre tal uso, ou a falta de uso, do turismo nestes lugares.

A partir da síntese argumentativa apresentada sobre turismo e patrimônio é possível observar que algumas questões podem explicar a situação de subexploração do potencial turístico no patrimônio cultural urbano:

1. Divergência de visões entre atores dos diferentes campos (econômico e cultural, por exemplo) (SANT'ANNA, 2017);
2. O *gap* entre o chamado potencial turístico e o produto turístico (PIMENTEL; PIMENTEL, 2012);
3. Processo gerencial do patrimônio, em especial, da administração pública (ALMEIDA, 2014);
4. Concorrência pela atração de negócios em cidades que tenham algum outro segmento econômico já desenvolvido, por exemplo: indústria ou comércio; em comparação com as cidades que se caracterizam pelo padrão 3S (sand, sun, and sea - areia, sol e mar), desenvolvidas culturalmente ou não (TIMOTHY; NYAUPANE, 2009).

Por essa razão, em algumas cidades se percebe uma subutilização dos recursos turísticos por meio dos recursos patrimoniais.

A necessidade de convergência e conversão de atributos entre campos sociais distintos tem mobilizado autores para analisar a dinâmica interativa dos campos sociais (BIFANO-OLIVEIRA, 2016; PIMENTEL et al., 2017; MATA; PIMENTEL; EMMENDOERFER, 2018). Porém, algo ainda pouco estudado na literatura e que pretende ser aqui desenvolvido baseia-se na relação trazida a partir dos conceitos de campo e de capitais (BOURDIEU, 2001),

observando a possibilidade de transferência de capitais entre campos distintos por meio de seus agentes. Portanto, sustenta-se a premissa de que pode existir a transferência de capitais de um campo a outro e que este processo tende a emprestar legitimidade ao campo que recebe capitais. Assim, decorreria como uma das possibilidades analíticas lógicas que, empiricamente, o campo do patrimônio poderia transferir parte de seus capitais – capital cultural – ao campo turístico, o qual tenderia a se legitimar com o enriquecimento do seu potencial (e capital) turístico.

Deste modo, o estudo tem como questão principal:

Se há, e de que maneira ocorre, a transferência de capitais do campo cultural (subcampo patrimônio) para o campo turístico em Cataguases/MG, por meio dos seus agentes e quais os resultados de suas interações (ação coletiva organizada), considerando o escopo de sua materialização em políticas públicas municipais (turísticas e culturais), no período de gestão municipal de 2017-2020?

Para responder a esta pergunta, se apresentam as seguintes questões específicas:

1. Como se constitui o campo do turismo e o campo do patrimônio cultural de Cataguases/MG?
2. Existe alguma interação entre os agentes do campo turístico e os agentes do campo do patrimônio cultural na cidade?
3. Há, em termos de ação coletiva organizada entre os campos sociais observados, algum resultado concreto, legitimado/institucionalizado, por meio de políticas públicas, no período de gestão municipal de 2017-2020?

Esta dissertação teve como objetivo geral identificar se há, e de que maneira ocorre, a transferência de capitais *do campo cultural (subcampo patrimônio) para o campo turístico* em Cataguases/MG, por meio dos seus agentes e quais os resultados de suas interações (ação coletiva organizada), considerando o escopo de sua materialização em políticas públicas municipais (turísticas e culturais), no período de gestão municipal de 2017-2020.

Para tanto elencam-se os objetivos específicos:

1. Reconstruir o campo do turismo e o campo do patrimônio cultural de Cataguases/MG, identificando os atores, sua posição e o *habitus* do campo.
2. Compreender se há interação entre os agentes do campo turístico e os agentes do campo do patrimônio cultural na cidade.
3. Analisar se existe em termos de ação coletiva organizada entre os campos sociais observados algum resultado concreto, legitimado/institucionalizado, por meio de políticas públicas, no período de gestão municipal de 2017-2020.

Supõe-se que em Cataguases exista um campo turístico e um campo patrimonial que estão representados por seus respectivos conselhos municipais (onde supostamente se encontram os agentes mais representativos de cada campo). Dessa forma, parte-se da hipótese de que os agentes do turismo e do patrimônio cultural de Cataguases não interagem (ou pelo menos não o fazem como deveriam). Desta forma, os campos em análise estão isolados um em relação ao outro, não havendo (ou havendo uma limitada) transferência de capitais entre eles, o que se manifestaria pela subexploração (econômica) do setor turístico da cidade e, conseqüentemente, à subexploração da possibilidade de diversificação econômica e desenvolvimento social, pela melhoria da qualidade de vida para a população e para os turistas. Desse modo, não existe uma ação coletiva entre os dois campos que gere resultados concretos por meio das políticas públicas que pudesse, por exemplo, gerar uma apropriação do patrimônio por meio do turismo.

A dissertação está composta por seis capítulos. Nesta primeira parte, é introduzido o tema da pesquisa, bem como seus objetivos, justificativa e contribuições esperadas. No Capítulo 2, apresenta-se como marco teórico os estudos organizacionais, com enfoque para a contribuição de Pierre Bourdieu (1996, 2001, 2004) para a análise dos campos sociais. Além disso, apresenta-se o modelo proposto por Pimentel (2012) para a análise da estruturação de uma ação coletiva organizada, contribuindo para a aplicação empírica das categorias teóricas que são propostas por Bourdieu.

No Capítulo 3 é apresentada uma discussão relacionada à gestão pública no Brasil, em particular como as estruturas políticas e os processos de elaboração das políticas públicas, de forma centralizada, e as posteriores estratégias de organização do Estado para a execução de tais políticas é determinante para os resultados relacionados aos temas do turismo e do patrimônio. Em específico, se observam as estruturas que possibilitam a inserção de atores nas instâncias decisórias e a possibilidade de interferência nos processos políticos locais.

No Capítulo 4 apresentam-se as bases metodológicas para a realização da pesquisa. Assim, são ressaltadas as técnicas de coleta e análise dos dados, bem como a elaboração dos instrumentos utilizados em cada etapa da pesquisa, além das particularidades do levantamento empírico dos dados.

No Capítulo 5 são apresentados os resultados e a discussão a que se permitiu chegar com a pesquisa realizada.

Finalmente, no último capítulo, são apresentadas as principais considerações do trabalho, bem como suas limitações e possibilidades para a realização de estudos futuros.

2. AÇÃO COLETIVA ORGANIZADA

2.1 ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

Partindo da noção de que o mundo social está organizado em níveis de realidade e que a realidade social contempla fenômenos (ou estruturas sociais) de diversos tipos em constante interação (RITZER, 1997), como: as famílias, os grupos, a burocracia ou as organizações, autores como Gurvitch (1964), Archer (2010) e Ritzer (1997), concebem o mundo social como um *continuum* micro-macro.

De acordo com Ritzer (1997), no extremo macro ocorrem fenômenos sociais de grande escala, como os sistemas mundiais (capitalismo, socialismo etc.), as sociedades e as culturas, enquanto que no extremo micro estão os atores individuais e suas ações. Ainda, segundo o autor, em um nível intermediário entre tais extremos estão os grupos, as coletividades, as classes sociais e as organizações. No entanto, não é clara a delimitação entre tais níveis. Archer (2010) ressalta, então, que os desenvolvimentos teóricos estiveram sucessivamente inclinados para a análise da estrutura ou da ação, observando uma lacuna de estudos centrados no nível mesosociológico (ARCHER, 2010).

Nesse sentido, Vandenberghe (2010) levanta a noção de que toda explicação social (teoria social) precisa levar em conta pelo menos três aspectos: 1) como ocorre a ação social (dos indivíduos); 2) como estas ações e seus resultados são estabilizados, em termos de estruturas e/ou instituições e; 3) como tais estruturas/instituições, estabilizadas ao longo do tempo, podem ser erodidas, desfeitas e reconstruídas levando assim à transformação social.

Uma das possibilidades de responder a estas questões é utilizar como lente analítica o enfoque no nível mesossociológico. Como aponta Pimentel (2012), este nível de análise da realidade social é estratégico para poder operar as passagens necessárias entre os níveis micro e macro, explicando, por um lado, a emergência de estruturas e instituições e, por outro, os condicionamentos que tais estruturas e instituições impõem sobre a ação social. Portanto, “trata-se de como desenvolver uma explicação teórica adequada que lide simultaneamente com os homens que constituem a sociedade e a formação social de agentes humanos” (ARCHER, 2010, p.1).

De forma ainda mais específica, dentre as diversas possibilidades analíticas existentes, uma das teorias centrais de estudo deste nível mesossociológico é a Teoria das Organizações (TO), que originalmente apresenta-se a partir de dois contornos, ambos produzidos a partir da

década de 1930. Segundo Freddi (1998), o primeiro contorno, da chamada teoria clássica ou ortodoxa, apresenta uma interpretação racional das organizações, fundamentada nos trabalhos de Taylor e Fayol, centrando-se nos valores relacionados a “economia da eficiência” e restrição aos limites do organograma, ou seja: internos à organização; por outro lado, o segundo, ou teoria neoclássica, derivado dos estudos de Mayo, baseia-se nas relações humanas ou coletividade, inserindo a psicologia social e a sociologia ao estudo das organizações.

Em seguida, a partir dos anos de 1940, inicia-se uma terceira etapa dos estudos organizacionais ou “teoria moderna das organizações”, em que se desenvolveram uma diversidade de orientações, dentre as quais cabe destaque: o modelo do processo decisório, a orientação sistêmica e o enfoque sociológico (FREDDI, 1998).

Porém, até a década de 1950, conforme Starbuck (2003, p. 144), a TO ainda tinha um significado amplo, sendo, segundo o autor, Simon (1952) quem vislumbrou-a como uma categoria que abarcava os temas da “psicologia industrial, a psicologia de grupos pequenos, a administração de recursos humanos e estratégia”. Nas décadas subsequentes, apesar destes limites permanecerem ainda pouco claros, houve uma diferenciação entre a “teoria organizacional”, o “comportamento organizacional” e a “administração estratégica” (STARBUCK, 2003).

De acordo com McKinley (2010, p. 49), nas décadas de 1960 e 1970 a teoria organizacional dedicava sua atenção ao estudo das estruturas organizacionais. Nesse período, Meyer e Rowan (1977) argumentavam que as organizações incorporam práticas e procedimentos racionais que são institucionalizados socialmente, o que garante legitimidade aos atores sociais. Com isso, os fatores normativos de apoio e legitimidade têm um papel importante na formação de princípios racionais que são compartilhados dentro das organizações e entre diferentes organizações, como por exemplo: a eficiência, a eficácia e a competitividade.

Sem dúvida, o comportamento simbólico determinado por mitos e símbolos é um elemento estratégico dentro das organizações (MARCH; OLSEN, 2008), de modo que, ao adquirir uma importância simbólica, as práticas sociais se tornam padrões e passam a constituir o arranjo formal da organização.

Portanto, de acordo com Meyer e Rowan (1977), a expansão dos domínios de uma organização a outros espaços é favorecida pela concentração da burocratização (ou seja, de normas e regras) e da legitimação destes processos. Assim, as organizações são instrumento de ação coletiva, à medida que são capazes de manter uma regularidade diante das interferências dos agentes que delas fazem parte (FRIEDBERG, 1996).

Além disso, deve-se considerar que há uma relação estreita entre “organizações” e “poder”, pois as instituições existem à medida que são capazes de influenciar comportamentos, crenças e a ação de indivíduos ou coletividades (LAWRENCE, 2008). Nesse sentido, DiMaggio e Powell (2005) apontam que a “estrutura” e a “cultura” organizacionais se aproximam à medida que aumenta o campo de incerteza e de restrições do ambiente organizacional, bem como quando se estende o tempo de vida da organização. Infere-se que, a longo prazo, mesmo ocorrendo mudanças nas metas ou nos processos produtivos, os tomadores de decisão tendem a construir um ambiente que restringe a possibilidade de continuar a implementação de mudanças indefinidamente. No entanto, há diversos elementos que podem conduzir à mudança nas organizações, como a percepção de aumento da ineficácia, que levará a busca por negociações e abertura a possibilidade de revisão de normas estabelecidas (MEYER; ROWAN, 1977).

Contemporaneamente, tornou-se mais claro o campo que circunscreve a teoria das organizações como o estudo: (1) das organizações individuais como parte de sistemas integrados, (2) das organizações que são semelhantes e (3) as interações entre grupos de organizações (STARBUCK, 2003). Dentro deste espectro, o estudo das organizações pode, contudo, ser observado de uma forma mais profunda quando se utiliza o suporte teórico ancorado pelas ciências sociais. Deste modo, a sociologia das organizações representa a vertente fundamental deste estudo, partindo-se do ponto de que o Estado, as instituições e os atores envolvidos nas dinâmicas sociais são objetos importantes da ação coletiva organizada. Nesse sentido, a adoção do conceito de campo social de Pierre Bourdieu parece ser acertada para a realização do estudo proposto nesta dissertação, como se apresentará na seção subsequente.

2.2 ESTUDO DOS CAMPOS SOCIAIS E AS CATEGORIAS TEÓRICAS DE PIERRE BOURDIEU

2.2.1 Teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu é um sociólogo, antropólogo e filósofo francês que abraçou a Sociologia e ajudou a revitalizá-la e renová-la. Destaca-se seu engajamento pessoal nas lutas sociais contra a globalização neoliberal e a defesa da autonomia intelectual dos grupos marginalizados, em particular os desempregados, os desabrigados e os imigrantes ilegais. O autor se esforçava para

disseminar o pensamento crítico e criar um “intelectual coletivo” capaz de alcançar uma verdadeira política transnacional da razão. A base teórica de Bourdieu combina as premissas de Marx, Durkheim, Bachelard, Weber, Husserl e Merleau-Ponty, gerando como resultado um campo teórico original, que procura revelar a dialética das estruturas sociais e mentais determinantes do processo de dominação dos campos sociais (WACQUANT, 2002).

O autor centra sua análise na relação dialética entre as estruturas objetivas e os fenômenos subjetivos, denominando-se como construtivista-estruturalista (RITZER, 1997). Assim, o núcleo do trabalho de Bourdieu está na relação entre os conceitos de *habitus* e campo, cuja operação vincula e supera a oposição entre objetivismo e subjetivismo. De um lado, o campo condiciona o *habitus*, e por outro, o *habitus* constitui o campo. Deste modo, como menciona Campos e Lima (2018), a sua obra pode ser dividida em duas partes: uma dinâmica e interativa, que está centrada no papel ativo do agente; e outra no conceito do “*habitus*”, que é mecânica e reprodutivista.

Para Ritzer (1997), Bourdieu também critica as perspectivas apenas (ou essencialmente) objetivistas, argumentando que estas ignoram a ação e o agente, centralizando-se nas estruturas objetivas. Além disso, deixam de lado o processo de construção social, em que os atores percebem, pensam e estabelecem essas estruturas, atuando sobre elas. Por outro lado, Bourdieu contrapõe-se às perspectivas que ignoram as estruturas objetivas e se centram na ação, apesar de basear-se nelas para explicar o modo em que os agentes pensam, explicam e representam o mundo (RITZER, 1997).

Segundo Pimentel (2014), a análise das estruturas objetivas representa o eixo central do estruturalismo de Bourdieu pautado na observação das estruturas relacionais. Estas podem ser flexíveis conforme o espaço-tempo, pois considera-se que o campo é determinado por suas instituições e agentes internamente, como também por externalidades e suas estruturas preexistentes.

Bourdieu estabelece, dessa maneira, uma mediação entre o sistema de posições objetivas e as disposições subjetivas, ou seja: uma mediação entre estrutura e ação. Nesse contexto, o conceito de *habitus* tem uma centralidade em sua teoria, sendo considerado o produto das estruturas sociais, mas também o princípio gerador de ações, avaliações e percepções, de forma que o *habitus* estrutura o mundo social (VANDENBERGHE, 1999). Então, nesta dinâmica, o agente é um operador prático de construções da realidade.

Para Vandenberghe (1999), por sua vez, o campo é sempre constituído por relações de forças e lutas, que se desenrolam conforme o poder, o prestígio e todas as espécies de capital, onde os indivíduos buscam manter ou alterar estas estruturas.

Vale ressaltar que a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu apresenta um sistema de categorias, onde a categoria campo somente tem sentido quando se relaciona com as categorias complementares *habitus* e capital (AMPARÁN, 1998). Nesse sentido, os conceitos de campo, capital e *habitus* devem ser observados conjuntamente, com a intenção de identificar as interações entre os agentes individuais ou coletivos que, através de estratégias, lutam para alcançar seus interesses e dominar os espaços sociais.

2.2.2 Conceitos centrais na obra de Bourdieu: campo, *habitus* e capital

Bourdieu observa a sociedade como a junção de diversos campos que estão relacionados entre si e, ao mesmo tempo, são autônomos. O campo é um espaço de relações objetivas individuais, coletivas ou de instituições que competem pela dominação de bens específicos (THIRY-CHERQUES, 2006). Assim, cada espaço corresponde a um campo - econômico, cultural, científico, turístico - onde são determinadas as posições sociais de cada agente, bem como reveladas as figuras de “autoridade”, que são as detentoras de maior volume de capital (SOCHA, 2011).

Dessa forma, o campo consiste em um sistema estruturado de posições estabelecidas por uma relação de forças; uma disputa constante pelo poder (AMPARÁN, 1998) onde os agentes atuam conforme as suas posições dentro deste espaço de interação, conservando ou transformando a sua estrutura (THIRY-CHERQUES, 2006).

Esse processo gera um espaço de conflito entre os atores que, de acordo com a sua posição de subordinante ou subordinado, tentam conservar ou modificar a distribuição de poder. Aqui, o conceito de interesse ganha importância, já que é condição para o funcionamento de um campo e o produto da forma como esse campo funciona (AMPARÁN, 1998). As motivações dos atores são responsáveis por conservar ou modificar a distribuição de poder e, portanto, transformar a estrutura do campo em questão.

Importante considerar que cada campo tem um interesse que é comum a todos os agentes. Este interesse está ligado a sua própria existência e às diversas formas de capital (econômico, cultural e social) que determinarão e reproduzirão as **posições** sociais

(AMPARÁN, 1998). A posição no campo está relacionada com a **tomada de posição**, que depende da intermediação das **disposições** (BOURDIEU, 1996).

O campo de posições é metodologicamente inseparável do campo da tomada de posição, entendido como o sistema estruturado de práticas e expressões de agentes. Os dois espaços, o das posições objetivas e o das posições assumidas, devem ser analisados em conjunto e tratados como "duas traduções da mesma frase" (BOURDIEU, 1993, p. 9, tradução livre, aspas do autor).

Segundo Thiry-Cherques (2006), em qualquer campo existe um conflito entre aqueles que são os dominantes - agentes detentores do monopólio do capital, por meio da violência simbólica (autoridade) - e os que são dominados. Para Bourdieu, as instituições dominantes tendem a “impor” uma cultura, que garante a reprodução do *habitus* e das desigualdades sociais. Assim, instituições como a família e a escola são aparelhos de dominação, pois reproduzem e legitimam as desigualdades sociais (THIRY-CHERQUES, 2006).

Portanto, o campo social é construído pela distribuição dos agentes em função da sua posição. Cada classe de posição corresponde a uma classe de *habitus*. Isto quer dizer que os agentes com posições similares ou próximas tendem a ter o mesmo *habitus*. O *habitus*, portanto, é o estilo de um agente, que está vinculado com as suas práticas e aos seus bens (BOURDIEU, 1996).

Dessa forma, o espaço social ou campo social está composto por diferenciação social, que pode gerar antagonismos individuais e enfrentamentos coletivos entre os agentes que ocupam posições diferentes (BOURDIEU, 1996). Uma classe ou posição pode ser identificada a partir de similitudes entre os indivíduos, pois os agentes da mesma classe são os mais parecidos no maior número de aspectos. Assim, os agentes que possuem posições vizinhas são colocados em condições parecidas, tendo possibilidades de ter disposições (*habitus*) e interesses semelhantes, produzindo assim práticas similares.

A proximidade social é o que permite uma aproximação no espaço, proporcionando uma forma mais ou menos inconsciente de cumplicidade. Por outro lado, a distância social proporciona aversão ou falta de compreensão. Essas afinidades do *habitus* permitem as formas de cumplicidade, amor, associação, amizade etc. (BOURDIEU, 2001).

Segundo Thiry-Cherques (2006), o conceito de *habitus* vem de longa data. Diversos pensadores como: Aristóteles, Tomás de Aquino, Mauss, Hegel, Husserl utilizavam o conceito. Porém, em Bourdieu, *habitus* é definido como um sistema de disposições (modo de pensar, de fazer, de sentir) que condiciona a ação de uma forma específica e em circunstâncias determinadas. Por outro lado, as disposições (*habitus*) são portadoras da história individual e coletiva sendo, desse modo, flexíveis. Adquiridas pela interiorização das estruturas sociais,

estão internalizadas de maneira que ignoramos sua existência. Além disso, é expressa por uma atitude natural de comportamento em certo meio. *Habitus* é adquirido a partir das relações sociais, é condicionante e condicionador das ações (THIRY-CHERQUES, 2006).

Segundo Bourdieu (2001), *habitus* é a maneira de perceber, valorizar e julgar o mundo, bem como a maneira de agir. É composto pelo *ethos* – valores não conscientes, moral –, pelo *héxis* – princípios interiorizados pelo corpo, postura, expressões corporais – e pelo *eidos* – modo de pensar específico. O *habitus* não representa somente um condicionamento, mas uma ação. Ele dispensa o cálculo e a reflexão, pois automatiza as escolhas e as ações em um determinado campo que está presente nos gestos e nas expressões da coletividade inscrita no campo dado. Para Bourdieu, somos produto de estruturas profundas. O *habitus* é uma interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade. Não só está inscrito no indivíduo, o indivíduo também se situa em um determinado universo social: um campo que circunscreve um *habitus* específico (BOURDIEU, 2001, apud THIRY-CHERQUES, 2006).

Porém, Bourdieu não reduz sua análise à ideia de que apenas as práticas sociais dos atores são derivadas da sua posição, pois o conceito de *habitus* entra como um gerador de conduta e práticas sociais. Ou seja, se reconhece que existem estruturas objetivas que determinam as práticas dos atores (posição), mas também se considera que o *habitus* dos atores, que é o lado subjetivo, equilibra esta situação (AMPARÁN, 1998).

Os *habitus* são produtos das posições e por isso são diferenciados (cada posição tem um *habitus*), mas também são diferenciadores (diferenciam/classificam as outras classes ou posições). Porém, somente são diferentes se alguém percebe esta diferença. A maneira de viver dos dominados é sempre percebida, até por eles mesmos, de forma redutora em relação à maneira dos dominantes (BOURDIEU, 1996).

Dessa forma, não se deve tomar como objeto somente essa realidade objetiva (posição), mas também a percepção, as perspectivas, os pontos de vista que os agentes sociais têm dessa realidade a partir da posição em que ocupam no espaço social objetivo, visto que isso também irá contribuir para a construção desse mundo. É importante levar em conta que as percepções são tomadas a partir de um ponto, a partir de uma determinada posição no espaço: dessa maneira, terá pontos de vista diferentes, antagônicos, já que são dependentes da posição no espaço (BOURDIEU, 2004).

Para Bourdieu (1996), a distinção no campo social é representada por atores que ocupam diferentes posições no espaço - determinadas pela quantidade de capital (econômico, cultural e social). Capital, para Bourdieu, tem um sentido complexo. O autor considera capital como: o

capital econômico (ações, dinheiro, bens, riqueza material), o capital cultural (conhecimentos, habilidades, informações), capital social (relaciones sociais, rede de contatos) e o capital simbólico (prestígio honra, é uma síntese dos demais capitais). A posição do agente na estrutura está determinada pelo volume e qualidade de capital que cada agente possui (THIRY-CHERQUES, 2006).

Bourdieu reconhece, em princípio, três formas de capital que vão determinar a posição social dos atores em cada campo (Quadro 1):

Quadro 1 - Síntese dos Tipos de Capital

Capital econômico	Capital cultural	Capital social
<p>É direta e imediatamente convertível em dinheiro, e resulta especialmente indicado para a institucionalização em forma de direitos de propriedade.</p>	<p>Pode ser convertido, em certas condições, em capital econômico e apropriado para a institucionalização, especialmente na forma de graus acadêmicos. Este capital é apresentado em três estados diferentes: Capital cultural incorporado: parte que integra a pessoa, <i>habitus</i>, uma forma totalmente inconsciente. Esse capital só pode ser incorporado ao longo do tempo e enquanto a família possa garantir tempo livre de necessidades econômicas. A exploração deste capital é problemática, uma vez que não pode ser transmitida através de doação ou herança, compra, etc. (Esse capital consiste em habilidades que uma pessoa possui, saber ler, conhecer outras línguas, etc., que podem fornecer benefícios adicionais); Capital cultural objetivado: isso pode ser materialmente transferível através de seu suporte físico (obras de arte, pinturas, etc.), mas somente a propriedade legal é transferível, um elemento que possibilita a verdadeira apropriação ou o capital cultural incorporado não é transferível; Capital cultural institucionalizado: através do título escolar ou acadêmico, é necessário o reconhecimento institucional. O título é uma conversão do capital econômico em capital cultural.</p>	<p>"É um capital de obrigações sociais e 'relações', é também convertível, sob certas condições, em capital econômico, e pode ser institucionalizado na forma de títulos nobres" (Bourdieu, 2001, p.135-136). Esse capital só pode existir a partir de uma relação de troca material ou simbólica, além de sua manutenção ao longo do tempo. O capital social tem um efeito multiplicador sobre o capital realmente disponível, pertencendo a grupos e redes fornece benefícios materiais, simbólicos, favores, etc. Requer um esforço para sua manutenção, dispêndio de tempo, energia e, direta ou indiretamente, de capital econômico.</p>
Capital simbólico		
<p>A síntese desses três capitais, a forma que adotam os diferentes tipos de capital uma vez que são percebidos e reconhecidos como legítimos, é o que se chama de capital simbólico. Este capital é o conjunto de rituais de reconhecimento, de honra, de prestígios, etc. (PIMENTEL, 2014). "O capital simbólico é a distribuição das outras formas de capital na forma de reconhecimento ou de valor social" (CAMPOS; LIMA, 2018, p.110)</p>		

Fonte: elaboração própria a partir de Bourdieu (2001).

Estas formas de capital significam formas de poder. A força relativa no jogo, a posição no espaço e as estratégias estão determinadas pelo volume global da estrutura de capital que cada agente possui e também: pela evolução no tempo do volume; pela estrutura do capital (trajetória social) e das disposições (*habitus*) que se construíram com a estrutura objetiva (BOURDIEU, 1993). O capital econômico serve de base para todos os outros capitais

(BOURDIEU, 2001). Porém, existem tipos de capital que podem ser obtidos através do capital econômico, enquanto há capitais que somente podem ser obtidos a partir do capital social.

Os capitais são válidos e eficientes em todos os campos, mas seu valor relativo varia de acordo com os campos. O capital ou o tipo de capital é aquele que é eficiente em um determinado campo, permitindo ao seu portador exercer um poder, uma influência. Em outras palavras: a importância do capital em cada campo dependerá do próprio campo, uma vez que capitais da mesma espécie podem ter valores diferentes em campos diferentes. As posições de força orientarão as estratégias que os agentes, individual ou coletivamente, buscam salvaguardar ou melhorar sua posição e impõem o princípio de hierarquização mais favorável a eles. No entanto, os agentes podem jogar para aumentar ou conservar seu capital, mas também podem trabalhar para transformar as regras. Os campos se interpenetram, se inter-relacionam. O campo é relativamente autônomo e estabelece suas próprias regras, embora sofra influências de outros campos.

Isto quer dizer que o fato de a nossa sociedade o capital econômico ser dominante não significa que ele o seja em outras sociedades, nem em todos os campos, nem que, no futuro, esta situação não possa se alterar (BOURDIEU, 1987, p. 125-126, apud THIRY-CHERQUES, 2006, p. 41).

Nesse sentido, as desigualdades sociais não são dadas somente pelas desigualdades econômicas e sim pelo déficit de todos os capitais. Bourdieu entende recursos ou poder por: capital econômico, social, cultural e simbólico. Nesse sentido, a posição de privilégio ou não de um indivíduo ou grupo de indivíduos está determinada pelo volume e a composição de um ou mais capitais adquiridos ao longo da trajetória social (SOCHA, 2011). Os capitais conferem um poder no campo e sua distribuição constitui a estrutura mesma do campo (BOURDIEU, 1993).

As fronteiras do campo não podem ser delimitadas sem uma investigação empírica, pois estão localizados no ponto em que os efeitos deste campo cessam. Três momentos são necessários para estudar um campo (BOURDIEU, 1993):

1. Analisar a posição do campo em relação ao campo de poder;
2. Estabelecer a estrutura objetiva das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que competem neste campo;
3. Analisar o *habitus* dos agentes, os diferentes sistemas de disposições que eles adquiriram através da internalização de um certo tipo de condições sociais e econômicas e que eles encontram uma trajetória definida dentro do campo considerado uma ocasião mais ou menos favorável de atualização.

De acordo com Bourdieu (1993, p.12), dependendo do volume e da estrutura do capital possuído pelos agentes sociais, estes atores “têm propensão a se orientar ativamente, seja pela conservação da distribuição do capital ou a subversão desta distribuição”.

A luta de classes sociais que ocorre na dinâmica dos campos e subcampos tem como objetivo modificar a estrutura. Em outras palavras: modificar as posições internas que determinam o princípio hierárquico. Porém, não se trata apenas de uma luta política, mas uma luta inconsciente pelo poder. Assim, conforme Thiry-Cherques (2006), o campo do poder é um tipo de “metacampo” que ajusta o conflito entre os campos e subcampos e tal configuração determina a estrutura de posições e as alianças internas e entre os agentes do campo com outros agentes externos.

Bourdieu menciona que, para estudar um campo social, o investigador deve prestar atenção ao imprevisto, quebrando as relações aparentes; e verificar um novo sistema de relações entre os elementos, as relações objetivas, indo mais além das opiniões e intenções do agente em que se investiga. Este agente, este objeto que fala e pensa, mas que não tem consciência das estruturas em que faz parte (THIRY-CHERQUES, 2006).

De todo o mencionado, e de uma maneira sintética, a teoria de Bourdieu descreve que as relações existentes no campo social estão determinadas pelo *habitus* e pela quantidade de capital que cada agente possui. O capital vai determinar as posições dos agentes no campo, o *habitus* ou as disposições vão determinar o que o agente se predispõe a fazer ou não e a maneira como faz (estratégias). Estes agentes individuais ou coletivos, a partir de sua posição e de seu *habitus* podem tomar uma posição, ou seja, tomar uma decisão em relação a sua ação, que vai manter ou mudar o espaço social (BIFANO-OLIVEIRA, 2016, p. 43).

Em forma de síntese, o campo social é definido como um espaço estruturado de posições, que são estabelecidas a partir da distribuição dos diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico). Vale ressaltar que, conforme Vandenberghe (1999), uma das mais importantes propriedades dos campos é a sua possibilidade de transformar uma forma de capital em outra, por exemplo: o capital econômico em capital cultural. Nesse contexto, no caso do campo do patrimônio cultural, o capital cultural já existente pode ser transformado em capital econômico.

2.3 ESTRUTURAÇÃO DA AÇÃO COLETIVA ORGANIZADA

Como se apresentou, a Teoria dos Campos Sociais de Bourdieu aborda a intervenção dos agentes individuais e coletivos para a manutenção ou transformação do campo em questão. Porém, na visão de Bourdieu, os agentes (que são aqueles que *realizam uma ação*, a partir das

suas estratégias) interferem no resultado coletivo da estrutura do campo, não considerando na sua análise as ações coletivas de forma particular, mas de forma geral (individual ou coletiva) (CAMPOS; LIMA, 2018). Nesse trabalho se propõe, ou se supõe, que as ações coletivas têm uma maior possibilidade de interferência nas estruturas dos campos sociais e, portanto, faz-se uma diferenciação na categoria de agente em dos subtipos: os agentes individuais e os agentes coletivos (BIFANO-OLIVEIRA; PIMENTEL, 2016).

A partir da junção de esforços entre os agentes e, logicamente, a junção de capitais entre eles, é possível que se forme uma coalizão dominante com maior volume de capital. Dessa maneira, a ação coletiva tem uma maior capacidade de interferir nas decisões e determinações do campo (PIMENTEL, 2012). O objetivo dessa seção é justamente abordar como se forma uma ação coletiva e sua possibilidade de intervenção na realidade. Essa ação pode ser tanto em direção a transformar as relações dominantes no campo, mudando as regras a partir de uma conjunção de esforços entre diferentes campos para o fortalecimento de ambos, além de uma maior participação dos diferentes atores nas políticas públicas. Por outro lado, pode também ser em direção a manutenção desse campo, satisfazendo as necessidades dos dominantes.

2.3.1 Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva de Thiago Pimentel

Pimentel (2012) elabora uma proposta analítica alternativa situada dentro da perspectiva do realismo crítico. Esta visão tem por objetivo tratar os sistemas sociais de ação coletiva. O modelo assume a existência de três grandes níveis da análise social: nível microssocial, que trata das ordens individual e interacional; o nível mesossocial da ordem institucional; e o nível macrossocial, que está constituído pelas ordens cultural e social.

A partir da identificação desses três níveis, o modelo de estruturação da ação coletiva centra sua análise no nível mesossocial. Essa ordem institucional faz parte de um contexto particular (família, estado, mercado, religião). Para tanto, o autor emprega a noção de campo utilizada por Bachelard e amplamente disseminada por Pierre Bourdieu para delimitar um contexto ou campo em específico. Dessa forma, a noção de campo é a base do contexto de ação das estruturas coletivas (PIMENTEL, 2012; PIMENTEL; RODRIGUEZ, 2017).

A partir da caracterização do campo é possível observar qual o jogo se desenvolve. Isto quer dizer: sua forma de funcionamento; a identificação dos agentes presentes e envolvidos; as

posições destes atores (volume de capital); quais os objetos de disputa entre eles, bem como as regras do jogo e as estratégias de ação de tais agentes (PIMENTEL, 2012).

Para a existência de uma dinâmica de relações entre os atores, ou seja, para o acontecimento do jogo, assim como para a existência do campo, é preciso existir um espaço físico (e social), onde estes atores estarão distribuídos e em possível interação. Essa dimensão espacial é de grande importância, pois nela os constrangimentos estruturais acontecem e são materializados. Dessa forma, o Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva (PIMENTEL, 2012) está formado por três momentos:

M1 - Momento da espacialização: Ocorre a partir da copresença física ou virtual, que permite aos indivíduos compartilharem de uma mesma situação, uma mesma realidade material. Sem a condição de copresença entre os indivíduos não é possível a interação e sem interação não existe realidade social. Nela é possível identificar algumas situações que podem se caracterizar como obstáculos ou oportunidades para que ocorra a interação entre os agentes. Dessa forma, a situação de copresença é fundamental, mas não exclusiva, para a formação e análise da ação coletiva.

A copresença material, que significa compartilhar do mesmo espaço, permite que os indivíduos interajam. São nessas relações, a partir da formação das estruturas sociais, onde se encontram os constrangimentos, culminando em um determinado padrão de interação e possibilitando a formação de uma nova estrutura ou a manutenção da mesma. Em função dessas relações e interações proporcionadas pela situação de copresença física e espacial, as estruturas sociais enfrentam situações e problemas semelhantes, obtendo características comuns, formando as bases para a classificação de um conjunto de indivíduos com características semelhantes.

Por conseguinte, é possível a formação de grupos de interação enquanto estruturas sociais. Mesmo que sejam ainda pré-estruturas, elas tendem a desenvolver novas relações modificando sua estrutura social.

M2 – Momento de identificação: ocorre quando os indivíduos em interação compartilham e acreditam em uma mesma realidade ideal, uma mesma realidade desejada, um mesmo objetivo comum. Essa congruência grupal permite a formação de uma base afetiva de valores e de limites dessa comunidade imaginada, formando o sentimento de pertencimento do indivíduo ao grupo social.

É nesse momento que se estabelecem as bases para a formação e consolidação de uma estrutura social mais densa, em função da intensidade de relações estabelecida entre os

indivíduos do grupo (apesar de ainda ser pré-estruturado). Estas relações individuais envolvidas permitem a elaboração de uma comunidade simbólica com uma identidade coletiva. Dessa forma, o grupo social irá demarcar suas fronteiras a partir dos limites de identidade do grupo e dos seus membros, evidenciando quem pode fazer parte ou não do grupo, quem tem acesso aos benefícios e quem não tem acesso a eles.

Porém, para que isso aconteça, é necessário um mecanismo causal, um acontecimento, refletido na interação ou a aparição de uma outra entidade, ou uma tendência qualquer que irá interferir sobre a estrutura em questão.

O mecanismo causal (ou um deles), para a passagem dos agregados coletivos, pode ser as posições sociais específicas dos agentes dentro de um determinado campo. Os indivíduos tendem a se associar quando estão numa posição subalterna e almejam retirar/desobstruir os obstáculos que os impedem de alcançar algum interesse específico que eles tenham. Ou, no caso daqueles que ocupam uma posição hegemônica, a associação tende, inversamente, a ocorrer para manter seus interesses, benefícios e impedir o acesso a esses recursos por parte dos excluídos (PIMENTEL, 2012, p. 419).

M3 – Momento de expressão e representação política, ou o exercício do poder: aqui são levados em conta tanto o ambiente externo quanto o interno do relacionamento do grupo. Internamente, existirá uma organização em que os indivíduos se diferenciem entre eles e as relações se tornem complexas, já que existe uma estratificação de funções internas que são coordenadas para que a estrutura seja mantida sem nenhuma ruptura, formando uma estrutura social única.

Externamente, o grupo social precisa ser identificado e reconhecido por outros grupos sociais e por outros indivíduos. Para tanto, faz-se necessário que um pequeno grupo ou um indivíduo represente todo o grupo. Esta figura é importante tanto para mediar a situação interna, a partir de delegação de funções, quanto externa, para representar o grupo como um todo por meio de manifestação política. Nesse momento, estabelecidos a coesão identitária, assim como as suas fronteiras, o grupo tem a tendência de se organizar internamente com um maior grau de complexidade nas relações, com papéis e funções definidas e com a representação de um porta-voz. Como resultado dessa tendência, forma-se uma “organização formal”, altamente estruturada, de onde emerge o poder causal de manifestação pública na arena social - com capacidade de expressão política, atuação, intervenção social e com a capacidade de exercer coerção. Assim, terá a capacidade de exercer poder, reproduzir e transformar a realidade.

Ela passa a exercer, como grupo organizado, nas demais estruturas sociais e, sobretudo, na elaboração e/ou transformação de instituições, uma vez que dispõe de recursos, meios e legitimidade entre as demais estruturas sociais para realizar tais ações coletivas (PIMENTEL, 2012, p. 420).

Na figura 1 é apresentada a síntese conceitual proposta por Pimentel (2012).

A partir da revisão do Modelo de Estruturação da Ação Coletiva, é possível perceber que para a formação de uma coalizão com força entre os diferentes agentes de um campo, é necessário um processo que se inicia a partir da dimensão espacial, onde os atores se encontram em uma situação de copresença. A partir desse momento, os atores passam a compartilhar uma mesma realidade e podem gerar um grupo um pouco mais estruturado com uma identidade comum. E, por fim, a partir de uma maior organização interna, esse grupo pode exercer poder e interferir na realidade social. Dessa maneira, quanto mais organizada e melhor definida uma identidade, o grupo social tem maior possibilidade de interferir na realidade, pois é reconhecido pelos outros, e têm, portanto, uma maior legitimidade para tomar decisões.

2.4 SÍNTESE DAS CATEGORIAS TEÓRICAS DE ANÁLISE E RELAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO

A partir do estudo das organizações sociais é possível enfatizar a importância do estudo do nível mesosocial, pois é dentro desse nível de análise que as práticas e procedimentos são institucionalizados socialmente e determinam as formas de interpretação e de comportamento em uma realidade. Entretanto, em função do estudo das organizações ter origem em uma tradição teórica funcionalista, não abrange a relação entre agente e estrutura na determinação de uma organização ou grupo social.

Dessa forma, se propôs a adoção do conceito de campo social de Pierre Bourdieu com o objetivo de buscar mais que uma explicação integrada. Pretendeu-se observar como elementos causais de uma ordem social - não apenas os agentes, nem apenas as estruturas determinantes do poder, mas ambos espectros - de forma complementar, produzem sentidos, que são materializados pela ação humana. Deste modo, Bourdieu estabelece para a compreensão da estrutura social o conceito de *habitus* (disposição), buscando tratar daquilo que estrutura o pensamento e a ação. Por sua vez, os conceitos de posição e tomada de posição são a representação material do *habitus*. Em termos mais práticos, a análise de Bourdieu emprega ainda o conceito de capital, em que a ação em si pode ser observada, em termos de relações e recursos utilizados pelos atores para agir conforme o poder de interferência que desempenham socialmente.

O campo social é definido como um espaço de conflito, uma estrutura de posições, que são estabelecidos a partir da distribuição dos diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico). Deste modo, os agentes se dispõem e tomam posição no campo em busca

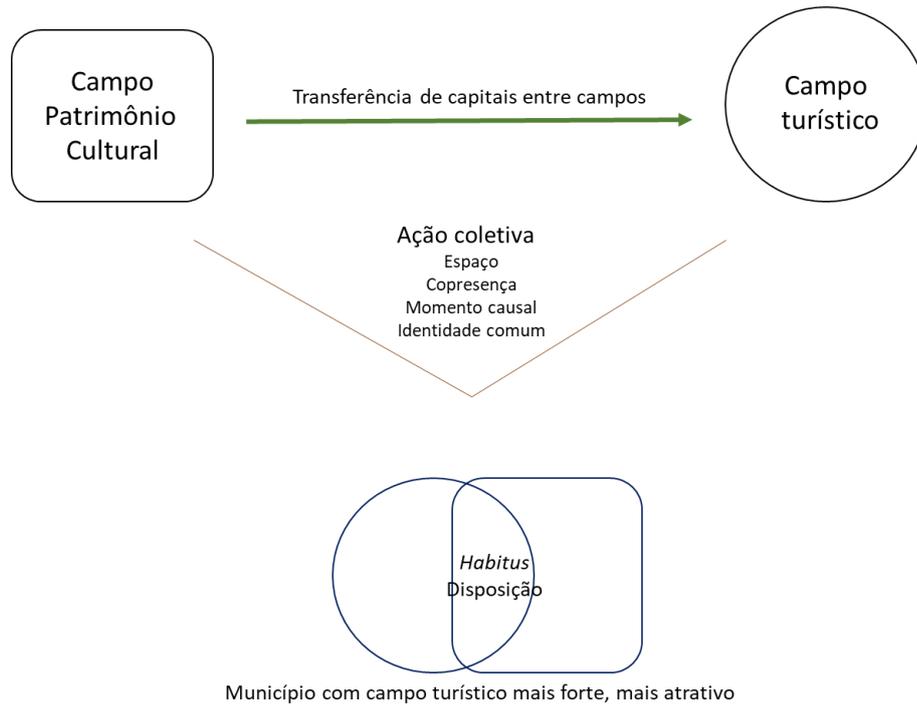
dos benefícios que consideram prioritários aos seus interesses. Nesta dinâmica pode ocorrer tanto a manutenção do poder ou a distribuição dele, transformando o espaço social.

Pimentel (2012) evidencia a necessidade de 3 momentos para a institucionalização de uma ação coletiva com capacidade de interferência na realidade. Em primeiro lugar, a existência de uma situação de copresença; em segundo lugar a formação de uma identidade coletiva e; em terceiro lugar, a aquisição de poder e possibilidade de interferir no campo, por meio do acúmulo de capitais, poder.

A partir da utilização desses dois enfoques, pretende-se estudar e verificar como os agentes do campo do patrimônio cultural e do campo turístico em Cataguases (MG) se relacionam para interferir nas políticas públicas turísticas, sabendo da existência do potencial turístico a partir do patrimônio cultural da cidade, porém pouco explorado. Parte-se das hipóteses de que os agentes do turismo e do patrimônio cultural de Cataguases não interagem, de forma que os campos em análise estão isolados um em relação ao outro, não havendo transferência de capitais entre eles. Desse modo, não existe uma ação coletiva entre os dois campos que gerem resultados concretos por meio das políticas públicas e que pudesse, por exemplo, gerar uma apropriação do patrimônio por meio do turismo.

Na figura 2 há a representação deste argumento por meio das categorias analíticas do modelo de estruturação de ação coletiva, bem como os conceitos de campo e *habitus* de Bourdieu.

Figura 2 - Reconfiguração do campo



Fonte: elaboração própria, 2019.

A partir do aporte teórico apresentado, defende-se que a conjunção de esforços entre os agentes, refletida na formação d/e uma ação coletiva organizada com capacidade de interferir nos espaços de decisão, possibilita maior interferência na realidade por tais agentes. Tendo como evidência a subutilização do turismo em espaços onde esta atividade apresenta um potencial de contribuição econômica e de preservação de espaços protegidos, a questão da participação dos agentes interessados nestes temas na decisão das políticas públicas turísticas torna-se necessária. Nesse cenário, a possibilidade de transferência de capitais entre o campo do patrimônio cultural para o campo turístico pode ser benéfica para ambas partes, sendo possível favorecer um maior número de agentes e, por conseguinte, os residentes do próprio município - em termos culturais, econômicos e sociais.

Porém, essa interferência depende da posição dos agentes e, portanto, da autoridade que detém o poder decisório no campo em análise. Por isso, a interação entre os atores que conhecem as regras do jogo e se reconhecem a partir de um interesse comum pode levar a formação de uma ação coletiva organizada que seja capaz de condicionar as estruturas de poder já existentes no espaço analisado.

3. GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL: notas para o enquadramento do objeto de pesquisa

Segundo Farah (2011), a administração pública enquanto disciplina constituiu-se para atender a necessidade de formar servidores públicos que atuassem dentro das estâncias burocráticas do governo Executivo. No entanto, principalmente a partir da década de 1990, ampliaram-se as fronteiras do que se refere ao termo “público” da administração pública, que incorporou as organizações não governamentais e do setor privado, bem como aquelas instituições dedicadas à inclusão cidadã em processos de formulação, implementação e controle de políticas públicas.

Esta transformação ocorreu em um cenário em que se implementavam grandes mudanças dentro das estruturas de governo e passou-se a abrir oportunidades de atuação de entidades organizadas de diversos setores interessados, não apenas na implementação e no controle de políticas, mas também nos processos decisórios.

A percepção destas mudanças é esclarecida pela influência de modelos externos de gestão governamental. De acordo com Costa (2012), no Brasil, a administração pública com orientação burocrática tem origem na década de 30. Desde então, apenas a reforma administrativa de 1967, por meio do Decreto-lei nº. 200, representou uma ação reformadora mais expressiva, através da descentralização e da desconcentração das funções públicas³, que diminuiu a rigidez e a vagariedade operacional das estruturas burocráticas existentes. Esta reestruturação implicava em alterações na estrutura administrativa direta, composta pela Presidência da República e os Ministérios, como também na administração pública indireta, conformada pelas autarquias, empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Nesse sentido, a descentralização administrativa pretendia agilizar e assegurar objetividade às decisões públicas, aproximando o Estado do público atendido. Isto seria realizado por três frentes relacionadas a delegação de competências às unidades federadas e ao setor privado, segundo o art. 10 do Decreto-Lei nº. 200/67:

1. Distinção clara entre o nível de direção e de execução dentro dos quadros da Administração Federal;

3 “Os princípios fundamentais da administração pública foram consagrados no art. 4º do Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dizia: Art. 4º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: I - Planejamento. II - Coordenação. III - Descentralização. IV - Delegação de Competência. V - Controle.” (COSTA, 2012, p. 77).

2. Realização de convênios entre a Administração Federal e as unidades federadas, que deveriam estar devidamente aparelhadas para operar suas funções;
3. Celebração de contratos de concessões entre a Administração Federal e o setor privado.

O controle da gestão seria exercido pela competência na execução dos programas, observando-se normas orientadoras relacionadas à atividade específica de cada órgão público; por órgãos reguladores do exercício das atividades auxiliares; e por auditoria do gasto público e dos bens da União por órgãos próprios (COSTA, 2012).

Além disso, no final da década de 1970, Costa (2012) menciona que o Estado brasileiro buscou implementar reformas estruturais, no sentido de reduzir as disfunções do modelo burocrático e o centralismo, por meio do Programa Nacional de Desburocratização - conduzido pelo Ministério Extraordinário da Desburocratização, que, todavia, foi perdido durante o processo de democratização ocorrido durante a década de 1980. No mesmo contexto, segundo o autor, o Programa Nacional de Desestatização, originado no âmbito da Comissão Especial de Desestatização, de 1981, foi posteriormente alterado pelos governos Sarney (1986-1988) e Collor (1989-1992), e por fim tornou-se sinônimo de privatizações.

No cenário internacional, a partir da década de 1980, empreendimentos reformistas das competências tradicionais da burocracia foram implementados no Reino Unido, Estados Unidos, Nova Zelândia e Austrália, com o objetivo de tornar o aparelho administrativo Estatal mais eficiente quanto à sua capacidade de “fazer bem a política”, principalmente no que concerne a provisão de bens e serviços públicos (CARNEIRO; MENICUCCI, 2011; KETTL, 2005). Nesse período, também na América Latina, desenrolava-se um intenso debate sobre a governabilidade e a credibilidade do Estado (PAES DE PAULA, 2005), quanto as suas capacidades de cumprir suas funções básicas.

O novo modelo de administração pública proposto era inspirado em instrumentos da gestão empresarial e produzidas num contexto de neoliberalismo (COSTA, 2012). Assim, induziu-se uma ampla reforma gerencial, que resultou no movimento denominado Nova Gestão Pública - NPM (CARNEIRO; MENICUCCI, 2011; ABRUCIO, 2005).

A origem deste direcionamento está nas tentativas de conter o crescimento do Estado, por meio de ações guiadas com o objetivo de recuperar o equilíbrio fiscal e orçamentário, através de cortes no gasto público e controle sobre sua expansão (HOOD, 1991; CARNEIRO; MENICUCCI, 2011), bem como da utilização de tecnologias de informação nestes processos, além da formação de uma agenda internacional com enfoque em temas gerais da administração

pública (HOOD, 1991). Vale observar que, segundo Paes de Paula (2005, p. 38) “o gerencialismo passou a representar as necessidades das mais diversas empresas e governos, transcendendo, portanto, as matrizes histórico-culturais locais”. Deste modo, mesmo que suas origens tenham sido principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos, este movimento passou a determinar os parâmetros de organização da administração e da gestão pública dos países Latino-americanos.

Como resultado das mudanças realizadas, destacam-se principalmente as intervenções no campo social e o reposicionamento na relação entre as esferas públicas e privada. Em linhas gerais, buscava-se a incorporação de critérios utilizados pela administração privada para implementar um redesenho da estrutura, dos procedimentos e das práticas organizacionais do setor público, pautando-se em mudanças institucionais de grande magnitude, inclusive quanto aos valores que regiam a relação das organizações públicas com a sociedade e o mercado (CARNEIRO; MENICUCCI, 2011).

De uma orientação inicial voltada à busca de eficiência e à redução do gasto público, o reformismo associado à NPM avança em direção a questões como: i) o foco em resultados; ii) a qualidade dos serviços prestados; iii) “o empoderamento do cidadão por meio de oportunidades para escolher entre diferentes provedores de serviço e para expressar seu grau de satisfação como usuário” (PACHECO, 2010, p. 189); iv) a *accountability*; e v) a transparência (CARNEIRO; MENICUCCI, 2011, p. 12).

Segundo Oliveira (2009), esse movimento internacional reformador do setor público repercutiu no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Assim, com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), foram revistos o conjunto de atividades do Estado e suas diretrizes de gestão. Neste âmbito, elaborou-se o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que foi concluído em janeiro de 1995 (PAES DE PAULA, 2005; OLIVEIRA, 2009; PINTO; SANTOS, 2017). A execução do PDRAE foi possibilitado a partir da Emenda Constitucional nº 19/998, arrolando-se como diretrizes: 1) a institucionalização, pautando-se na Constituição Federal como preceito legal para implementação das reformas; 2) a racionalização, com o intuito de buscar eficiência e aumento da produtividade de processos administrativos; 3) a flexibilização, para promover a autonomia dos gestores públicos com base no conceito de *accountability* e transparência; e 4) a desestatização, ou redução do Estado, incluindo-se privatização, terceirização e desregulamentação (PINTO; SANTOS, 2017).

Portanto, redefiniam-se o papel do Estado, sugerindo principalmente reduzir as atribuições públicas e implementar os princípios da administração gerencial, passando a

assumir um papel de “indutor e regulador” do desenvolvimento econômico, em detrimento da responsabilização pela “produção direta de bens e serviços” (OLIVEIRA, 2009, p. 30).

Vale ressaltar que, quanto ao papel dos gestores públicos, para Bresser-Pereira, ministro que conduziu tais ações iniciais de reforma, o modelo gerencial (NGP) “se volta para a constituição de um Estado forte e progressista” (OLIVEIRA; SANT’ANNA; VAZ, 2010, p. 1456), pois tratava-se de um modelo menos tecnocrático, baseado na formação de profissionais mais politizados que se afastariam do perfil de um administrador público tradicional (FONSECA, 2008).

Por outro lado, Paes de Paula (2005, apud OLIVEIRA, 2009, p. 32) aponta como limitações da reforma estatal: “a) o retorno de agências executivas e organizações sociais ao seu antigo formato legal; b) a fragmentação institucional, dado que arranjos novos e antigos passaram a coexistir e c) a ineficiência das agências reguladoras em resguardar o interesse público”.

Apesar destas e de outras disfunções resultantes das mudanças implementadas ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010 na gestão pública no Brasil, um aspecto que se destaca é a institucionalização de mecanismos de participação popular, vinculado à busca pela redução do escopo de funções do Estado. Esta institucionalização é instrumentalizada por meio da transferência de recursos e de responsabilidades às administrações locais (OLIVEIRA, 2009). Tal desconcentração das funções públicas gerou “pelo menos em teoria” a possibilidade de novas formas de influência da sociedade civil nas decisões públicas. Deste modo, se apresenta na seguinte seção a contextualização de inserção da gestão societal no Brasil dentro do contexto gerencialista da gestão pública, com destaque para o papel dos Conselhos Gestores locais.

3.1 GESTÃO PÚBLICA SOCIETAL E OS CONSELHOS GESTORES

Segundo Paes de Paula (2005), no contexto brasileiro, a inserção do tema da participação popular na gestão pública foi influente na década de 1980 durante a Constituinte. Apesar da heterogeneidade do movimento, destaca-se entre suas principais reivindicações o fortalecimento do papel da sociedade civil como condutor da vida política do país.

Como resultado deste processo, a Constituição Federal de 1988 promoveu, nas palavras de Oliveira (2009, p. 27): “a descentralização de recursos e de responsabilidades para as unidades federadas e a consolidação de instrumentos democráticos de participação social” como uma das mudanças mais significativas.

Vale ressaltar que esta delegação de responsabilidades repercutiu fortemente em âmbito local, pois os municípios passaram a ser entes federados autônomos (ARRETCHE, 1999; OLIVEIRA, 2009). Esta reconfiguração institucional implicava para os municípios assumir funções como: “[...] a organização e a gestão de serviços públicos, a criação e a arrecadação de tributos, a alocação e a prestação de contas das disponibilidades locais, a elaboração da lei orgânica municipal, a instituição de cargos públicos e a autorização de concessões, auxílios e subvenções” (MONTORO, 1999, apud, OLIVEIRA, 2009, p. 29).

Entretanto, paralelamente ao início da retomada dos governos democráticos no Brasil, na década de 1990, o modelo neoliberal do “Estado mínimo” passou a ser problematizado (EVANS, 1998) e, por consequência, as premissas da NGP (CARNEIRO; MENICUCCI, 2011) que haviam sido implementadas internacionalmente na década anterior. Neste debate observam-se algumas reflexões sobre as primeiras ações relacionadas a inserção de instrumentos de gestão pública em nível local.

Arretche (1999) argumenta que, no caso das políticas sociais, as estratégias desenhadas para induzir a delegação da gestão aos outros níveis de governo de forma eficiente poderiam equilibrar os obstáculos de natureza estrutural ou institucional relacionados à descentralização, em função da baixa capacidade econômica e administrativa da maioria dos municípios do Brasil. Deste modo, os programas capazes de reduzir os custos financeiros e administrativos de gestão passariam a ser decisivos para as administrações locais.

Por outro lado, segundo Pinto e Santos (2017, p. 208), a reforma do PDRAE, por sua orientação fiscalista “favoreceu uma monopolização do núcleo estratégico [a administração pública] no que concerne às tomadas das principais decisões e na construção das políticas públicas”, de modo que um aparente movimento favorável à inserção da sociedade civil nos processos decisórios, não resultou efetivamente em um resultado concreto (PAES DE PAULA, 2005). Na mesma linha argumentativa, para Ribas e Meza (2018, p. 46) a Constituição de 1988, apenas “[...] incentiva a participação social, de modo disperso, com destaque aos artigos 198 e 204”.

A partir dos anos 2000, a inserção do debate sobre o tema da participação cidadã e, por conseguinte, da gestão pública societal, tornou-se mais influente no discurso político brasileiro. Vale ressaltar que por administração pública societal considera-se, conforme Oliveira (2009, p. 66) a contemplação de quatro eixos: “[...] uma visão alternativa do desenvolvimento, a concepção participativa e deliberativa de democracia associada à noção de gestão social, o processo de reinvenção político-institucional e o novo perfil do gestor público”.

No entanto, segundo Ribas e Meza (2018), durante as gestões do Governo Lula e Dilma, que abarca o período de 2003-2016, apesar da adoção de tal discurso participativo, também priorizaram-se premissas gerencialistas, baseadas em uma política econômica híbrida, cujos fatores político-econômicos induziram posicionamentos centralizados na tomada de decisão em nível federal.

Ainda assim, Ribas e Maza (2018, p. 48) defendem que “embora o governo não tenha assumido a bandeira da participação da sociedade civil como projeto governamental, salvo na ampliação das conferências nacionais, os canais participativos, como os Conselhos Gestores, continuaram dando frutos dispersos em nível municipal”.

Nesse sentido, Pinto e Santos (2017) mencionam justamente a criação e a reformulação de espaços participativos, como iniciativas direcionadas a uma gestão pública societal, durante o governo Lula. Alguns exemplos são:

[...] o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselho Nacional da Segurança Alimentar (CONSEA), Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, dentre outros. Além disso, foram realizadas várias conferências nacionais e internacionais, como a Conferência Nacional de Assistência Social, a Conferência Nacional de Saúde Indígena e a Conferência Nacional de Economia Solidária (PINTO; SANTOS, 2017, p. 209).

Portanto, concretamente, as principais experiências participativas existentes no país foram, especificamente, os conselhos gestores e o orçamento participativo implementado pelo governo municipal de Porto Alegre, empreendidos sob gestão do Partido dos Trabalhadores – PT (RIBAS; MEZA, 2018).

Considerando, pois, o contexto apresentado, levanta-se a questão sobre quais os efeitos do modelo de gestão pública gerencial no âmbito dos municípios. Neste sentido, busca-se compreender quais resultados concretos são gerados em âmbito local como resultado da desconcentração das funções públicas, da descentralização de recursos e da tentativa de consolidação de instrumentos democráticos de participação social. Especificamente, se buscará a partir deste ponto observar como acontece esta dinâmica no caso do município de Cataguases/MG. Foram selecionados para o estudo os temas do turismo e do patrimônio no Brasil, de modo que antes da apresentação propriamente dita do caso de estudo, serão contextualizadas as principais características da gestão pública do patrimônio e do turismo no Brasil.

3.2 GESTÃO PÚBLICA DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

As primeiras iniciativas de preservar o Patrimônio Cultural Brasileiro tiveram como marco a criação, em 1930, do Ministério dos Negócios, da Educação e Saúde Pública, onde se vinculava: a Escola Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e o Museu Nacional, instituídos por meio do Decreto nº. 1942/1930; seguido pela criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁴ (SPHAN), através da Lei nº. 378/1937, a primeira instituição de âmbito nacional que tinha como objetivo a proteção do patrimônio cultural do País (IPHAN, 2018).

Em seguida, destaca-se na década de 1970 o Decreto nº. 66.967/1970, que dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e, particularmente no Art. 14, que converte a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ao status de Instituto, passando a denominar-se IPHAN (IPHAN, 2018). “Desde suas origens o órgão enfrenta vários desafios, entre os quais é possível destacar a *descontinuidade política e administrativa decorrente de interesses partidários, orçamento precário e número insuficiente de funcionários*” (ROSA; PASSADOR, 2017, p. 13, grifo nosso).

Segundo Starling (2009), durante estas primeiras décadas, o tombamento de bens foi instituído como o principal instrumento da política de patrimônio histórico e artístico nacional, sendo central a ideia de nacionalidade para a definição de quais seriam os bens protegidos. Aspectos como o período histórico colonial e, principalmente, a arquitetura de estilo barroco, foram as características predominantes para a escolha dos bens tombados. Particularmente, os bens protegidos eram limitados àqueles que possuíam alguma característica excepcional, monumental e/ou era representantes da elite (CHUVA, 2012).

Entretanto, na Constituição Federal de 1988, “o patrimônio cultural do país foi definido como conjunto de bens de natureza material e imaterial (tomados individualmente ou em sua totalidade) portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (PELEGRINI, 2008, p. 152). Ao introduzir-se tal conceituação mais ampla sobre a diversidade cultural no país, impulsionou-se a expansão do campo de atuação do IPHAN e, conseqüentemente, as suas responsabilidades em função da

4 De acordo com Pereira (2017, p. 144) o SPHAN, que depois de algumas décadas passou a ser denominado IPHAN desde que foi criado “passaria a replicar o modelo de preservação de patrimônio adotado em Ouro Preto, a cidade “obra de arte”, para as outras cidades do Brasil até os anos 1980. Tal modelo, porém, se enraizou tanto que até hoje faz parte do discurso da instituição”.

ampliação do número de bens culturais protegidos (ROSA; PASSADOR, 2017; SILVA; SIMONIAN, 2018). Vale notar que esta expansão conceitual e operacional levou ao incremento de responsabilidades de preservação entre a União, entes federados e demais atores sociais, de modo que foi necessário buscar outros instrumentos de gestão além do tombamento (PEREIRA, 2015). Particularmente, ampliou-se a competência de estados e municípios na gestão pública, levando-se ao estímulo de ações compartilhadas entre poder público e comunidade para a definição dos bens protegidos (STARLING, 2009). De fato, segundo Andrade Junior (2016, p. 181), a transferência da responsabilidade pela proteção do patrimônio cultural aos municípios desencadeou “um movimento de municipalização da política patrimonial”.

Como consequência, surgiu a necessidade de sociabilização deste patrimônio “redescoberto”. Assim, ocorreu uma “reorientação metodológica da política patrimonial nacional”, que foi “desafiada a representar a diversidade cultural do país e a miríade de seus suportes de memória”, bem como garantir “a todos o acesso aos bens culturais e o usufruto do meio ambiente ecologicamente equilibrado” (SILVA; SIMONIAN, 2018, p. 49).

Deste modo, lançou-se uma política de ampliação de bens tombados em nível federal, bem como de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, buscando formar um sistema de gestão e preservação que articulasse os municípios, os produtores privados e as organizações não-governamentais (ZANCHETI, 2007).

A partir de 2003, o IPHAN e o Minc iniciaram um mapeamento do patrimônio cultural brasileiro (ALMEIDA, 2014). Nesse contexto, cabe ressaltar que a ampliação do escopo do IPHAN foi possível a partir da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (Minc), visto que neste período houve um incremento dos recursos direcionados ao instituto (Pereira, 2016).

No entanto, Rosa e Passador (2017) ponderam que até o ano de 2010 as superintendências do IPHAN não possuíam autonomia decisória com relação à sede, o que restringia a sua capacidade de atuação. Na conjuntura dos movimentos de reforma gerencial da administração pública, em busca de eficiência e eficácia na prestação de serviços prestados à sociedade, apenas a partir de 2010 foi instituída uma política de descentralização, com ênfase na distribuição das decisões entre as superintendências desta entidade. Além disso, atribuiu-se aos representantes e órgãos locais a desconcentração da execução parcial do orçamento do instituto, materializados “pela legitimação do Sistema Nacional do Patrimônio e do PAC-

Cidades Históricas⁵, como instrumentos de transferência de recursos para as localidades que possuíam um maior número de bens culturais a serem preservados” (ROSA; PASSADOR, 2017, p. 24).

Desde modo, o IPHAN atua em todos os estados por meio de uma estrutura hierárquica, centralizada em seu Conselho Consultivo e no Comitê Gestor, além dos departamentos de Patrimônio Material e Fiscalização, de Planejamento e Administração, de Patrimônio Imaterial, do PAC e Cidades Históricas, bem como de Articulação e Fomento; além das 27 superintendências regionais (ROSA; PASSADOR, 2017). Para Pereira (2016), deve-se buscar que as políticas de patrimônio considerem efetivamente a arte e a cultura como uma dimensão das cidades e das sociedades que as produzem, enfatizando-se o caráter estratégico da preservação de cidades-patrimônio como uma estratégia para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, assim como a garantia do acesso e o direito ao consumo destes bens.

No âmbito do estado de Minas Gerais, destaca-se a formação de uma comissão, em 1925, com a atribuição de propor medidas relacionadas a preservação de monumentos históricos, culminando com a criação da Inspetoria Estadual de Monumentos de Minas Gerais no ano seguinte⁶ (IPHAN, 2018).

Conforme é elencado por IPHAN (2018), em 1933, por meio do Decreto 22.928/1933, a Cidade de Ouro Preto foi elevada à categoria de monumento nacional brasileiro. Em 1938, o SPHAN realizou o tombamento dos Conjuntos arquitetônicos e urbanísticos das cidades mineiras de Ouro Preto, Diamantina, Mariana, São João Del Rei, Serro e Tiradentes (MG). E a cidade de Mariana foi elevada à monumento nacional, pelo Decreto-Lei nº 7.713/1945.

Pereira (2015, p. 33-34) ressalta que “o reconhecimento de Ouro Preto como o primeiro Monumento Nacional feito pelo Estado Brasileiro se deu em um período de estagnação econômica local, o que facilitava a sua preservação enquanto obra de arte, enfatizando o caráter visual e paralisado da cidade no tempo”.

Por outro lado, a partir da década de 1970, o IPHAN passou a ampliar o seu acervo de cidades com valor patrimonial no intuito de promover o desenvolvimento do turismo (MOTTA, 2000), sendo que até a década de 1980, os tombamentos realizados nas cidades-históricas

5 Em 2013 ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, foi integrado o PAC Cidades Históricas, cuja atribuição de coordenar passou ao IPHAN (IPHAN, 2018).

6 Nos anos posteriores instancias similares foram criadas nos estados da Bahia, Pernambuco (IPHAN, 2018).

(SANT'ANNA, 1995) passaram a ter regras de eleição dos tombamentos flexibilizadas por influências internacionais (PEREIRA, 2015).

Entretanto, no contexto do movimento de redução das funções públicas verificado no Brasil durante a década de 1990, a aprovação da Lei Estadual nº. 12 040/1995 redefiniu a forma de repasse aos municípios de uma parcela da arrecadação do ICMS, marcando as ações voltadas a desconcentração da gestão pública do patrimônio no Estado.

Foram definidos parâmetros de atuação para uma política cultural local que se caracterizaria pela adoção de leis municipais de tombamento, criação de órgãos técnicos executivos e constituição de conselhos municipais de patrimônio cultural. Além disso, a política estimula duas ações: o tombamento municipal de bens considerados de interesse de preservação e o reconhecimento e o registro de bens imateriais que compõem a diversidade cultural do estado (STARLING, 2009, p. 147).

Do ponto de vista do incentivo fiscal, Starling (2009) observou que, em 2005, de 580 municípios, 385 receberam repasses do ICMS Patrimônio Cultural. Ainda, ao analisar o desenho institucional e as regras de funcionamento dos conselhos de patrimônio cultural existentes no estado de Minas Gerais, Starling (2009) observou que 46,2% possuíam um baixo grau de institucionalização, isto é: eram recém instituídos ou apresentavam-se em processo de estruturação interna; eram irregulares em termos de frequência de reuniões, sendo que a preservação de bens imóveis (23,8%) foi apontada como a principal área atuação destas entidades, indicando a permanência da influência de uma tradição política preservacionista em âmbito federal.

Mais recentemente, Andrade Junior (2016) analisou a atuação do Conselho do Patrimônio do município de Contagem, percebendo que as representações do governo e da sociedade civil organizada funcionam como instrumentos de legitimação da legislação vigente. Contudo, não atingiram uma capacidade de responder a dilemas e conflitos locais, baseados em uma governança democrática eficiente.

Nesse sentido, verifica-se que os conselhos, como aparatos de participação social e decisão nas políticas públicas, apresentam muitas limitações, principalmente na relação/interação entre os diferentes atores participantes (públicos, privados e sociedade civil) nesses espaços. Grande parte das vezes apresentam interesses diferentes e não conseguem estabelecer uma afinidade, um objetivo em comum para fortalecer as iniciativas que saem de dentro dos conselhos.

3.3 GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO NO BRASIL

Apesar da produção de serviços e experiências turísticas ser uma atividade predominantemente vinculada ao setor privado, o Estado tem uma função central de organizar e regulamentar as atividades relacionadas a esta oferta (BENI, 2008). De fato, o turismo configura-se como uma atividade complexa e contraditória, em que se manifestam práticas sociais, econômicas, políticas, culturais, cujos condicionamentos determinam as relações sociais e de poder, entre residentes, turistas e produtores da atividade turística (EMMENDOERFER et al., 2012).

Estudos e ações concretas relacionadas a participação de comunidades em decisões sobre as estratégias de organização do turismo, bem como os cursos de ação cancelados pelas comunidades impactadas pela atividade, são objeto de discussão no âmbito internacional desde a década de 1980, como por Getz (1983), Keogh (1990), Hall (2000), Bramwell (2004).

No Brasil, as mudanças políticas que consolidaram a democracia na década de 1990 baseadas no modelo administrativo do Estado gerencial resultaram em mudanças gradativas de caráter descentralizador da gestão das políticas de turismo de nível nacional, estadual e municipal, cujo marco é o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, de 1996 (CHAVES, 2011; EMMENDOERFER et al., 2012; BRANDÃO; BALDI; ALBAN, 2014).

Com a intenção de ampliar os níveis de desempenho do Estado, criou-se, em 2003: o Ministério de Turismo (MTur), o Sistema Nacional do Turismo (SNT) e ampliou-se a composição do Conselho Nacional de Turismo; levando-se a consolidação do modelo descentralizador existente, movendo-se, contudo, sua premissa básica para a regionalização (BRANDÃO; BALDI; ALBAN, 2014).

Emmendoerfer et al. (2012) ressaltam que a operação de tal modelo depende do estabelecimento de estratégias de integração e da negociação entre envolvidos na oferta turística, como: o setor privado, as esferas públicas e a sociedade civil, em busca de um planejamento participativo (BENI, 2008). Especificamente no turismo, Beni (2006) elenca duas formas de operação desta proposta: o estabelecimento de multidestações ou de destinações múltiplas.

As multidestações compreendem parcerias entre destinações já existentes para a formação de circuitos, corredores, rotas e roteiros turísticos relacionados a motivações turísticas. Esta forma de operacionalização da regionalização possibilita a integração de vários destinos, possibilitando a visita sequencial a atrativos que possuem semelhanças ou conexões entre si (BENI, 2006). Já as destinações múltiplas caracterizam-se por destinos que são capazes de oferecer diversos produtos turísticos

para diferentes segmentos, possibilitando uma sustentabilidade mercadológica do destino. (EMMENDOERFER et al. 2012, p. 6).

Assim, foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo de 2003, cujo desenho de gestão estimulou a criação de mecanismos participativos, como: os conselhos estaduais, regionais e municipais de turismo, além da ampliação da participação no Conselho Nacional de Turismo - CNT (CHAVES, 2011; EMMENDOERFER et al., 2012; PIMENTEL, 2014; BRANDÃO; BALDI; ALBAN, 2014; CARVALHO et al., 2015). Vale lembrar que os efeitos destes modelos de governança baseados na descentralização e na coparticipação de atores sociais - que tem interesse em seus resultados - se condicionam, também, pelas condições de autonomia e da capacidade institucional destes participantes (ENDRES, 2018).

Brandão, Baldi e Alban (2014) ressaltam que no nível nacional, ao longo da década de 2000, a presença da representação de atores privados nos processos decisórios sobre o turismo evidencia a priorização em temas econômicos como a eficiência, eficácia e a efetividade da ação estatal; enquanto que o posicionamento periférico da representação organizada de interesses das populações locais e de classes trabalhadoras que compõem a oferta turística demonstra um desalinhamento das orientações pró-democratização descentralizadoras.

Em termos institucionais, as diretrizes descentralizadoras e participativas do Plano Nacional de Turismo 2004/2007 são mantidas nos documentos subsequentes: Plano Nacional de Turismo 2007/2010, PNT 2013/2016, PNT 2018/2022. Entretanto, em termos de desenvolvimento local, os resultados destas políticas não foram efetivos pois os objetivos descentralizadores contradizem os processos de execução de tais políticas em que o Ministério do Turismo manteve-se como agente central na gestão e distribuição de recursos vitais ao desenvolvimento dos destinos, como infraestrutura e promoção turística (MIELKE; SILVA, 2017).

A nível estadual, no caso específico do estado de Minas Gerais, as estratégias de desenvolvimento turístico a partir do Programa de Circuitos Turísticos (CT), instituídas pelo decreto-lei estadual nº. 43.321/2003, foram alinhadas ao Programa de Regionalização do Turismo. Assim, buscava-se o estímulo para que os municípios participassem da política de regionalização, através das funções de organização e promoção compartilhada dos destinos turísticos territorialmente próximos.

Contudo, superado o desafio de mobilização dos representantes do poder público local (empresariado e cidadãos) para iniciar o processo de formação de um CT, não havia garantia de que a gestão descentralizada do turismo fosse operada conforme as orientações da política

pública de turismo (FUCHS; OLIVERIA, 2012). Na prática, era necessário criar mecanismos de incentivo à participação ativa de tais municípios nos circuitos.

Assim, segundo Rosvadoski-da-Silva et al. (2013) e Soares et al. (2012), adotou-se como estratégia a transferência econômica aos Municípios do “Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS)”⁷ estadual, cuja operação é pautada pela Lei Estadual nº 12.040/95⁸, conhecida como Lei Robin Hood. Entretanto, apenas a partir de instituída a Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009 o “turismo” foi introduzido entre os critérios de distribuição das parcelas da arrecadação do ICMS.

Especificamente, a Secretaria de Estado de Turismo⁹ - SETUR/MG desenvolveu o programa do ICMS Turístico, por meio dos Decretos nº 45.403 de 2010 e nº 45.625 de 2011, da Resolução SETUR nº 06/2010 (ROSVADOSKI-DA-SILVA et al., 2013). Conforme as normas operativas deste programa, o direito ao recebimento do recurso econômico pautava-se em quatro critérios: a participação ativa do município em um Circuito Turístico certificado, a elaboração de uma política Municipal de Turismo, a existência de um Conselho Municipal ativo e de um Fundo Municipal de Turismo (CHAVES, 2011; EMMENDOERFER et al, 2012).

7 A arrecadação proveniente do referido imposto é compartilhada entre o Estado e os municípios sendo que, do valor repassado aos municípios, no mínimo três quartos devem estar condicionados ao valor adicionado fiscal nas operações relativas à circulação de mercadorias e na prestação de serviços e, até um quarto, deve ser empregado em conformidade com o que está disposto na lei estadual. [...] os governos estaduais têm autonomia para estipular critérios para repassar os valores arrecadados com o ICMS, sendo adotados critérios sociais como instrumentos de transferência. Para tanto, o estado de Minas Gerais sancionou a Lei nº 12.040/95, mais conhecida como Lei Robin Hood, que apresentou a sistemática de distribuição do ICMS aos municípios de forma a favorecer aqueles com baixa representatividade econômica. Nesta legislação foram contemplados critérios como a área geográfica, educação, área cultivada, patrimônio cultural, gasto com saúde, município minerador e meio ambiente (Rosvadoski-da-Silva et al, 2013, p. 3). Especificamente o decreto-lei n. 43.321, de 08 de maio de 2003, determina “o caráter obrigatório da participação em circuitos turísticos de municípios mineiros que por ventura tenham interesse em angariar recursos financeiros voltados para o planejamento e promoção do turismo” (FUCHS; OLIVEIRA, 2012, p. 3).

8 “Esta legislação definiu os critérios para repasse de 25% do ICMS aos municípios tendo como variáveis constituintes a área geográfica, população municipal, população dos 50 municípios mais populosos, educação, área cultivada, patrimônio cultural, meio ambiente, gasto com saúde, receita própria, cota mínima, município minerador e compensação financeira. A Lei Robin Hood visa distribuição e renda da cota-parte do ICMS no Estado de modo a transferir de recursos para as regiões mais pobres, além de incentivar a aplicação de recursos municipais nas áreas sociais e a utilizarem com mais eficiência” (ROSVADOSKI-DA-SILVA et al., 2013, p. 9).

9 A Secretaria de Estado do Turismo – SETUR foi criada, por meio da Lei n.º 13.341, de 1999, para atuar no planejamento, coordenação e fomento do turismo no estado de Minas Gerais (EMMENDOERFER, 2008; ROSVADOSKI-DA-SILVA et al., 2013).

Emmendoerfer (2008) elencou quatro fatores importantes para observar a continuidade dos Circuitos Turísticos:

- Localização geográfica da região, sendo que a proximidade a grandes mercados emissores, como São Paulo e Rio de Janeiro, e ao eixo da Estrada Real, seriam favoráveis a manutenção da demanda turística.
- A figura do gestor, com perfil adequado de liderança e confiabilidade, junto aos municípios participantes, poderia garantir as ações implementadas.
- A capacitação contínua do gestor.
- A manutenção das ações locais após as trocas de governo municipal e estadual.

Nesse sentido, estudos de Pimentel et al. (2015), Bifano-Oliveira (2016), Pimentel et al. (2017), Mata, Pimentel e Emmendoerfer (2018) corroboram parte das sugestões de Emmendoerfer (2008), observando que a falta de reconhecimento entre os atores vinculados a conselhos municipais de turismo e os entraves relacionados a trocas políticas influenciaram a capacidade destas instituições atuarem efetivamente na organização de destinos turísticos de Minas Gerais.

Considerando, pois, as diversas possibilidades desenvolvimento de um destino turístico, destaca-se, neste estudo, as possibilidades de uso do patrimônio como um recurso de exploração turística. Nesse sentido, tal recurso parece ser uma maneira de diversificar a oferta de novos atrativos turísticos (SANTANA, 1998). Ao mesmo tempo, a oferta dos recursos patrimoniais como atrativo turístico pode ser uma opção para a reabilitação e conservação do próprio patrimônio.

Vale ressaltar que o patrimônio cultural é compreendido como a objetivação da produção histórico-social da humanidade (MELO; CARDOZO, 2015). Assim, Bomfim e Argôlo (2009, p. 300) sintetizam que:

Patrimônio Cultural não deve ser constituído apenas por edificações arquitetônicas e seus elementos, mas também como o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana que fazem referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que performam a sociedade brasileira.

Para a geração de tal oferta, no entanto, é necessário planejar a atividade turística juntamente com a gestão do patrimônio. Isto se deve ao fato de que o patrimônio cultural, material e imaterial somente tem sentido se puder ser apropriado de alguma maneira pela população e pelos turistas (MELO; CARDOZO, 2015). Dessa forma, observa-se a importância de promover a educação patrimonial enquanto forma de informar à população sobre os bens

humanos materializados. O turismo cultural, desse modo, entra como um fator de valorização da identidade local e dos bens culturais, estimulando a preservação e aproximação da comunidade aos seus bens patrimoniais e simbólicos e ainda contribui para o desenvolvimento socioeconômico local (CARVALHO, 2011).

Por outro lado, o uso turístico do patrimônio também é considerado como uma ameaça em termos de preservação e conservação do patrimônio, já que a atividade turística promove a visita de muitas pessoas, havendo com isso degradação dos bens (MELO; CARDOZO, 2015). Ao transformar-se em mercadoria para atender ao turismo, o risco de perdas substanciais, como por exemplo: a cenarização do patrimônio histórico e arquitetônico, remanejando a população das áreas de interesse turístico; alteração da sociabilidade dos moradores; descaracterização das manifestações e dos valores e tradições locais, entre outros, é latente (CARVALHO, 2011).

Nesse sentido, é necessário que os recursos utilizados como produto turístico sejam anteriormente gerenciados de maneira racional e equilibrada, por meio da interação entre os diferentes atores sociais de forma integrada e colaborativa (CARVALHO, 2011). Sua oferta como componente de um produto turístico deve ser cuidadosamente organizada, em termos de sustentabilidade de tais recursos e dos lugares onde se localizam, considerando seu entorno físico e estrutural.

Assim, Gomes (2012) ressalta o valor turístico do patrimônio em cidades históricas e monumentais, como base para a criação de novas imagens turísticas formadas por uma retórica que se apropria do espaço. Segundo a autora, além do tradicional destaque para a história dos lugares visitados, há uma tendência à (re)criarem-se narrativas e novos imaginários turísticos.

Deste modo, deve-se ponderar que, assim como o turismo, o patrimônio é uma construção social, carregada de sentidos, que se manifestam por meio de ações e caracterizam uma sociedade. Em termos práticos, estes campos de ação social se materializam em espaços onde ocorre a ação social. Dito de outro modo, tanto o campo do turismo quanto o campo do patrimônio cultural representam elementos de formação de imaginários, os quais se constituem como elementos causais das estruturas sociais.

Em termos práticos, olhando sob a ótica da manifestação da realidade no contexto brasileiro, a manutenção de tais estruturas ocorre por meio da gestão pública, em que se estabelecem normas e regras do jogo, para a atuação dentro destes campos. Deste modo, os atores interessados nestes temas, ao agir dentro de espaços de interação social, sofrem restrições em sua ação ainda que representem elementos produtores destes limitantes, por meio da forma

como interagem e assumem posições e disposições ao longo do tempo, e respondendo aos estímulos internos e externos a seu campo.

Portanto, o estudo do campo social do turismo e do patrimônio, a partir de espaços de participação – aqui, considerado primeiramente como espaços de convívio e troca de ideias- é proposto como estratégico para a identificação de suas configurações e sua capacidade de intervenção na realidade.

4. METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho é assinalado como uma pesquisa descritiva pois, em primeiro lugar, busca-se descrever as características do fenômeno estudado (GIL, 2002): a transferência de capital entre o campo patrimonial para o campo turístico de Cataguases, a fim de tratar do contexto atual dos agentes e sua capacidade de interferir na realidade.

Quanto ao desenho e a operacionalização da investigação, de acordo com Gil (2008), os métodos definidos como base de uma pesquisa têm como objetivo proporcionar técnicas que permitam o estudo da sociedade de forma objetiva e precisa, orientando as formas de obtenção, de processamento e de análise dos dados que informam sobre determinada problemática social. Portanto, do ponto de vista da construção do esquema analítico, este estudo tem natureza quali-quantitativa (GIL, 2008), em que se utiliza uma combinação de fontes primárias e secundárias para a coleta de dados, seu processamento e sua posterior análise. De fato, a combinação das abordagens quali e quanti é vista favoravelmente na pesquisa de realidades sociais, pois permitem realizar uma coleta de dados complementar de acordo com as fontes de informação existentes (SILVA; BATISTA, 2015). Nesse sentido, enquanto os procedimentos quantitativos preconizam a análise de frequências, de termos ou palavras-chave, a análise qualitativa observará as particularidades e as relações entre os elementos examinados (VERGARA, 2005).

Através das informações coletadas nos endereços eletrônicos das entidades componentes do objeto analisado, da análise das atas de reunião do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) e do COMPAC (Conselho Municipal de Patrimônio Cultural) de Cataguases, bem como das políticas públicas de turismo e de patrimônio cultural de nível local, a utilização de entrevistas e de observação participante foi possível descrever os campos turístico e do patrimônio cultural de Cataguases.

4.2 DESCRIÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO: *LÓCUS* DE ESTUDO, UNIDADE DE ANÁLISE, DEFINIÇÃO DO PERÍODO DE ANÁLISE

Pimentel (2014) introduziu, de forma sistemática e estruturada, o conceito de campo – derivado da teoria *bourdesiana* – no turismo. De fato, a inovação deste autor recai sobre a proposição de um modelo teórico baseado na adoção do grupo de conceitos centrais

bourdesianos, campo, capital e *habitus*, para analisar o “campo social do turismo”, diferente de outros autores que usam tais noções parcialmente ou separadamente.

Através do conceito de campo turístico, Pimentel (2014) discute algumas das implicações desta transposição teórica para a análise da gestão de destinos turísticos. Para tanto, utiliza procedimentos heurísticos e hermenêuticos, fornecendo um quadro teórico estruturado que permite a compreensão, análise e explicação da formação e desenvolvimento do campo do turismo nos seus diversos níveis da realidade.

Segundo Pimentel (2014), o turismo é uma área pré-paradigmática, do ponto de vista epistemológico e teórico - ou seja, é uma área pouco explorada teoricamente. Esta limitação leva a uma compreensão insuficiente da atividade, que na maioria das vezes é vista apenas como a prestação de um serviço. Entretanto, essa visão superficial, que impede a capacidade de interpretação do universo social que envolve as dinâmicas turísticas, restringe a criação de ferramentas para interferir na realidade e, portanto, de intervir no seu funcionamento.

Baseado no modelo teórico proposto por Pimentel (2014) alguns autores têm buscado desenvolver métodos empíricos para a análise dos campos e subcampos do turismo. Assim, Pimentel e Rodriguez (2017), Carvalho (2018), Campista (2018), analisaram a formação do campo da educação e pesquisa em turismo no Brasil, na Argentina e no México, e Fermino (2017) relaciona o patrimônio cultural ao turismo, quando analisa a construção das representações sociais sobre o patrimônio cultural local, pelos moradores da cidade turística de Mariana (MG).

Bifano-Oliveira e Pimentel (2016) analisaram a institucionalização por meio de um Conselho gestor de atores locais envolvidos no campo do turismo, na cidade de Juiz de Fora (Minas Gerais/Brasil), e a articulação dos atores no campo do turismo em Mazatlán (Sinaloa/México). Os autores desenvolveram um método de estudo do campo social do turismo baseado na quantificação dos capitais dos atores para a identificação de suas posições, além de uma análise das disposições e tomadas de posição no campo social.

Portanto, baseado no método utilizado por Bifano-Oliveira e Pimentel (2016) e no conceito de campo turístico introduzido por Pimentel (2014), a presente dissertação procurou analisar como ocorrem as dinâmicas sociais nos campos do turismo e do patrimônio cultural no contexto do município de Cataguases/Minas Gerais.

O objetivo é analisar quem são os atores¹⁰ do campo turístico e do patrimônio cultural, suas posições, as predisposições em atuar, seus recursos, seus interesses no campo etc., verificando quais são as possibilidades de articulação entre os diferentes agentes. A partir dessa conceitualização, este trabalho busca, especificamente, identificar a interação dos diferentes atores entre o campo do patrimônio cultural e do turismo e sua intervenção na política turística da cidade de Cataguases. Considera-se, neste sentido, que o município apresentaria um potencial turístico em função do seu patrimônio cultural, tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), principalmente o relacionado ao movimento Modernista. A seleção do município de Cataguases como lócus de estudo se deve, por um lado, à sua histórica relevância nacional nos campos econômico e, principalmente, cultural. Isto se deve ao momento de sua fundação, sustentada por uma cultura cafeeira que serviu de transição para indústrias inovadoras à época e, atualmente, na consolidação em serviços e economia criativa. Por outro lado, tem-se a pouca utilização histórica do turismo como uma atividade que possa contribuir para o desenvolvimento da cidade.

Para tal análise, o objeto de estudo é a relação/interação entre os agentes dos diferentes campos, tanto turístico como patrimônio cultural, e a sua capacidade de intervenção na política pública turística da cidade de Cataguases no período de 2017 a 2019.

A seleção do objeto de estudo baseia-se no argumento de que a participação dos agentes, relacionados ao campo do patrimônio cultural, no campo do turismo, permitiria uma maior transferência de capital de um campo a outro, de modo que se fortaleça a capacidade de aderir às políticas públicas turísticas mais consistentes aos atrativos da cidade de Cataguases.

O recorte para a análise, entre os anos 2017 e 2019, foi selecionado por ser o período atual do governo da cidade de Cataguases, sendo possível identificar a dinâmica atual dos atores presentes nos conselhos, sua articulação, seus interesses e sua participação nas discussões sobre as políticas públicas de turismo municipal, além de verificar quais foram as ações concretas aderidas nesse espaço de discussão.

4.3 DESENHO DA PESQUISA: COLETA DE DADOS

Para a elaboração da pesquisa, o processo de análise foi dividido nas seguintes etapas:

10 Vale ressaltar que conforme discutido na apresentação do marco teórico por atores nos referimos primordialmente as organizações institucionalizadas inseridas nos referidos campos.

(1) Análise das políticas de turismo e de patrimônio cultural existentes no município de Cataguases: revisão documental (2017-2019), buscando identificar quais foram as ações direcionadas ao turismo e quais dessas ações tem alguma relação com o patrimônio cultural, verificando de que maneira o patrimônio cultural foi incorporado como estratégia turística na cidade até o momento, ou não.

(2) Analisar as leis e os regulamentos relacionados ao COMPAC e COMTUR: revisão documental com o objetivo de identificar como é o regulamento de ambos conselhos, que tipo de poder eles têm, as regras de saída e de entrada de membros, as regras do funcionamento, a materialização das estruturas desse campo. Esses dados permitem, por exemplo, identificar de que maneira os agentes são constrangidos, como ocorre a entrada de novos atores e quais os incentivos para a permanência de antigos agentes.

(3) Reconstrução do campo e do *habitus* dos campos em análise:

a) Mapeamento dos atores presentes no campo turístico e no campo do patrimônio cultural: Como existem conselhos para cada campo analisado – COMTUR desde 1998 e COMPAC desde 2006 – não foi necessário fazer um mapeamento exaustivo dos atores presentes em cada campo. Consideraram-se as organizações membros de cada conselho como agentes representativos de cada campo. Este grupo foi selecionado porque se supõe que são os agentes mais institucionalizados em cada campo analisado e, particularmente, no campo sócio-político do turismo. As entrevistas foram feitas com os 14 membros do COMTUR e com os 10 membros do COMPAC no período de março a abril de 2019, com exceção de uma entrevista feita no mês de novembro de 2018 (Anexos 1, 2, 3).

b) Verificação do volume de capital (posição – Apêndices 2 e 3) e tomada de posição de cada ator no campo. Assim, ao examinar o volume de capital (posição) e a tomada de posição do agente no campo, foi relativizado o volume de capital do agente, considerando que este pode ter um volume alto e ao mesmo tempo não participar, não ter interesse de agir no campo em questão. Assim, esse volume de capital não é tão determinante na configuração do campo. Dessa forma, juntou-se o volume de capital e a tomada de posição, através de dados quantitativos, para dimensionar a real interferência do agente. Como o volume de capital era um dado absoluto e a tomada de posição era uma porcentagem, multiplicou-se um pelo outro.

I. Coleta e posterior análise das atas do COMTUR do período de 2017-2019: As atas foram coletadas diretamente nas secretarias dos respectivos Conselhos Municipais. Buscou-se encontrar as seguintes informações:

II. Verificar a presença de atores comuns no COMPAC e no COMTUR;

- III. Identificar os temas discutidos do período de 2017 a 2019;
- IV. Verificar a frequência dos atores nas reuniões, ou seja, quem participa com maior assiduidade e quem não participa;
- V. Identificar quais são os atores que propõem os temas de discussão; que temas propõem, e se esse tema se torna resultado concreto ou apenas é uma ideia colocada, que, todavia, não gera resultados reais (observar se existe uma relação entre os agentes que propuseram os temas que se transformaram em resultado concreto e o volume de capital desse agente).
 - c) Observação participante: A observação foi feita a partir da participação em duas reuniões do COMTUR, onde foram feitas anotações no diário de campo.
 - d) Entrevistas semiestruturadas: As entrevistas foram um instrumento essencial para compreender a dinâmica de relações e como os agentes se comportam (*habitus*) dentro dos dois conselhos analisados, principalmente no COMTUR, visto que as atas deste conselho não apresentavam em detalhes todos os temas discutidos e os atores mais participativos. Através das entrevistas e da observação participante foi possível ter acesso a maiores informações para a análise empreendida. O roteiro de entrevista é apresentado no Apêndice, assim como as entrevistas transcritas.

4.4 CATEGORIAS DE ANÁLISE

O processo de coleta de dados foi dividido em diversas etapas – conforme explicado na seção anterior. Especificamente, o desenho para a coleta de dados teve por objetivo identificar e verificar como os agentes estão distribuídos no campo, ou seja: sua posição, quais são os seus interesses e objetivos, bem como os objetos de disputa dentro do campo. A partir destas informações foi possível: inferir quais atores têm mais poder para interferir nas políticas; quem mais participa das discussões e quem não participa; e se os agentes atuam conjuntamente para conseguir objetivos comuns. Todos esses dados permitem a compreensão da dinâmica interativa dos agentes no campo analisado.

Para tanto, o campo foi reconstruído. Levou-se em conta que as relações entre os atores estão configuradas pelas posições (lado objetivo) dos agentes, pelas disposições (lado subjetivo) e tomada de posição, que é a maneira em que as posições se expressam nesse campo.

A partir da categoria **Posição** é possível distribuir os agentes hierarquicamente, observando aqueles que possuem uma posição mais central (e, portanto, têm maior capacidade

de influenciar nas decisões do campo) ou menos central (que supostamente têm menor capacidade de interferência). Esta categoria pode ser verificada a partir dos capitais econômico, social e cultural acumulados por cada agente que está inserido no campo (Quadro 2). Tais capitais foram identificados através das informações: **capital social**: representa a formação de vínculos entre os agentes presentes no campo. Identifica-se a partir do nível de atuação da entidade, se federal estadual ou municipal; **capital cultural**: representa o conhecimento acumulado, pode ser verificado com o nível escolar dos representantes da organização, neste caso se analisa a nível do representante, pois é ele quem atua no campo em nome da organização no período analisado; **capital econômico**: representa o recurso financeiro que as entidades podem acumular. Pode ser identificado através do orçamento anual da entidade. Para tanto, se estabeleceu uma escala com os dados coletados, de maneira que pudesse aproximar, ainda que de forma limitada, o lugar em que o agente ocupa no campo, ou seja o seu volume de capital:

Quadro 2 - Critérios de análise do volume de capital

Capital Cultural	Escolaridade	Pós-graduação = 5 Graduação completa = 4 Graduação incompleta = 3 Técnico nível médio = 2 Sem graduação = 1
Capital Social	Nível de atuação	Internacional = 5 Federal = 4 Estadual = 3 Municipal = 2 Pessoal = 1
Capital Econômico	Receita anual	Acima de 10.000.000 = 5 De 1.000.001 a 10.000.000 = 4 De 100.001 a 1.000.000 = 3 De 50.001 a 100.00 = 2 Até 50.000 = 1

Fonte: elaboração própria, 2019.

A soma desses capitais (volume de capital) representa a capacidade dos agentes em interferir no campo. Porém, o agente pode ou não empregar todo o capital que detém no espaço de interação em que atua. Dessa forma, o volume de capital somente nos informa a posição do agente no campo, mas não diz se aquele agente utiliza dessa posição para interferir e influenciar o campo. Por essa razão, a **tomada de posição** do agente contribui para identificar que tanto a posição do agente se expressa no campo em análise.

A categoria **Tomada de Posição** representa uma postura, refletida em como um agente se manifesta diante da necessidade de expressar-se sobre um tema de seu interesse. Como menciona Bourdieu (1993), é a posição assumida do agente (Quadro 3). Deste modo, apoia-se como forma de identificar a tomada de posição, a observação das ações relacionadas a

proposição de algum tema nas discussões do COMTUR, e aqueles agentes que eventualmente puderam gerar resultados por meio de intervenções concretas na realidade. A partir disso é possível analisar a frequência, o grau de participação nas reuniões (total de vezes que foi feita alguma intervenção), e se o agente foi mencionado em entrevista por outro agente como um ator importante.

Quadro 3 - Critérios de análise da tomada de posição

Frequência	% de participação de cada ator no total de reuniões Total de reuniões de 2017-2019 = 100% Se utiliza o total de presenças do ator nesse período
Grau de participação nas reuniões (Intervenções das entidades nas reuniões do COMPAC/COMTUR por reunião)	Número de reuniões em que o ator interviu/ dividido pelo total de intervenções = % de intervenção do agente
Mencionado em entrevistas	Vevez que foi mencionado / dividido pelo Número total de vezes que poderia ser mencionado (total de membros – 1, pois o ator não pode mencionar ele mesmo) - 13 COMTUR; 9 COMPAC = porcentagem que foi mencionado

Fonte: elaboração própria, 2019.

Com os valores objetivos do **Volume de Capital** e da **Tomada de Posição** dos agentes, realizou-se a junção destes dois dados de modo a analisar, em números, qual ator possuía capacidade maior de influência. Sendo assim, a posição dele é analisada para posteriormente entender como essa posição é assumida pelo agente dentro do campo. Dessa forma, o valor absoluto do volume de capital foi multiplicado pelo valor da porcentagem da tomada de posição. O resultado é justamente o capital efetivo, utilizado no campo pelos agentes.

Essas relações estarão direcionadas pela disposição no campo. Assim, a categoria **Disposição** representa o lado subjetivo do campo. É observada por meio do *habitus*, ou seja, da propensão que os agentes têm de atuar. Empiricamente, a disposição é observada a partir das entrevistas, quando os atores mencionam o que pensam, como pensam e como agem em relação ao turismo e ao patrimônio cultural no município.

Posteriormente, após a reconstrução do campo e do *habitus*, analisamos a ação coletiva, proveniente do Modelo de Pimentel (2012). Pimentel (2014; 2015; 2016) explica o conceito destas categorias e Bifano-Oliveira (2016) propõe sua utilização no plano empírico, ou seja, sua operacionalização. Ademais, a metodologia dos trabalhos de Pimentel et al. (2017) contribuiu para a análise das atas de reuniões dos conselhos, a partir da extração da frequência dos agentes, assim como a identificação dos temas propostos.

Finalmente, a **Ação Coletiva** é uma categoria que sintetiza a verificação do nível de organização dos atores e sua capacidade de obtenção de objetivos comuns. Portanto, é

verificada a partir do conjunto de dados identificados nas categorias anteriormente elencadas, para compreender como ocorre o processo de vinculação e coalizão entre os agentes do campo social. No quadro 4 são sintetizadas as categorias teóricas, suas definições conceituais e operacionais adotadas na pesquisa.

Quadro 4- Marco referencial das categorias de análise

Autor	Categorias	Definição Conceptual	Definição Operacional
Pierre Bourdieu	Campo <i>Habitus</i>	Cada campo tem um interesse que é comum a todos os agentes, que está ligado a existência do campo, e às diversas formas de capital (econômico, cultural e social), que determinarão e reproduzirão as posições sociais (AMPARÁN, 1998). A posição no campo está relacionada com a tomada de posição , que depende da intermediação das disposições (BOURDIEU, 1996).	É possível reconstruir o campo a partir: - Receita anual da entidade (capital econômico); - Escolaridade do representante (capital cultural); - Nível de atuação da entidade (capital social); - Frequência nas reuniões; - Intervenção nas reuniões; - Menção como ator importante por outro ator; - Propostas que se tornaram resultados concretos; Entrevistas para: - Verificar como os atores, pensam e se comportam no campo em análise.
Thiago Pimentel	Ação Coletiva	- Como os atores se articulam para a obtenção de objetivos comuns, identificando seu nível de organização.	É verificado a partir de todos os dados encontrados que nos permite compreender o processo de coalizão entre os agentes para que eles atuem de maneira organizada no campo, interferindo nas políticas.

Fonte: Bifano-Oliveira e Pimentel (2016), Pimentel et al. (2017), Pimentel, Carvalho, Bifano-Oliveira, Feres (2017) tradução livre com algumas adaptações, 2019.

4.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A principal limitação dos métodos foi em relação a categoria **Posição**. Recorda-se que a posição representa como os agentes estão distribuídos no espaço social de acordo com seu volume de capital (econômico, social e cultural). Desta forma, cada um dos capitais poderia ser analisado por uma imensidade de elementos, como por exemplo o capital cultural que se caracteriza por todos aqueles conhecimentos e habilidades do indivíduo, ou da organização. Porém, pela dificuldade de coleta de dados de todos esses elementos e pelo tempo exigido para a elaboração do trabalho, não foi possível coletar exaustivamente os elementos de todos os capitais. Dessa forma, se limitou aos elementos em análise para diferenciar os agentes no campo, de maneira que pudesse ser evidenciado aqueles agentes que possuíam maior poder de interferência e maior centralidade no campo, destacando-se frente aos outros. Compreende-se que a utilização desses elementos foi limitada, mas que possibilitou uma aproximação da posição dos agentes, sendo possível diferenciá-los. Outra limitação da análise foi o conteúdo apresentado pelas atas do Conselho Municipal de Turismo de Cataguases, pois apresentam-se

poucos detalhes do que se discutiu nas reuniões. Por conta disso, as entrevistas feitas com os membros do COMTUR foram essenciais para cobrir essa lacuna.

5. AÇÃO COLETIVA ENTRE O CAMPO TURÍSTICO E O CAMPO PATRIMONIAL EM CATAGUASES

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO DA PESQUISA

O *locus* de análise deste estudo é o município de Cataguases, situado na Zona da Mata no estado de Minas Gerais. Possui uma área de 491,767 km² (IBGE, 2018) e está a 304 km de distância de Belo Horizonte, 118 km de Juiz de Fora, 256 km do Rio de Janeiro e 589 km de São Paulo.

Segundo dados do IBGE (2018), o município, no censo de 2010, tinha uma população de 69.757 habitantes (em 2018, obteve uma população estimada de 74.691 habitantes). Em 2010, Cataguases apresentou uma densidade demográfica de 141,85 hab/km². Além disso, o PIB per capita em 2016 foi de R\$ 19,908,04 e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) 0,751.

Em relação ao seu patrimônio histórico e cultural, a Secretaria de Estado de Cultura (2013) lançou um Suplemento Literário de Minas Gerais especial: “A modernidade perene de Cataguases”, organizado pelo escritor Ronaldo Werneck, que louva Cataguases como um museu vivo em plena Zona da Mata em Minas Gerais e que, talvez, seja a única em todo o interior do Brasil. Isso se deve às suas arrojadas construções modernistas e a um precioso espaço de esculturas e painéis a céu aberto. Ressalta-se a concentração da arquitetura modernista em diversos projetos, como: residências, igrejas, colégios, hotéis, cinemas e hospitais, o que é curioso, considerando o contexto em que se encontra (COUTO, 2004). Assim, é considerada como uma cidade-síntese do século XX no estado de Minas Gerais, em função da sua persistência na construção moderna (SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, 2013). Atualmente, a cidade é cenário para diversos curtas-metragens, filmes de animação e de vídeo clipes de diversas bandas musicais da região (POLO AUDIOVISUAL, 2015).

5.2 HISTÓRICO DE CATAGUASES

A cidade de Cataguases, antes povoação de Meia Pataca, foi fundada em 26 de maio de 1826 pelo francês Guido Tomaz Marlière¹¹, em terreno doado pelo Sargento das ordenanças - Henrique José de Azevedo - e por outros moradores do sítio. Era conhecido como “Porto dos Diamantes” (XAVIER, 2013).

Nessa época, o Major Joaquim Vieira da Silva Pinto (Major da Guarda Nacional) se estabeleceu nessa povoação em um latifúndio de 3000 alqueires com sua família. O capital social, político e econômico do Major Joaquim era de família. Seu pai, José Rezende Costa, era um importante minerador e latifundiário em Lagoa Dourada. A exploração da atividade agropastoril na Zona da Mata era pioneira, já que, até aquele período, a região fazia fronteira com a região das minas de ouro e não se permitia o estabelecimento de habitações ou mesmo a passagem, evitando dessa forma o contrabando (XAVIER, 2013; MELLO, 2014).

O pioneirismo da família resultou no sucesso da cultura cafeeira, tornando a fazenda da Glória em uma referência regional, ao mesmo tempo em que aumentou significativamente o capital econômico da família. Segundo Mello (2014), o sucesso gerou a atração de visitantes e fazendeiros da povoação que atuavam no mesmo campo e compartilhavam de objetivos comuns, transformando assim a Zona da Mata num novo eldorado.

No auge da produção cafeeira, entre 1870 a 1906, os Vieiras, atores dominantes no campo econômico e político local, utilizam de sua influência na política nacional, respaldados por outros atores locais com a intenção de obter, em 1871, conforme Lei nº 2 180 de 25 de novembro, a elevação da freguesia de Meia-Pataca a Município de Cataguases (MELLO, 2014).

O novo status obtido gera, além de uma maior complexidade para atuação nos campos locais, a complexificação pela interação com novos agentes oriundos de diferentes regiões, incluindo os imigrantes europeus e da capital do estado, Belo Horizonte, e da capital do país, Rio de Janeiro, porto marítimo por onde era escoada para exportação a maior parte da produção cafeeira da região e ponte para a modernidade europeia (MELLO, 2014).

Mello (2014) ressalta que esse novo cenário induz às famílias dominantes a se preocuparem também com o capital cultural, que juntamente aos capitais econômico e social, são essenciais na manutenção da hegemonia no campo político local e nacional. Para tanto, as

11 Que era Coronel-comandante das Divisões Militares do Rio Doce, Diretor Geral dos Índios e Inspetor da Estrada de Minas aos Campos e Goitacazes.

famílias enviam os jovens para cursar o estudo superior e para participar de atividades culturais e sociais na capital. Essa estratégia funciona, e o retorno dos novos doutores permite que as famílias Vieira e Dutra tenham sucessores capazes de manter a hegemonia na municipalidade, assim como comecem a fazer a transição da economia agrária para a industrial. O processo de transformação começa através da criação da Companhia Fiação e Tecelagem de Cataguases (Atual Companhia Industrial Cataguases) e da participação societária na Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - atual ENERGISA (MELLO, 2014). Dessa forma, se evidencia então a institucionalização das organizações públicas e privadas no novo patamar de exercício de poder obtido pelos agentes locais nos campos econômico e sociais.

Sob o comando dos “civilizados e doutores”, Cataguases experimentou momentos de glória e da modernidade da época. Apesar de algumas permanências do passado, as transformações atribuídas à nova geração dos Vieira Rezende levaram para cidade muitas das novidades que desembarcavam nas grandes cidades do país. Foi quando a cafeicultura que impulsionou a cidade do século XIX, intensificando as atividades urbanas e possibilitando o acúmulo de capital, possibilitou aos ricos agricultores locais investir noutro segmento econômico: a indústria. Antecipando-se ao Relatório Carlos Prates (1906) que prenunciou a crise cafeeira em Minas Gerais [84], um grupo de empreendedores, composto por Coronel Joaquim Gomes de Araújo Porto, Major Maurício Eugênio Murgel, Coronel João Duarte Ferreira e Dr. Norberto Custódio Ferreira, fundou em 1905 a Companhia Fiação e Tecelagem de Cataguases (CFTC). Paralelo à indústria têxtil foi fundada a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL) em 26 de fevereiro de 1905. Dos quatro acionistas que criaram a CFTC, três participaram do empreendimento: Norberto Custódio Ferreira, Coronel João Duarte Ferreira, Coronel Joaquim Gomes de Araújo e, ainda, José Monteiro Ribeiro Junqueira. (MELLO, 2014, p. 215)

Nesse período de transição, uma outra família, conhecida por Peixoto, cujo patriarca Manuel Inácio Peixoto era um imigrante português, utiliza-se do capital acumulado pelo trabalho na estrada de ferro em Sorocaba-SP para se estabelecer como comerciante em Cataguases. Ao comprar a Indústria Têxtil da família Vieira - que se encontrava em situação de quase falência - obtém uma importante fonte adicional de geração de riqueza e entra em disputa pelo poder com as famílias tradicionais. Em 1930, encerra-se assim o domínio exclusivo do campo político pela família Vieira Resende, iniciado em 1877 (MELLO, 2014).

Não apenas a centralidade econômica se apresentava em transição, mas também o controle político da cidade. É no ‘encontro’ das famílias Vieira de Resende (representada por Pedro Dutra) e Peixoto que se deflagra a disputa por uma cidade que se pretende nova, guiada pela transição entre a cidade agrária e a cidade industrial, alinhada com a ideia de progresso que pairava sobre o Brasil pós-revolução de 30 (XAVIER, 2013, p.133).

Os Peixoto também adotaram o costume de enviar seus descendentes para obter capital cultural no Rio de Janeiro. Até que um deles, Francisco Peixoto, incorpora o movimento

modernista que estava em plena ação na capital do país. Ao retornar à Cataguases, Francisco Peixoto consegue transpor todo o movimento modernista para o local. Fiel ao objetivo do movimento, implanta na cidade a ideia de destruir o passado agrícola atrasado por uma nova postura de um mundo globalizado, que era o da arquitetura moderna. Porém, faz essa transformação dentro do espírito típico das intervenções modernas, “arrasando quarteirões” e destruindo prédios históricos, colocando no lugar prédios modernistas, construindo hospitais, escolas e praças (MELLO, 2014).

No período em que viveu no Rio de Janeiro, Francisco Peixoto já era um escritor adepto da causa modernista, ou se preferir nacionalista, como visto no capítulo sobre os Verdes de Cataguases. Portanto, no campo de disputas entre acadêmicos e modernistas, a opção por um caminho ou predileção estética e ideológica já era evidente considerando seu envolvimento com os grupos modernistas de São Paulo, de Belo Horizonte, do Rio e com os estrangeiros como Blaise Cendrars. O que, por certo, o tornaria, senão um militante, ao menos um cidadão já iniciado a compreender a querela ideológica entre os intelectuais cariocas e, nela, tomar partido (MELLO, 2014, p. 252).

Historicamente, esse será o ápice da institucionalização da sociedade Cataguasense, quando os atores locais, sob o poder dos Peixoto, dominam a relação com outros atores externos, de nível estadual e federal. Desta forma, implementam as características do movimento modernista em todas as suas facetas. Aproveitam, inclusive, a funcionalidade da arquitetura para seus interesses, resultando que em 1943 a Companhia Industrial Cataguases constrói uma vila de 44 casas próximas às suas instalações - algumas projetadas pelo arquiteto Francisco Bolonha - resolvendo o problema de moradia de seus funcionários e também os controlando, já que estariam 24 horas “disponíveis” para o trabalho (XAVIER, 2013, p. 165).

Dessa forma, se alastra entre os membros da elite local o interesse por projetos arquitetônicos modernistas, principalmente dos arquitetos modernistas cariocas, tornando Cataguases um importante “reduto para os arquitetos modernistas, uma vez que a procura por projetos arrojados para a época era bem aceita pela elite cataguasense” (XAVIER, 2013, p. 129).

5.3 O IPHAN E O TOMBAMENTO EM CATAGUASES

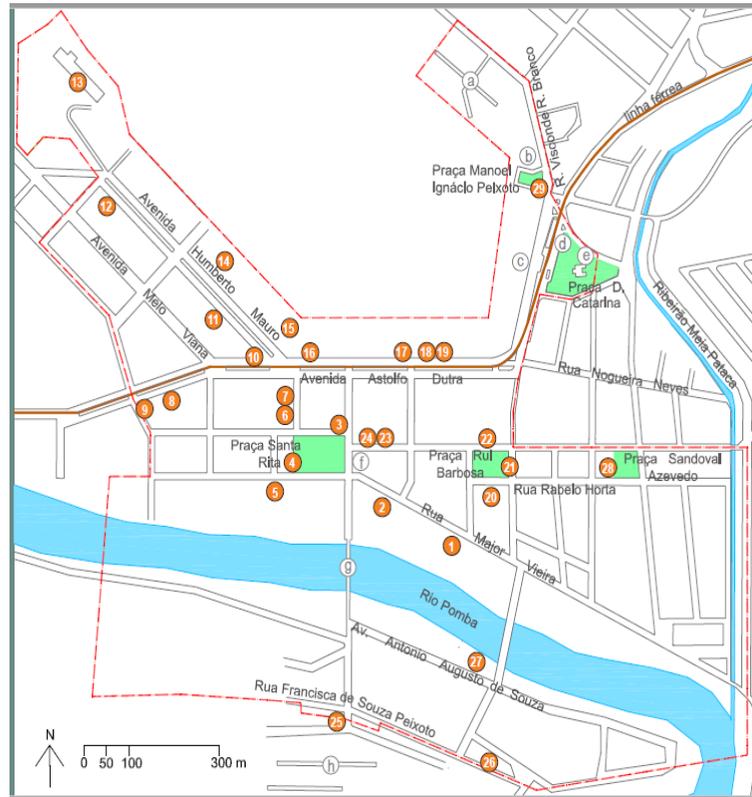
A nível nacional, as organizações ligadas ao modernismo e seus seguidores estariam interessados em Cataguases apenas como mais um mercado arquitetônico, o foco do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) - primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN) - ainda priorizava grandes obras públicas nas cidades mais importantes nos campos econômico e político, como a capital da República, naquele momento no Rio de Janeiro. Como exemplo, o SPHAN designado pelo governo mineiro através do projeto do Grande Hotel de Ouro Preto - cidade já considerada um patrimônio nacional - entrou em crise quando Carlos Leão, autor ligado aos modernistas, não “abraçou o modernismo” em seu projeto, levando os modernistas do SPHAN a repassar a elaboração de um novo projeto a Niemeyer como uma forma de garantir traços genuinamente modernistas à construção. “Essa investida de Niemeyer traz à arquitetura modernista o status de obra de arte, com os modernistas, através do SPHAN, tomando para si o direito de julgar e determinar o mérito da boa arquitetura, aquilo que deve ser preservado e sacralizado como representante de um patrimônio histórico e cultural” (XAVIER, 2013, p. 115).

Em 1987, a Prefeitura de Cataguases inicia um trabalho de resgate da cultura e memória do município e solicita a ajuda do IPHAN que, em 1994, decreta o seu tombamento em função do seu rico acervo modernista, com prédios projetados por arquitetos renomados como Oscar Niemeyer e Aldary Toledo. Este movimento contou com uma produção cinematográfica e literária, uma poligonal de proteção no centro histórico (Figura 3), além de dezesseis bens¹² imóveis tombados individualmente (ALONSO, 2010; XAVIER, 2013).

12 São eles: **1. Prédio do Colégio Cataguases** atual Colégio Estadual Manoel Ignácio Peixoto; Chácara Granjaria; Arquiteto: Oscar Niemeyer; Paisagismo: Roberto Burle Marx; Escultura "O Pensador" de Jan Zach; Painel de Pastilhas de Paulo Werneck; Propriedade do estado de Minas Gerais; **2. Prédio da Residência de Francisco Inácio Peixoto**, à Rua Major Vieira nº 154; Arquiteto: Oscar Niemeyer; Paisagismo: Roberto Burle Marx; Propriedade do Espólio de Francisco Inácio Peixoto; **3. Prédio da Residência A.O.Gomes**, à Avenida Astolfo Dutra nº 176; Arquiteto: Francisco Bologna; Painel de Azulejos (fachada externa) de Anísio Medeiros: Festa Nordestina; Afresco de Émeric Marcier: A lenda sobre o rapto das Sabinas; Propriedade de Nanzita Ladeira Salgado Alvim Gomes; **4. Prédio da Residência de Josélia Peixoto Medeiros**, à Avenida Astolfo Dutra nº 146; Arquiteto: Aldary Henriques Toledo; Paisagismo: Francisco Bologna; Propriedade: Josélia Peixoto Medeiros; **5. Prédio da Residência de Nélia Peixoto**, à Avenida Astolfo Dutra nº116; Arquiteto: Edgard Guimarães do Vale; Paisagismo: Francisco Bologna¹⁹; Propriedade de Nélia Peixoto; **6. Prédio do Hotel Cataguases**, à Rua Major Vieira nº 56; Arquitetos: Aldary Henriques Toledo e Gilberto Lemos; Paisagismo: Carlos Percy²⁰; Escultura Mulher de Jan Zach; Propriedade do Hotel Cataguases S/C Ltda.; **7. Prédio do Cine-Teatro Edgard**, à Praça Rui Barbosa nº 174; Arquitetos: Aldary Henriques Toledo e Carlos Leão; Propriedade do Circuito Cinema Brasil Ltda./Loja Maçônica Labor e Trabalho e do Município de Cataguases; **8. Prédio do Edifício A Nacional**, à Praça Rui Barbosa nº 68; Arquiteto: M.M.M. Roberto; Propriedade de Walter Ferraz Gomes e Espólio Silvio Ferraz Gomes/Sebastião José de Carvalho/Antonio Gomes de Carvalho/Maria Cristina Carvalho Thomé/ Espólio de Atheniense Ferraz; **9. Conjunto de Prédios das Residências Operárias**, à Rua Francisca Peixoto; Arquiteto: Francisco Bologna; Propriedade da Companhia Industrial de Cataguases; **10. Monumento a José Inácio Peixoto**, à Praça José Inácio Peixoto; Arquiteto: Francisco Bologna; Escultura A família de Bruno Giorgi; Painel de azulejos As Fiandeiras de Cândido Portinari; Propriedade da Companhia Industrial de Cataguases e do Município de Cataguases; **11. Ponte Metálica sobre o Rio Pomba**;

Figura 3 Mapa de Perímetro de Tombamento Região Central de Cataguases – Prédio Histórico e Obras Modernistas



Legenda: Prédios Históricos:
Fonte: Alonso (2012).

- | | |
|---|---------------------------------------|
| (a) Vila Operária Irmãos Peixoto; | (e) Biblioteca Pública Municipal; |
| (b) Antiga Fábrica de Fiação e Tecelagem; | (f) Prefeitura Municipal; |
| (c) Grande Hotel Vilas; | (g) Ponte Metálica sobre o Rio Pomba; |
| (d) Estação Ferroviária; | (h) Vila Operária Bairro Jardim |

Obras Modernistas:

- | | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|
| 1-Residência Francisco Inácio Peixoto | 16-Residência Jayme Afonso de Souza |
| 2-Hotel Cataguases | 17-Residência Ottônio Alvim Gomes |

Propriedade do Município de Cataguases; **12. Prédio da Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguases/M. Ignácio Peixoto & Filhos**, à Praça Manoel Ignácio Peixoto s/n°; Propriedade das Indústrias Irmãos Peixoto; **13. Prédio da Estação Ferroviária de Cataguases**, à Praça Governador Valadares; Propriedade do Município de Cataguases; **14. Prédio do Museu da Eletricidade Cataguases-Leopoldina**, à Av. Astolfo Dutra n° 41; Propriedade da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina; **15. Prédio do Edifício do Antigo Grupo Escolar Coronel Vieira**, atual Escola Estadual Coronel Vieira, à Av. Astolfo Dutra n° 303; Propriedade do estado de Minas Gerais; **16. Prédio do Educandário Dom Silvério**, à Rua Doutor Lobo Filho n°270; Painel (fachada externa) de Anísio Medeiros; Afresco da Capela Genesis de Émeric Marcier; Propriedade da Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência (ALONSO, 2010, p.21).

- | | |
|---------------------------------------|---|
| 3-Residência Antônio Hécio P. Queiroz | 18-Resid. José Pacheco de Medeiros Filho |
| 4-Matriz de Santa Rita de Cássia | 19-Residência José Inácio Peixoto |
| 5-Educandário Dom Silvério | 20-Cine Teatro de Cataguases |
| 6-Residência José de Castro | 21-Praça Rui Barbosa |
| 7-Residência Wellington de Souza | 22-Edifício A Nacional |
| 8-Residência Roberto Castro Fonseca | 23-IAPI - Agência Regional |
| 9-Residência Cia Industrial | 24-Residência José Sereno Lopes |
| 10-Residência Anamirtes Lacerda | 25-Vila Operária Cia Industrial |
| 11-Residência Mauro Carvalho Ramos | 26-Monumento a José Inácio Peixoto |
| 12-Residência Altamiro Peixoto | 27-Sindicato dos Trabalhadores Energia Elétrica |
| 13-Colégio Cataguases | 28-Conjunto Habitacional |
| 14-Residência José Maria Porto Rocha | 29-Praça Manoel Inácio Peixoto. |
| 15-Residência José Queiroz Filho | |

Figura 4– Prédio da Companhia de Fiação e Tecelagem de Cataguases (CFTC)



Fonte: o Autor (registro de 2019)

Figura 5– Grande Hotel Vilas e Estação Ferroviária



Fonte: o Autor (registro de 2019)

Figura 6- Biblioteca Municipal



Fonte: o Autor (registro de 2019)

Figura 7- Prefeitura Municipal e Câmara dos Vereadores



Fonte: o Autor (registro de 2019)

Figura 8- Ponte Metálica



Fonte: o Autor (registro de 2019)

Figura 9- Vila Operária



Fonte: O Autor (registro de 2017)

Figura 10- Residência Francisco Inácio Peixoto – Projetada por Oscar Niemeyer, com paisagismo de Burle Marx, esculturas de Jan Zach e José Pedrosa.



Fonte: O autor (registro de 2019)

Figura 11- Hotel Cataguases – Projetado por Aldary Henriques Toledo e Gilberto Lyra de Lemos, paisagismo de Carlos Perry e escultura de Jan Zach.



Fonte: o Autor (registro de 2019)

Figura 12- Colégio Cataguases – projetado por Oscar Niemeyer, paisagismo de Burle Marx, escultura de Jan Zach, painéis de Cândido Portinari e Paulo Werneck



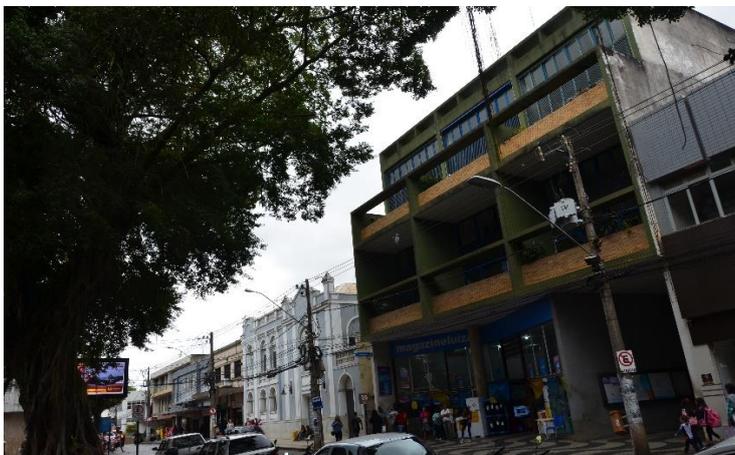
Fonte: o Autor (registro de 2019)

Figura 13- Cine Teatro de Cataguases, projetado por Aldary Henriques Toledo e Carlos Azevedo Leão.



Fonte: o Autor (registro de 2019)

Figura 14- Edifício A Nacional – projetado por MM Roberto



Fonte: o Autor (registro de 2019)

Figura 15- Monumento a José Inácio Peixoto – projetado por Francisco Bolonha, escultura de Bruno Giorgo e painel de Cândido Portinari.



Fonte: o Autor (registro de 2019)

O tombamento, em 1994, foi um ato unilateral do IPHAN, o que já demonstraria a falta de um poder catalizador local exercido pelas famílias que construíram o patrimônio tombado - situação reforçada pelo fato do órgão ter tido seu poder bastante reduzido e ainda estava procurando se recuperar.

Os primeiros trabalhos em Cataguases com o órgão federal iniciam-se em 1987, através da SPHAN/FNpM, quando a instituição vinha construindo novas perspectivas de atuação. Curiosamente vê-se, nestes trabalhos iniciais, um viés das ideias concebidas no CNRC quando os técnicos da SPHAN/FNpM trabalham com a comunidade na coleta de relatos orais e nos diversos inventários realizados e a perspectiva, naquela época, não passava inicialmente por nenhum tombamento na cidade. O tombamento ocorre somente em 1994, quando o órgão já tinha passado pela desestruturação do governo Collor e ainda se recuperava no governo Itamar Franco. Cabe notar que, em 2003, quando são inscritos os bens de Cataguases nos livros do tomo, o IPHAN ainda não havia recuperado sua estrutura totalmente (ALONSO, 2010, p. 18)

A visão hegemônica de Cataguases como ‘modernista’ é resultado da convergência entre a família Peixoto - que utilizou o movimento para se impor culturalmente sobre a cidade - e o IPHAN, que ao selecionar os dezesseis bens para o tombamento, criou uma hierarquia simbólica desses bens. A eleição destes expressa, como menciona Pereira (2016), a vontade pessoal das elites locais, que substituiu alguns dos principais espaços públicos, os quais a população mantinha laços de identidade, pelos novos imóveis. Neste sentido, colocam de lado os lugares da cotidianidade e da memória das camadas sociais dando maior importância a técnica e a arquitetura.

São exemplos dessa substituição: a Igreja Matriz de Santa Rita, construída em 1894 e transformada em arquitetura neogótica e o Cine-Teatro Recreio construído em 1893 e transformado em arquitetura maneirista italiano. Dessa forma, se evidencia que a memória guardada é reflexo de um grupo específico de arquitetos e artistas que o IPHAN reverenciou

historicamente – artistas renomados no país - e também reflexo de quem financiou essa produção arquitetônica, a elite da cidade (PEREIRA, 2016). Dois aspectos podem ser observados: a seleção dos bens como legitimador das funções sociais de uma classe elitista (BOURDIEU, 2008), bem como a construção de uma identidade que se articula com discursos sobre o valor do patrimônio em âmbito local (HOBSBAWM, 1983).

Assim, se observa um movimento de constrangimento da ordem social por meio da influência no campo político. Pode se considerar o tombamento como resultado da redução da influência da cidade de Cataguases nas esferas públicas estadual e federal, conseguindo apenas postergar sua efetivação até a inscrição nos livros do tomo em 2003. Toda a institucionalização das organizações localizadas na cidade tem como legado a construção do patrimônio que, ao ser reconhecido pela sua importância, mostra a decadência ao reduzir o papel das gerações futuras à obrigatoriedade de sua preservação. Ademais, parece haver conflitos desde as primeiras ações para a concretização do tombamento, como se evidenciou em algumas entrevistas:

O tombamento de Cataguases ele é gerido equivocadamente [...]: no tombamento primeiro veio a equipe de Campo chefiada pelo Antônio Luiz Dias de Andrade, esse 'cara' morreu depois, [...] ele e a equipe faz a pesquisa de campo e faz um relatório, e nesse relatório ele aponta, vou usar as palavras dele com aspa tá, "tombamento devidamente amenizado" de forma que as demais construções no interior da área tombada, [...] não sejam submetidas ao controle do IPHAN. [...] aí este relatório foi para o presidente do IPHAN, Italo Campo Ferreira. O IPHAN ratificou que os demais imóveis no interior da área Tombada, e ainda citando reformas, novas construções, demolições, estão livres do controle do IPHAN. Eu tenho o relatório aqui, o próprio IPHAN está dizendo que não era para ser, mas no Diário Oficial da União que saiu o edital de tombamento saiu que todas as intervenções deveriam ser submetidas ao IPHAN. Quer dizer é a notificação, ela não é baseada tecnicamente no relatório e no parecer do IPHAN e teve o relatório de campo. [...] *então o relatório foi certo, o parecer foi certo e a notificação de tombamento foi errada.* (representante CREA)

O que ficou deste processo são os conflitos entre diferentes interesses dos agentes presentes no campo de Cataguases, com alguns grupos enxergando no congelamento de grande parte da área urbana tombada um bloqueio para o desenvolvimento econômico da cidade. Isto é responsável por limitar os projetos na área de construção civil, bem como tantos outros, valorizando o patrimônio como fonte de bem-estar da população e possível fonte de renda pelo turismo. Esse processo gerou uma relação conflituosa com os órgãos governamentais, além da criação de grupos organizados para atuar sobre as restrições impostas pela legislação de tombamento (ALONSO, 2010). Nas entrevistas esse conflito fica evidente:

[...] às vezes são as pessoas que não concordam com os prédios tombados, mas gente tem valor, pessoas que não são dentro do nosso grupo, dentro das reuniões, mas dentro de Cataguases, que às vezes a gente conversa sobre isso com eles, com diversas

peças, que dizem *não concordo com tombamento* [...] (representante OAB Cataguases¹³).

Eu acho que, assim, o IPHAN é muito bom, você ter o IPHAN participando, só que muitas vezes, aqui, para muito entendeu, hoje em dia o centro, eu acho que poderia ter prédios, não precisava ser elefante branco para dizer nomes. Mas quando você vai querer construir alguma coisa no centro da cidade um prédio falta, falta isso, você não pode conseguir garagem ...entendeu? [...] eu sinto muita falta disso, tipo, de construir coisas novas entendeu? Mas, não que atrapalhasse a beleza tudo muito programado, um projeto legal, uma coisa decente [...] *O IPAHN é o IPHAN e pronto e acabou, isso daí, ninguém quer mexer, mas é, tem que se ver que tem casas que estão caindo, horrorosas, que poderia fazer alguma, coisa mas não pode* [...] é bom mas mas eu acho que tinha que ter uma flexibilidade maior. (representante ACIC)

Nesse sentido, parece em princípio que a falta de uma identidade coletiva sobre o valor da cultura (ou a inexistência deste valor) resulta de uma certa inércia quanto a organização do turismo com base na oferta do patrimônio cultural do município. A partir da apresentação dos resultados da pesquisa se buscará responder a esta suposição.

5.4 O TURISMO EM CATAGUASES

O município de Cataguases faz parte do “Circuito Serras e Cachoeiras”, do qual participam os municípios de Leopoldina, Laranjal, Dona Euzébia, Argirita, Itamarati de Minas e Além Paraíba (SETUR, 2019). O circuito se caracteriza por sua natureza, com cachoeiras, montanhas e vales. Cataguases, com um acervo arquitetônico e cultural relevante, se apresenta com vocação às artes audiovisuais, com importantes produções cinematográficas. Por essa razão, considera-se que a cidade tem um grande potencial para gerar renda local a partir do turismo cultural.

Segundo Amaral, Vilherma, Sayar, Gilverti, Zandonade, Veneroso (2016), o potencial turístico de Cataguases parece ser pouco explorado e o aproveitamento dos seus atrativos como cinema, natureza, arquitetura e artes poderia gerar um maior benefício econômico para a cidade, se fosse bem articulado entre os setores público, privado e população.

Essa limitação se verifica a partir da análise do Mapa do Turismo Brasileiro de 2019-2021 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2019), onde foi feita uma categorização dos municípios de ‘A’ a ‘E’, onde ‘A’ representa os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem no país e ‘E’ os municípios que não

13 Em todos os trechos das entrevistas se usa itálicos como grifo nosso.

possuem fluxo turístico expressivo e nem empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem. Nessa categorização, Cataguases se encontra na categoria ‘C’ (Tabela 1).

Tabela 1 - Categorização de Cataguases no Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021

Código Município	Quantidade Empregos Hospedagem	Quantidade Estabelecimentos Hospedagem	Demanda Internacional	Demanda Doméstica	Cluster 2017 (Categoria)	Arrecadação
3115300	71	8	796	41908	C	R\$ 704.418

Fonte: Adaptado de Ministério do Turismo (2019)

Dessa forma, Cataguases apresenta um fluxo turístico intermediário comparado com outras cidades do país. Porém, assim como em outros casos, como as informações sobre o turismo na cidade são muito limitadas em virtude de: não existirem estudos sobre o perfil do turista, o número de visitantes que recebe por ano, o número de empregos diretos e indiretos que gera, entre outros. O que as prefeituras fazem diante destas situações são ações isoladas e descoordenadas, limitando muito o potencial de desenvolvimento da atividade no município. Essa característica é inclusive um indício de um campo turístico desorganizado, no sentido da existência de ações coesas e sistematizadas para a promoção do destino.

Em função da falta de dados do fluxo e do perfil do turista que chega ao município buscou-se identificar qual a percepção dos entrevistados vinculados a oferta de serviços neste setor:

[...] O turismo que existe na cidade é o turismo corporativo de negócios. Esse é forte, principalmente gerado pela ENERGISA, que aumentou, e como ela fez esse centro de distribuição, não, de administração Nacional em Cataguases, tem gente demais. Às vezes a ENERGISA lota todos os hotéis sozinha, todos os hotéis, de tanta gente que vem. O fluxo é imenso. Vem gente do Brasil inteiro para Cataguases. [...] E aquele viajante tradicional que existia no passado, esse sumiu.” (representante do Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares)

Acabamos de receber na semana passada um grupo de 42 pessoas que chegaram para Cataguases durante três dias visitando as obras modernistas as obras de arquitetura, o que é um constante na cidade” (representante da Secretaria de Cultura e Turismo)

[...] quando vem muito aqui em Cataguases estudantes de Arquitetura de Urbanismo, vem ônibus aqui fechados, com muitos alunos. E ajuda bem, mas eu acho que poderia desenvolver mais, não sei no que poderia ser até ser feito para isso.” (representante do Sindicato do Comércio Varejista)

Deste modo, observou-se que, de acordo com proprietários de hotéis, o turismo de negócios é o segmento que move o setor. Como segmento alternativo, aponta-se o turismo acadêmico, especificamente as frequentes visitas para trabalho de campo de cursos de Arquitetura e Urbanismo.

5.5 O CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E TURÍSTICO DE CATAGUASES

5.5.1 Análise das políticas de turismo e do patrimônio cultural no município de Cataguases

Cataguases possui dois documentos que orientam a política no âmbito municipal, são eles: (1) Plano Diretor Participativo de Cataguases de 2006 e (2) Lei Orgânica Municipal de 2016. Em relação ao Turismo e a Cultura existem os seguintes documentos:

- Turismo - (a) Código Municipal de Turismo de 2018 – o qual contém o Regimento Interno do COMTUR e (b) Plano Municipal de Turismo.
- Patrimônio Cultural - (a) Programa Municipal de Incentivo à Cultura - Lei Ascânio Lopes; (b) Projeto de Lei Complementar - Lei Orgânica da Secretaria de Cultura de Cataguases (2018), o qual contém o Regimento Interno COMPAC.

Esses documentos foram selecionados para a análise com a finalidade de buscar uma maior compreensão sobre quais são as ações governamentais direcionadas ao Turismo e a Cultura, assim como para entender de que maneira essas duas áreas estão relacionadas, ou não. O quadro 4, sintetiza os documentos analisados.

Quadro 5 – Políticas e Leis do Município de Cataguases

Geral/Municipal	Cultura	Turismo
(1) Plano Diretor Participativo de Cataguases (2006) - Política de Desenvolvimento Territorial e Urbano do Município de Cataguases	(a) Programa Municipal de Incentivo à Cultura - Lei Ascânio Lopes (2009)	(i) Plano Municipal de Turismo
(2) Lei Orgânica Municipal (2016)	(b) Projeto de Lei Complementar – Lei Orgânica da Secretaria de Cultura de Cataguases (2018) – o qual contém o Regimento Interno COMPAC	(ii) Código Municipal de Turismo (2018) – o qual contém o Regimento Interno do COMTUR

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

A análise desses documentos buscou, de maneira específica, verificar a relação entre cultura e turismo, ou seja: verificar se essas duas atividades estão pensadas de maneira conjunta ou separada e, por consequência, se mantêm um diálogo e objetivos comuns.

(1) Plano Diretor Participativo de Cataguases de 2006

Cataguases possui um Plano Diretor Participativo, elaborado em 2006 (Lei nº. 3546). De acordo com o Artigo 2º, o Plano é o instrumento da política de desenvolvimento territorial e urbano do município, sob os aspectos físico, ambiental, social e econômico, que orienta as ações do Poder Público e da iniciativa privada.

O Turismo é mencionado no Capítulo II: “Do Desenvolvimento Socioeconômico da Geração de Emprego e Renda”. Assim, ressalta-se o estímulo ao desenvolvimento do setor por meio de apoio à: atração turística, criação de cursos de profissionalização e especialização da mão-de-obra turística, fortalecimento do turismo regional e exploração da “vitalidade cultural do município, através de parcerias, estimulando a promoção de eventos na cidade para atraírem turistas” (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006, p. 13).

A Cultura, por sua vez, é citada no Capítulo V: “Da Preservação, Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural”, estabelecendo-se a legislação e as diretrizes de preservação, proteção e conservação do patrimônio cultural de Cataguases. Uma das diretrizes de destaque é a reativação do Conselho Municipal de Patrimônio, sendo desmembrado do Conselho Municipal de Cultura, presente no Artigo 25 deste documento. Além disso, no artigo 29, se estabelece que “a gestão da política de Proteção do Patrimônio Cultural de Cataguases será feita pela Prefeitura Municipal de Cataguases, através do seu Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases, pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e pelo IPHAN” (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006, p. 29). Também fica estabelecido a composição dos membros do COMPAC. Porém, essa composição é alterada posteriormente pela Lei nº. 3737/2009, analisada a seguir.

(2) Lei Orgânica Municipal de 2016

Cataguases possui uma Lei Orgânica Municipal de 2016, que anteriormente possuía a nomenclatura “Constituição Municipal de Cataguases”. Esta lei é a lei mais importante que rege o município, estabelecendo as suas competências, as atribuições de cada poder municipal, as contas públicas etc., normatizando e regulamentando as ações e as responsabilidades do município e estabelecendo os limites legal de atuação.

Em relação ao Turismo e à Cultura, na seção “Da Competência Municipal”, está disposto no Artigo 6: “Promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (LEI ORGÂNICA, 2006, p. 2).

(3) Lei nº 3746/2009 Programa Municipal de Incentivo à Cultura, denominada Lei Ascânio Lopes

Em 2009, a Lei Ascânio Lopes é aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo Prefeito Municipal Willian Lobo de Almeida, tendo por objetivos:

I - Incentivar a formação artística e cultural, mediante:

a) concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho para autores, artistas e técnicos residentes no Município;

b) instalação e manutenção de atividades sem fins lucrativos destinados à formação artístico-cultural;

c) realização de cursos de caráter artístico-cultural destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal;

II - Incentivar a produção cultural e artística, mediante:

a) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de produtos culturais, de natureza fonográfica, vídeo fonográfica e cinematográfica;

b) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;

c) realização de festivais de música, espetáculos de artes cênicas, musicais e folclóricos;

d) realização de exposições de artes plásticas, artes gráficas, artesanato e fotografia.

Através do Art. 4º criou-se o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, composto por 0,25% do Orçamento Público Municipal, com a finalidade de promoção de suporte financeiro à execução dos projetos relativos aos objetivos propostos por esta Lei.

Como pode ser observado, o turismo não aparece em nenhum momento na lei de cultura como uma área afim.

(4) Projeto de Lei Complementar – Lei Orgânica da Secretaria de Cultura de Cataguases 055/2018 – implementada a partir de 23 de agosto de 2018

A Lei Orgânica de Cultura é a política cultural do município, tendo como principais objetivos: o incentivo a criação cultural; criação de condições para que todos tenham acesso aos bens culturais; proteção e preservação do patrimônio cultural; promoção da conscientização da sociedade para a preservação, divulgação e promoção do patrimônio cultural e promover a função sociocultural da propriedade.

Nas diretrizes da política cultural do município, o turismo aparece como uma área que possui idêntico ou conexo interesse público e privado com o patrimônio cultural. Desta forma, a política direciona uma coordenação do patrimônio cultural com as políticas dessas áreas afins.

Foi identificado, contudo, que o documento apresenta uma incoerência. Tendo a pasta de Cultura e Turismo, seria esperado que tal lei abrangesse os temas da Cultura e do Turismo. Além disso, deveria indicar uma conjunção de esforços entre as duas áreas nos documentos que

orientam as ações do governo municipal (e não somente apresentar um inciso) dentro de um Artigo que estabelece uma correlação entre as duas áreas.

Nesse mesmo documento, elaborado em 2018, está contemplado no Capítulo 2, sobre o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, especificando o Regimento do COMPAC. Desta forma, como o conselho possui um Regimento elaborado em 2009 e a presente Lei Orgânica é mais atual (revogando o que está na antiga, por tratar do mesmo tema de maneira diferente), não se realizará a análise do Regimento de 2009. O que está em vigor, nesse momento, é o Regimento estabelecido na Lei Orgânica.

No capítulo 2, “Do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural”, se estabelece que o COMPAC é um órgão colegiado, autônomo, normativo, deliberativo, consultivo, paritário, com função de assessorar o Poder Público Municipal nos assuntos relacionados ao Patrimônio Cultural, assim como está destinado a elaborar a política municipal de proteção ao patrimônio cultural.

Entre as competências do COMPAC, estão dispostas XXII incisos, dos quais destacamos: a preservação, proteção, conservação e manutenção do patrimônio, inventariar e fazer o tombamento do patrimônio cultural no município, formular o Regimento interno, elaborar projetos de Lei e normas relacionados a proteção do patrimônio.

A composição do COMPAC está especificada da seguinte forma:

Membros Natos:

1. Presidente do Conselho - Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Cataguases
2. Secretário Executivo - Coordenador do Departamento Municipal do Patrimônio Histórico de Cataguases – DEMPHAC
3. Vice-presidente - eleito

Membros Designados:

4. Representante da 6 Subseção OAB/MG
5. Representante Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG
6. Representante Secretaria Municipal de Educação
7. Representante Câmara Municipal de Cataguases
8. Representante Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura
9. Representante da UAMC-União das Associações de Moradores de Cataguases

10. Representante Secretaria Municipal de Obras
11. Representante Escolas de Ensino Superior em Cataguases
12. Representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU

Para cada membro (titular), existirá um suplente para substituí-lo em caso de impedimento ou ausência. Os mandatos dos membros serão de 2 anos, cabendo ao Prefeito Municipal nomear e dar posse aos conselheiros através de Decreto. O COMPAC é um órgão deliberativo nos assuntos de sua competência.

(5) Código Municipal de Turismo 2018 Lei nº 4.570/2018

O Código Municipal de Turismo entrou em vigor em 23 de dezembro de 2018 e trata a respeito da Política, do Plano e do Conselho Municipal de Turismo, assim como outras providências.

Em relação a Política Municipal de Turismo, são estabelecidas normas destinadas a promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social, cujos objetivos são: gerar empregos; criar roteiros para aumentar o fluxo turístico; consolidar e diversificar atrações turísticas do município; estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais, construídos e culturais; estimular o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas de turismo; elaborar e implementar conjuntamente com o COMTUR diretrizes para o desenvolvimento do turismo, entre outras.

O documento também estabelece que “O Sistema Municipal de Turismo”, metodologia utilizada por vários municípios, tem por objetivo “promover o desenvolvimento das atividades turísticas locais, de forma sustentável, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo e com outros municípios, como também a governança regional a qual estiver filiado à época” (CÓDIGO MUNICIPAL DE TURISMO, 2018, p.2). É composto pelos seguintes órgãos:

- a) Secretaria de Cultura e Turismo (terá um Secretário de nomeação exclusiva do Prefeito Municipal, com cargo de livre nomeação e exoneração) constituir-se-á por um Secretário, uma Coordenação Executiva e uma Gestão Municipal voltada exclusivamente ao Turismo;
- b) Conferência Municipal de Turismo (instância máxima para dirimir dúvidas e deliberar diante de grande impasse ou decisão que requeira maior participação da sociedade, será realizado sempre que convocado pelo Presidente da República, pelo Governador do Estado,

pelo Prefeito Municipal, ou ainda Conselho Municipal de Turismo no máximo duas vezes a cada ano);

c) Conselho Municipal de Turismo – COMTUR (é instância deliberativa e ou consultiva, exclusiva, das Políticas Municipais de Turismo. Sendo obrigatório seu pronunciamento nas decisões relevantes aos assuntos afins);

d) Coordenadoria de Turismo/Gestor Municipal de Turismo (será detentor de cargo de Coordenador Executivo e será indicado junto a SETUR- Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais para Gestor Municipal de Turismo); e

e) Fundo Municipal de Turismo (Gerido pelo Conselho Municipal de Turismo financiará a Política Municipal de Turismo).

Poderá, ainda, integrar ao Sistema a instância de governança regional em que o Município de Cataguases esteja filiado ou associado à época. Além disso, em uma das suas atribuições, está a seção “XVI: Efetivação de turismólogo para analisar, estudar e coordenar as atividades turísticas da Secretaria de Cultura e Turismo, inclusive do CENITUR — Centro de Informações Turísticas do Município de Cataguases” (CÓDIGO MUNICIPAL DE TURISMO, 2018, p.3).

Assim, se estabelece que o Conselho Municipal de Turismo tem caráter deliberativo e por objetivo reger, difundir e estabelecer as políticas de turismo do Município de Cataguases. Mais precisamente, as atribuições do Conselho são: Implantar e executar a Política Municipal de Turismo no Município de Cataguases e contribuir para o desenvolvimento constante; Coordenar, estabelecer e difundir ações de projetos para as áreas de ações turísticas, incluindo as áreas de lazer e entretenimentos, definindo prioridades; Planejar os investimentos e suas aplicações de recursos na área turismo e afins; Normatizar e encaminhar ao Poder Executivo e Legislativo, para regulamentação e aplicação de medidas próprias e essenciais ao desenvolvimento do turismo no município; Elaborar o Plano Municipal de Turismo, que abranja a criação de leis, normas de proteção e desenvolvimento; Elaborar seu Regimento Interno; Coordenar, juntamente com órgãos competentes, na criação e aplicação de cursos técnicos nas áreas voltadas ao turismo, bem como participar na elaboração de projetos para criação de futuras faculdades e universidades da área.

Além disso, quanto da composição do Conselho Municipal de Turismo, é estabelecida sua formação por 16 (dezesseis) membros, considerando os representantes das entidades e seus suplentes, de forma paritária:

1. Um membro representante patronal da área de hotéis, bares, restaurantes e similares;
2. Um membro representante do Sindicato dos Empregados em Turismo de Cataguases;
3. Um representante dos agentes de viagens receptivos;
4. Um membro indicado pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Cataguases - CDL
5. Um membro indicado pela Associação Comercial e Industrial de Cataguases ACIC;
6. Um membro indicado pelo Sindicato do Comércio de Cataguases;
7. Um representante de uma das Instituições Culturais existente no Município de Cataguases;
8. Um membro indicado pela EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais.
9. Oito representantes do Poder Executivo.

O mandato do Conselheiro Municipal de Turismo será de dois anos, permitindo uma recondução consecutiva. A presidência do COMTUR será exercida pelo Secretário Municipal da referida área ou por um representante indicado pelo mesmo e deverá ser referenciada pelo Prefeito. Em caso de ausência do Secretário, a nomeação é de exclusividade do Prefeito. O Vice-Presidente e o (a) Secretário(a) Executivo(a) serão eleitos pela Assembleia Geral, através de seus pares. O presidente do Conselho Municipal de Turismo, quanto as deliberações do Conselho tomadas por maioria simples, terá direito ao voto "Minerva". O Conselho Municipal de Turismo elaborará no prazo de 180 (cento e oitenta dias), podendo ser prorrogado por prazo máximo igual, o seu Regimento Interno¹⁴.

Cria-se, então, o Comitê Intersetorial de Facilitação Turística, com a finalidade de compatibilizar a execução do Plano Municipal de Turismo e a consecução das metas do Plano Municipal de Turismo - PMT com as demais políticas públicas. Desta forma, os planos, programas e projetos das diversas áreas do Governo Municipal incentivam: A Política de

14 Existe um Regimento Interno do COMTUR de 21 de outubro de 2016, o qual está passando por alterações, dessa forma, tomamos como oficial o Código Municipal de Turismo 2018 LEI NO 4.570/2018, o qual está em vigor neste momento e revoga o regimento do COMTUR de 2016, por tratar do mesmo tema de maneira diferente. “Parágrafo Único: Fica valendo até a aprovação e publicação final o Regimento Interno do COMTUR aprovado em 21 de outubro de 2016” (CÓDIGO MUNICIPAL DE TURISMO, 2018, p.5).

crédito e financiamento ao setor; A adoção de instrumentos tributários de fomento à atividade turística mercantil, tanto no consumo quanto na produção; O incremento ao turismo pela promoção adequada de preços de passagens, tarifas diferenciadas ou estimuladoras relativas ao transporte turístico; As condições para afretamento relativas ao transporte turístico; O levantamento de informações quanto a procedência e nacionalidade dos turistas regionais, nacionais e estrangeiros, motivo da viagem e tempo de permanência estimado no Município; A formação; a capacitação profissional, a qualificação, o treinamento e a reciclagem de mão de obra para o setor turístico e sua colocação no mercado de trabalho; O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às empresas de pequeno porte, microempresas e microempreendedor da área de turismo; A geração de empregos; O estabelecimento de critérios de segurança na utilização de serviços e equipamentos turísticos e; A formação de parcerias intersetoriais com as entidades da administração pública municipal, visando ao aproveitamento e ordenamento do patrimônio natural e cultural para fins turísticos.

Tal Comitê Inter setorial de Facilitação Turística é composto por:

02 (dois) representantes da Secretaria de Cultura e Turismo;

01 (um) representante da Secretaria de Obras;

01 (um) representante da Secretaria de Saúde;

01 (um) representante da Secretaria de Serviços Urbanos; e

01 (um) representante da Secretaria de Fazenda.

A Lei considera os Prestadores de Serviços Turísticos, as sociedades empresariais, as sociedades simples, os empresários individuais e os serviços sociais autônomos que prestem serviços turísticos remunerados e que exerçam as seguintes atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo: meios de hospedagem; agências de turismo; transportadoras turísticas; organizadoras de eventos; parques temáticos; e acampamentos turísticos.

Parágrafo Único: Estão sujeitos à mesma obrigatoriedade de ser cadastradas no Ministério do Turismo, atendidas as condições próprias, as sociedades empresárias que prestem os seguintes serviços: restaurantes, cafeterias, bares e similares; centros ou locais destinados a convenções e a feiras e a exposições e similares; parques temáticos aquáticos e empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer; marinas e empreendimentos de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva; casas de espetáculos e equipamentos de animação turística; organizadores, promotores e prestadores de serviços de infraestrutura, locação de equipamentos e montadoras de feiras de negócios, exposições e eventos; locadoras de veículos para turistas; e prestadores de serviços especializados na

realização e promoção das diversas modalidades dos segmentos turísticos, inclusive atrações turísticas e empresas de planejamento, bem como a prática de suas atividades.

Os prestadores de serviços turísticos estão obrigados ao cadastro no Ministério do Turismo (CADASTUR), conforme Lei Federal 11.771 de 17 de setembro de 2008, na forma e nas condições imprescindíveis fixadas nesta Lei. Estão também obrigados à apresentação do Certificado do CADASTUR para obtenção do Alvará de Funcionamento.

O Código Municipal de Turismo (2018) determina a competência ao Conselho de Turismo Municipal de elaborar Plano Municipal de Turismo - instrumento de formulação das ações estratégicas do poder público no tocante ao planejamento e incentivo às atividades e serviços turísticos. Na preparação deste Plano, ainda estabelece que deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

- I. A prática do turismo como forma de promover, valorizar e preservar o patrimônio natural e cultural do Município;
- II. Desenvolvimento econômico e social da população;
- III. Valorização do ser humano como destinatário final do desenvolvimento turístico;
- IV. Valorização da imagem de Cataguases no Brasil e exterior;
- V. Desenvolvimento do turismo;

Finalmente, a lei determina também o Fundo Municipal de Turismo com vigência ilimitada, cuja gestão incluir-se-á dentre as funções do Conselho Municipal de Turismo.

(6) Plano Municipal de Turismo 2018-2019

A elaboração do Plano Municipal de Turismo, no final de 2017, teve como proposta atender as pretensões de organizar a sociedade civil –representada pelo COMTUR– e o governo para aumentar o potencial turístico, instalar melhorias na infraestrutura local, elaborando prazos e fontes de recursos.

O documento apresenta como objetivos: o aumentar o fluxo turístico, tanto estadual, nacional como internacional; aumentar o tempo médio de permanência do turista na cidade; aumentar o número de estabelecimentos de hospedagem e de leitos; incrementar os investimentos; aumentar a receita do turismo; ampliar a receita tributária municipal oriunda das atividades turísticas; ampliar o número de empregos gerados pela atividade turística; revogar o Decreto Municipal que proíbe a abertura do comércio aos domingos e feriados.

A missão do Plano é colocar o turismo em Cataguases “muito além do Modernismo”, atuando também em áreas não vinculadas ao legado cultural relacionado ao movimento – como,

por exemplo, o arquitetônico urbano, desenvolvendo o turismo rural. Ainda, observa-se como visão que Cataguases seja reconhecida pelos principais polos turísticos emissivos do Brasil e do mundo até o ano de 2020, aproveitando seu potencial histórico de destino cultural, natural e empresarial da Zona da Mata. Conforme o documento preza-se pelos valores: Incorrutibilidade; Humanidade; Urbanidade; Hospitalidade e Sustentabilidade.

O Plano também apresenta algumas ações concretas estabelecidas para o ano de 2018 e 2019. De uma maneira geral, dentro das ações se encontram basicamente: a elaboração de eventos ao longo do ano (Carnaval; Festival Food Truck; Festa de Santa Rita; Mostra Amor & Arte 2017/2018; Flores de Holambra; Festival Ver e Fazer Filmes; Festival de Música e Gastronomia; Festa da Mandioca; Festa de Aniversário da Cidade; Festa da Independência do Brasil; Samba da Comunidade; Festival Arte da Casa; Conferência de Turismo; Exposição "Cataguases Berço da Arte"; Cantata; Exposição Natal com Amor).

A outra proposta de ação recorrente baseia-se no estabelecimento de uma parceria entre a Secretaria de Cultura e Turismo e a Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Serras e Cachoeiras.

Porém, a partir da análise dos documentos institucionais, fica evidente a ausência de orientações a ações concretas que relacione a atratividade turística ao patrimônio Cultural do município de Cataguases. Apesar da existência de uma Secretaria conjunta de Cultura e Turismo, não existem planos, ações, estratégias ou esforços institucionalizados que indiquem uma conjunção entre essas duas áreas de maneira efetiva. Dito em outras palavras, está subentendido que a vinculação é benéfica a ambas atividades, porém não se logra a sua efetivação por meio de ações concretas.

5.6 ANÁLISE DOS CAMPOS SOCIAIS REPRESENTADOS PELO COMPAC E PELO COMTUR

Cada campo tem um interesse comum a todos os agentes, ligado à sua própria existência, e às diversas formas de capital (econômico, cultural e social) que determinarão e reproduzirão as **posições** sociais (AMPARÁN, 1998). A **posição** no campo está relacionada com a **tomada de posição**, que depende da intermediação das **disposições** (BOURDIEU, 1996). Dessa forma, o campo foi reconstruído tomando em conta que as relações entre os atores estão configuradas pelas posições (lado objetivo) dos agentes, pelas disposições (lado subjetivo) e tomada de posição, que é a maneira em que as posições se expressam nesse campo.

Porém, somente a posição do ator no campo é insuficiente para analisar a interferência dos seus agentes. Por isso, como sugere Bourdieu (1993), a tomada de posição - sistema estruturado de práticas e expressões de agentes- é essencial para compreendê-lo.

5.6.1 Campo e *Habitus* COMPAC

Primeiramente, no que diz respeito à reconstrução do campo, os agentes foram mapeados. Considerou-se os membros de cada conselho, como os atores existentes em cada campo. A configuração do COMPAC no período analisado está composta por 10 instituições, das quais 8 estão vinculadas ao setor público, enquanto 2 representam interesses vinculados ao setor privado, conforme a Lei nº. 3.737 de 27 de maio de 2009, cria o COMPAC¹⁵ (Quadro 5).

Quadro 6 - Membros do COMPAC segundo o setor de interesse representado

Membros do COMPAC	Total de representantes por setor de interesse
1. Secretário de Cultura e Turismo (Presidente)	Setor Público – 8 representantes
2. Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases – DEMPHAC (Secretário Executivo)	
3. Secretaria Municipal de Educação	
4. Secretaria Municipal de Obras	
5. Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura	
6. Câmara de vereadores	
7. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais- CREA-MG	
8. OAB Cataguases	
9. Faculdades Integradas de Cataguases– FIC/Grupo UNIS	Setor privado – 2 representantes
10. União Associações Moradores Cataguases	

Nota: *Não foi identificado no conselho a entidade que tem a vice-presidência como cargo.

** Neste trabalho foram considerados apenas a classificação entre setor público e setor privado (todos aqueles agentes que não representam interesse de uma entidade pública. Deste modo inclusive as ONG foram alocadas neste grupo)

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

15 Atualmente está em vigor a Lei nº. 055/2018, que altera o Regimento Interno do conselho e a composição dos membros. Além da troca de representantes e suplente o representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU foi introduzido no conselho após a referida revisão, de modo que não serão considerados para a análise.

Logo se estabeleceu uma escala com os dados coletados, de maneira que pudesse aproximar a posição em que o agente ocupa no campo do patrimônio cultural. Deste modo, encontramos os seguintes valores que nos indicam o volume de capital de cada ator (Tabela 2):

Tabela 2 - Volume de capital do COMPAC

COMPAC	Escala	Capital Cultural	Escala	Capital Social	Escala	Capital Econômico (R\$000)	Volume de Capital
Secretaria Cultura e Turismo	4	Direito	2	Municipal	4	1,018	10
DEMPHAC	4	História	2	Municipal	4	1,018	10
Secretaria de Educação	5	Letras pós-graduado	2	Municipal	5	35,311	12
CREA-MG	5	Engenharia pós-graduado	3	Estadual	4	4,558	12
FIC/Grupo UNIS	5	Fisioterapia pós-graduado	3	Estadual	4	1,500	12
Secretaria Municipal de Obras	4	Arquitetura	2	Municipal	4	4,876	10
OAB Cataguases	4	Advocacia	3	Estadual	5	> 10.000	12
Secretaria Meio Ambiente	5	Biologia Marinha e Mestre	2	Municipal	4	1,409	11
Câmara de vereadores	2	Ensino médio	2	Municipal	4	6,749	8
UAMC	1	Primeiro grau	2	Municipal	1	0.3	4

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2019.

Como observado, a Secretaria de Educação, o CREA-MG, a FIC/Grupo UNIS, e a OAB Cataguases são os atores que possuem maior volume de capital, detendo uma posição privilegiada no campo a partir do somatório do seu capital cultural, social e econômico. Apoiam-se como forma de identificar a tomada de posição a identificação das ações relacionadas a proposição de algum tema nas discussões do COMPAC, assim como as práticas e expressões dos agentes, a sua frequência nas reuniões, suas intervenções nas reuniões, e se os agentes foram mencionados por outros agentes como importantes.

O Conselho do Patrimônio Cultural de Cataguases realizou um total de 12 reuniões no período analisado. No ano de 2017 foram realizadas 5 reuniões nos meses de junho, julho, setembro, outubro e novembro, enquanto em 2018 o COMPAC se reuniu 7 vezes, em março, maio, junho, agosto, setembro e novembro (Quadro 7).

Quadro 7- Sequência das reuniões do COMPAC por ano

2017	2018
Reunião 1 - 01/06/17	Reunião 6 - 28/03/18
Reunião 2 - 20/07/17	Reunião 7 - 17/05/18
Reunião 3 - 21/09/17	Reunião 8 - 12/07/18
Reunião 4 - 03/10/17	Reunião 9 - 23/08/18
Reunião 5 - 30/11/17	Reunião 10 - 29/08/18
	Reunião 11 - 27/09/18
	Reunião 12 - 27/11/18

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

Assim, das 10 entidades componentes do COMPAC, as mais frequentes são: a Secretaria de Cultura e Turismo, que acumula o cargo de presidente do conselho; e o Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases – DEMPHAC, representada pelo secretário executivo. Ambas estiveram presentes em todas as reuniões. Os atores menos assíduos foram: a Câmara de Vereadores e a União Associações Moradores Cataguases, cuja participação foi em apenas 3 reuniões durante o período total examinado.

No ano de 2017, a Secretaria de Cultura e Turismo, o Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases, a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Obras, participaram de todas as reuniões do COMPAC. O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais e as Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS também tiveram participação significativa, estando em 4 reuniões, significando que cada um teve 80 % de assiduidade anual no COMPAC. Por fim, a Câmara de vereadores, a OAB Cataguases e a União Associações Moradores Cataguases foram os membros menos frequentes, tendo participado de apenas 40% das atividades do conselho neste ano.

Em 2018, de um total de 7 reuniões, a Secretaria de Cultura e Turismo e o Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases tiveram uma assiduidade de 100%. A Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Obras e as Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS também tiveram representatividade alta (85,71%). Em seguida, o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais esteve em 5 reuniões e a OAB Cataguases em 4 destes eventos. Por fim, a Câmara de vereadores e a União Associações Moradores Cataguases, mais uma vez, foram os membros menos frequentes, cuja assiduidade de cada ator foi de somente 1 reunião.

Na tabela 3 está representada a distribuição de frequência entre os atores do COMPAC nos anos de 2017 e 2018, bem como o somatório da participação de cada ator em todo o período examinado.

Tabela 3 - Distribuição da participação nas reuniões do COMPAC entre 2017-2018.

Entidades membro do COMPAC	Frequência 2017	Frequência 2018	Frequência Total
1. Secretaria de Cultura e Turismo (Presidente)	5 (100%)	7 (100%)	12 (100%)
2.			
3. Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases – DEMPHAC (Secretário Executivo)	5 (100%)	7 (100%)	12 (100%)
4. Secretaria Municipal de Educação	5 (100%)	6 (85,71%)	11 (91,66%)
5. Secretaria Municipal de Obras	5 (100%)	6 (85,71%)	11 (91,66%)
6. Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura	4 (80%)	3 (42,85%)	7 (58,33%)
7. Câmara de vereadores	2 (40%)	1 (14,28%)	3 (25%)
8. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais- CREA-MG	4 (80%)	5 (71,42%)	9 (75%)
9. Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS	4 (80%)	6 (85,71%)	10 (83,33%)
10. OAB Cataguases	2 (40%)	4 (57,14%)	6 (50%)
11. União Associações Moradores Cataguases	2 (40%)	1 (14,29%)	3 (25%)
Frequência total	5 (100%)	7 (100%)	12 (100%)

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

É possível inferir, com base na frequência nas reuniões, que os atores que mais participam da discussão dos temas relativos ao patrimônio cultural são, em ordem: a Secretaria de Cultura e Turismo (Presidente) – 100% de presença, o Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases – DEMPHAC (Secretário Executivo) – 100% de presença, Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Obras, ambas com 91,66% de presença.

Uma vez identificada a distribuição da frequência dos membros do COMPAC observou-se quais atores realizaram intervenções durante as reuniões (tabela 4). De acordo com a análise das atas de reuniões do conselho, notou-se que a Secretaria de Cultura e Turismo, que tem a presidência do conselho, foi quem realizou mais intervenções nas reuniões (23,53%). Na sequência, o Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases foi o ator que mais se manifestou (17,65%). Ressalta-se que os dois atores são componentes da diretoria do conselho, e ambos vinculados ao setor público. Ainda, cumpre ressaltar a

participação da Secretaria Municipal de Obras, que aparece em terceiro lugar entre os atores que mais tomaram posição durante as reuniões (15,69%).

Em termos intermediários o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais e a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura, desempenharam 9,80% das interferências cada um. Enquanto isso, as Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS intervieram em 7,84% dos debates e pautas; bem como a OAB Cataguases em 5,88%. Por fim, a Secretaria Municipal de Educação foi a menos ativa quanto a tomada de posição nas reuniões, aparecendo em apenas 1,96% das intervenções.

Tabela 4 - Distribuição das Intervenções das entidades nas reuniões do COMPAC por reunião

Reunião	10	11	12	Total de Intervenções por ator
Secretaria Municipal de Obras	1	1		8 (15,69%)
Câmara de vereadores		1		4 (7,84%)
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais- CREA-MG				5 (9,80%)
Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases – DEMPHAC (Secretário Executivo)	1	1		9 (17,65%)
Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS	1			4 (7,84%)
OAB Cataguases				3 (5,88%)
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Presidente)	1	1	1	12 (23,53%)
Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura		1		5 (9,80%)
Secretaria Municipal de Educação				1 (1,96%)
Total de Intervenções por Reunião	4	5	1	51 (100,00%)

Nota: *Nesta contagem foram descartadas as menções relacionadas as votações, em que todos os presentes votam favoravelmente por unanimidade, sem, contudo, haver qualquer descrição sobre um debate ou interação de ideias e posturas dos representantes do conselho.** Não foi identificada intervenção por parte da UAMC

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

Deste modo, observa-se uma maior participação composta por três grupos: os conselheiros componentes da mesa diretora junto a Secretaria Municipal de Obras em posição central, um grupo intermediário com atuação relativamente frequente e o terceiro conjunto de entidades que pouco se manifestam nas reuniões.

Em relação a se os agentes foram mencionados nas entrevistas por outros agentes como atores importantes e participativos dentro do COMPAC, se evidencia que a Secretaria

Municipal de Cultura e Turismo e o Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases – DEMPHAC, são os mais reconhecidos (tabela 5).

Tabela 5 - Menção dos atores do COMPAC

Membros do COMPAC	Mencionado na entrevista por/ como ator participativo, importante	Total	Vezes que foi mencionado / dividido pelo total de membros – 1, pois o ator não pode mencionar ele mesmo
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (presidente)	Secretaria de Meio Ambiente (1) Secretaria Municipal de Obras (1) DEMPHAC (1)	3	3/9=33.33%
Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases – DEMPHAC (Secretário Executivo)	(CREA -Jose Luis tem conhecimento e poder dentro da prefeitura), traz pautas (1) Secretaria de Meio Ambiente (1) Secretaria Municipal de Obras (1)	3	3/9=33.33%
Secretaria Municipal de Educação	DEMPHAC (1)	1	1/9=11.11%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura	X (0)	0	0%
Secretaria Municipal de Obras	X (0)	0	0%
Câmara de vereadores	X (0)	0	0%
Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS	X (0)	0	0%
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais- CREA-MG	Secretaria Municipal de Obras (1)	1	1/9=11.11%
OAB Cataguases	Secretaria Municipal de Obras (1)	1	1/9=11.11%
União Associações Moradores Cataguases	Secretaria Municipal de Obras (1)	1	1/9=11.11%

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

A partir dos dados quantitativos de frequência, intervenção nas reuniões e menção por outro agente, foi possível chegar a uma porcentagem da tomada de posição do agente no campo. Esse cálculo foi feito a partir do somatório das porcentagens relativas a cada item e dividido por 3, como demonstra a tabela 6.

Tabela 6 - Tomada de posição COMPAC

COMPAC	Frequência	Intervenção	Menções	Frequência+ Intervenção+ Menções / 3 = %
Secretaria Cultura e Turismo	100.0%	23.53%	33.33%	52.3%
DEMPHAC	100.0%	17.65%	33.33%	50.3%
Secretaria de Educação	91.7%	1.96%	11.11%	34.9%

CREA-MG	75.0%	9.80%	11.11%	32.0%
FIC/Grupo UNIS	83.3%	7.84%	0.00%	30.4%
Secretaria Municipal de Obras	91.7%	15.69%	0.00%	35.8%
OAB Cataguases	50.0%	5.88%	11.11%	22.3%
Secretaria Meio Ambiente	58.3%	9.80%	0.00%	22.7%
Câmara de vereadores	25.0%	7.84%	0.00%	10.9%
UAMC	25.0%	0.00%	11.11%	12.0%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa, 2019.

Evidencia-se uma tomada de posição mais ativa por parte da Secretaria de Cultura e Turismo e do DEMPHAC. Dessa forma, com a identificação do volume de capital (posição) e da tomada de posição do agente no campo, foi possível relativizar o volume de capital do agente, pois ele pode ter um volume alto. Porém, se ele não participa ou não se interessa pelo campo em questão, esse volume de capital não é tão determinante na configuração do campo.

Isso se evidencia com a Secretaria de Educação, que tem um alto volume de capital, porém não participa do campo. Deste modo, na relativização do volume de capital, já não aparece como o agente mais central. O mesmo acontece com a Secretaria de Cultura e Turismo, que não possui o valor mais alto de volume de capital, mas se destaca na tomada de posição, e por essa razão na relativização do volume de capital se apresenta como o agente mais relevante do campo.

Assim, juntou-se o volume de capital e a tomada de posição, dados quantitativos, para dimensionar a real interferência do agente. Como o volume de capital era um dado absoluto e a tomada de posição era uma porcentagem, multiplicou-se um pelo outro.

A tabela 7 evidencia de forma decrescente qual ator tem maior influência no campo a partir dos dados analisados.

Tabela 7- Capital efetivo, utilizado COMPAC

COMPAC	Volume de Capital	% Frequência + Intervenção + Menções	Volume de Capital + Tomada de Posição Capital efetivo / utilizado
Secretaria Cultura e Turismo	10	52.3%	5.23
DEMPHAC	10	50.3%	5.03
Secretaria de Educação	12	34.9%	4.19
CREA-MG	12	32.0%	3.84
FIC/Grupo UNIS	12	30.4%	3.65
Secretaria Municipal de Obras	10	35.8%	3.58
OAB Cataguases	12	22.3%	2.68

Secretaria Meio Ambiente	11	22.7%	2.50
Câmara de vereadores	8	10.9%	0.88
UAMC	4	12.0%	0.48

Fonte: elaboração própria a partir de dados da pesquisa, 2019

Na tabela, fica evidente que a Secretaria de Cultura e Turismo, o DEMPHAC, e a Secretaria de Educação são os atores com uma maior centralidade no campo, em função da sua posição assim como da sua interferência. Assim, supõe-se que possuem maior capacidade de legitimar os seus interesses no campo.

Para buscar evidências dos agentes mais centrais do campo analisado, buscou-se nas entrevistas trechos que confirmassem que a Secretaria de Cultura e Turismo é o agente central:

[...] A gente participa, eles levam o que vai ser discutido e a gente recebe normalmente um dia antes o que vai ser discutido e a gente dá sugestões sim entendeu? [...] A pauta já vem pronta. É o Secretário de Cultura junto com um assessor que ele tem, o José Luiz [...] [que elaboram a pauta] (representante da OAB)

[...] na realidade, as pautas, elas estão sendo, estão sendo, vou usar um termo aqui, "selecionadas" pela própria direção do conselho. É raro alguém chegar lá, igual eu cheguei lá falando do calçamento, ou chega e fala, oi gente vamos debater isso ...” (representante do CREA)

Toda esta dinâmica está relacionada e é direcionada pela disposição dos atores no campo, que é a parte mais subjetiva, representada pela forma dos atores pensar, assim como as normas de comportamento estabelecidas. Em outras palavras: se trataria de identificar qual é a ordem social do campo. A partir das entrevistas, evidencia-se que o *habitus* do campo do patrimônio cultural gira em torno da proteção e manutenção dos bens patrimoniais, apesar dos conflitos existentes:

A gente [CREA] estava propondo inclusive uma ação contra a COPASA, porque claro que ela bagunçou a cidade inteira, mas pelo menos a área de interesse cultural tombada pelo IPHAN, ... acabou com o calçamento e o calçamento é um bem tombado. (representante do CREA)

[...] você veja bem, nós nesses anos todos nós fizemos documentários que estão disponíveis aí, edições de livro, edições de Informes, a gente fez postais, a gente fez Exposições com relação ao nosso patrimônio. Então a cada período você tem ganhos diferentes né... as necessidades são outras, por exemplo desde 2015-16, nós fizemos o trabalho de despoluição da cidade, você pode ver que a cidade hoje ela não tem mais aquela poluição visual que tem, que tinha né. Foi um trabalho, assim, de formiguinha, não foi fácil fazer isso com os Comerciantes, todos a se adequarem a uma nova realidade, com isso, o que tem acontecido, você vê, que a cidade está mais bonita, a arquitetura aparece melhor, é só você dar um tour pela cidade, pelo centro da cidade que você vê com isso o quê que possibilitou, você vê, deve estar observando que tem muita produção do cinema do audiovisual em Cataguases, em razão disso como eu estou falando para você, vira e mexe, a estação por exemplo de Sinimbu ela é emprestada para locação de filmes [...] (representante do DEMPHAC).

[...] a gente briga muito, a gente briga muito, entendeu? E por isso a gente leva as reivindicações, mostra os acontecimentos que tem dentro do bairro, né ... Então, é uma forma para gente estar mostrando o que o bairro precisa, [...] (vocês conseguem incluir itens na agenda?) Sim, a gente consegue. Nós ultimamente colocamos lá dentro que se fizesse um passeio dentro dos bairros, como turismo. As coisas dentro do Bairro, dentro do Bairro, entendeu? Inclusive a gente está até montando já uma agenda com a Virgínia, é para que possamos estar fazendo o roteiro dos Bairros da cidade para mostrar os pontos turísticos que têm. Então, isso foi bem aceito entendeu...[...] (representante da UAMC).

[...] eu acho que para gente, entre Secretaria de Cultura, quando chega para a gente ir lá no conselho, já chega assim uma situação mais pronta, menos, assim, menos impactante. Não tem muito aquela lavagem de roupa, [...] no conselho posições fluem mais, porque ali tem que ser resolvido, não adianta levar problema para ele, tem que levar uma possível solução, então já se leva coisas mais ou menos encaminhadas para o conselho, de uma parte do que ouve, e para decidir junto ali (representante da Secretaria de Educação).

[...] a gente interfere pouco entendeu? A gente só entende a causa, entende, por exemplo, os tombamentos, [...] E aí tem o Fausto, que é o secretário, então eles passam para a gente as demandas, passam para a gente o que acontece na sociedade, que está interferindo visualmente no patrimônio tombado, né, e a gente fica ali, a gente faz certo comentário, e ver onde está o erro [...] (representante da Secretaria de Educação).

Além disso, é possível verificar, a partir dos temas discutidos nas reuniões, os pontos que são mais discutidos, bem como os temas que são considerados de maior importância para os agentes. Isso nos indica como os atores se comportam, o que eles acham que é mais relevante, como eles pensam e se posicionam. No ano de 2017, foram identificados 9 temas que se destacam na pauta do COMPAC, enquanto em 2018, 10 temas foram abordados (Quadro 8).

Quadro 8 - Síntese dos temas e resultados do COMPAC

Ano	Tema	Ação/Decisão/Resultado	Ator que participou
2017	1. ICMS/recursos financeiros	Documentação encaminhada para o recebimento de recursos em 2019. Discutido no conselho e de atribuição da Secretaria de Cultura e Turismo	Presidente, Secretário Executivo, Secretaria Municipal de Obras
	2. Material divulgação, aplicativo com pontos turísticos	Aprovado por todos, em 2019 estão sendo confeccionados 5.000 folders. Aplicativo não foi desenvolvido por falta de recursos financeiros	Secretaria Municipal de Educação, OAB Cataguases, Presidente, Secretário Executivo, Secretaria Municipal de Obras
	3. elaboração do PPA	Informativo, responsabilidade pela elaboração é da Secretaria de Cultura	Presidente, Secretaria Municipal de Obras
	4. parceria com empresários	Aprovado programa de informação sobre o Patrimônio Cultural aos empresários, ex. city tour, ocorreu apenas primeiro contato, em 2019 existe previsão de ser retomado	Secretário Executivo, Presidente, Câmara de vereadores, Faculdades Integradas de Cataguases-FIC/Grupo UNIS, Secretaria Municipal de Educação
	5. gestão, manutenção e preservação do patrimônio, recursos	Aprovado por todos distribuição dos recursos para reformas e manutenção de imóveis e bens tombados	Secretaria Municipal de Obras, Presidente, Secretário Executivo, Secretaria Municipal de Obras,

Ano	Tema	Ação/Decisão/Resultado	Ator que participou
			CREA-MG, Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura
	6. decreto sobre toldos e engenheiros	Com a participação dos Conselheiros foi elaborado o Decreto regulamentando as fachadas das edificações no perímetro tombado. Ação concluída.	Secretaria Municipal de Obras
	7. educação patrimonial	Trabalho contínuo com as escolas e sociedade civil. Ação realizada continuamente, de atribuição da Secretaria de Educação	DEMPHAC, Secretário Executivo
	8. incentivos fiscais a bens tombados	Informativo, incentivos são definidos em lei	Presidente, Secretaria Municipal de Obras, CREA-MG, Secretário Executivo
	9. notificação e irregularidades	Exposição da secretaria de obras e da fiscalização sobre ações desenvolvidas	Secretário Executivo, Secretaria Municipal de Obras, Presidente, Secretaria Municipal de Obras, Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS
2018	1. gestão, manutenção e preservação do patrimônio, recursos	informação sobre ajuste de orçamento	Presidente, Câmara de vereadores, CREA-MG, DEMPHAC, Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura, OAB Cataguases, Secretário Executivo, Câmara de vereadores, Secretaria Municipal de Obras
	2. educação patrimonial	Trabalho contínuo com as escolas e sociedade civil. Ação de atribuição da Secretaria de Educação.	DEMPHAC, Presidente
	3. notificação irregularidades	Exposição da Secretaria de Obras sobre a fiscalização de obras irregulares e outras ações desenvolvidas	CREA-MG, Presidente, Câmara de vereadores, Secretaria Municipal de Obras, Secretário Executivo, Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS, Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura, OAB Cataguases, Secretaria Municipal de Administração
	4. decreto sobre toldos e engenheiros	Ação do Conselho para efetiva implementação do Decreto	Presidente, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura
	5. posse de conselheiros	Empossados	Presidente
	6. eventos	Aprovado por todos presentes disposição de recursos para diversos eventos durante o ano. Carnaval não recebeu recurso pois as agremiações não atenderam aos critérios do edital de convocação	Presidente, CREA-MG
	7. trem turístico	Informativo. Foi realizado um passeio com membros do conselho, mas ação continua dependia de parcerias não concretizadas com outras organizações externas	Presidente

Ano	Tema	Ação/Decisão/Resultado	Ator que participou
	8. leis sobre patrimônio	Conselho consolidou e gerenciou a aprovação da lei orgânica da Cultura – 4576/2019	Presidente, Secretaria Municipal de Administração, Secretário Executivo, Secretaria Municipal de Obras, Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS, Câmara de vereadores
	9. Interlocução entre Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural, Turismo, Desenvolvimento Econômico, de Políticas Culturais e de Conselho de Meio Ambiente para discutirem pautas em comum	Proposta debatida, mas não realizada.	Presidente, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura, Câmara de vereadores, Secretário Executivo
	10. ICMS/recursos financeiros	Documentação encaminhada	Presidente

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

Inicialmente, destaca-se que o tema da gestão do patrimônio no município de Cataguases é um dos mais recorrentes na pauta do conselho em ambos anos, de modo que foi observada a participação de pelo menos 5 membros nos debates (Secretaria Municipal de Obras, Presidente, Secretário Executivo, Secretaria Municipal de Obras, CREA-MG, Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura). Vinculado a este tema está a disposição de recursos por meio do ICMS cultural ou de outras fontes, para a realização de reparos e manutenção dos bens tombados. Quanto a esta questão, o Presidente, o Secretário Executivo e a Secretaria Municipal de Obras se destacam nas discussões.

Também relacionado à preservação se evidencia o tema da regulamentação e fiscalização do uso dos espaços tombados. Nesse sentido, o Decreto sobre Toldos e Engenhos aparece como um tema de interesse e atribuição da Secretaria Municipal de Obras. Por meio das entrevistas foi possível identificar que o presidente do conselho tinha um interesse particular, no sentido de acreditar que essa era uma medida necessária para a conservação do patrimônio do município. Desta forma, parece ter ocorrido um processo de debate e de conflito entre as entidades, que, por fim, resultou em uma coesão sobre a implementação da lei.

Ainda, a necessidade de notificações e irregularidades foi mencionado pelo Secretário Executivo, pela Secretaria Municipal de Obras, pelo Presidente do conselho e pelo representante das Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS. Vale ressaltar que, segundo informado em entrevista, tal lei gerou conflito entre os comerciantes locais quando foi implementada, bem como debates no COMPAC. Por conta disso, foi possível surgir uma das

poucas pautas propostas durante reunião e que se concretizaram: a demanda por buscar ao Ministério Público para esclarecer sobre a lei aos atores implicados.

A educação patrimonial é também mencionada na pauta do conselho nos anos de 2017 e 2018, sendo o DEMPHAC, o Secretário Executivo e o Presidente do conselho os atores que mencionam o tema - em geral informando sobre ações a serem realizadas pelo próprio DEMPHAC. Nesse sentido o CREA, entre outros atores, menciona a necessidade de realização de mais ações relacionados a valorização do patrimônio pelos residentes.

Três temas aparecem apenas no ano de 2017. A questão da confecção de material de divulgação dos bens como atrativos turísticos, na forma de um guia e de um aplicativo. A Secretaria Municipal de Educação, a OAB Cataguases, o Presidente, o Secretário Executivo e a Secretaria Municipal de Obras foram os atores recorrentes nesse debate. Além disso, vale considerar que a questão da gestão municipal foi tema de pauta para a elaboração do PPA – Plano Plurianual, de modo que o Presidente do conselho e a Secretaria Municipal de Obras foram os condutores da questão. Por último, neste ano, foi mencionado a possibilidade e necessidade de aproximação ou parceria com o setor empresarial que realiza suas atividades em áreas tombadas. O Secretário Executivo, o Presidente do conselho, a Câmara de vereadores, as Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS e a Secretaria Municipal de Educação se envolveram no debate.

Em 2018, outros três temas foram identificados na pauta do COMPAC. O primeiro foi a posse de novos membros e troca de representantes, sendo conduzida pelo presidente do conselho.

O tema da realização de eventos relacionados ao patrimônio cultural também foi colocado em debate, em particular a aprovação de recursos para a realização destes. O Presidente do conselho e o CREA-MG foram os autores centrais no debate. O tema principal foi a não aprovação de recursos para as escolas de samba no carnaval.

Finalmente, a possibilidade de interlocução entre os Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural, de Turismo, de Desenvolvimento Econômico, de Políticas Culturais e de Meio Ambiente, com a finalidade de discutirem pautas em comum. O Presidente do conselho, a Secretaria Municipal de Obras, a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura, a Câmara de vereadores e o Secretário Executivo, consideraram uma ação relevante.

A partir da análise dos temas discutidos, evidencia-se que a temática sobre a gestão do patrimônio é recorrente no campo. Ainda que discordem em suas prioridades, há uma ideia

compartilhada de manutenção e valorização da área tombada. De modo, tem-se outros temas, como a distribuição de recursos do ICMS, a fiscalização sobre irregularidades e regulação dos espaços tombados, a educação patrimonial e a elaboração do PPA. Inclusive, a relevância em haver interlocução entre os conselhos de patrimônio cultural e turismo, bem como o conselho de políticas culturais, que não foi analisado neste trabalho, tem como premissa a valorização e melhor gestão do patrimônio tombado em Cataguases.

Observa-se, desta forma, que o campo está direcionado pelo *habitus* de uma constante manutenção e proteção do patrimônio de Cataguases. Os atores interagem entre si e existe um conflito, uma disputa. Por um lado, o conflito gira em torno das normas de tombamento, e o fato de não poder fazer alterações no perímetro protegido; por outro lado, a ideia de manutenção e proteção dos bens tombados.

5.6.2 Ação Coletiva no COMPAC

A partir do Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva de Pimentel (2012) pode-se descrever como ocorre a interação entre os agentes do campo do patrimônio cultural de Cataguases. Para tanto, há o relato de como as organizações/entidades individuais fazem coalizões até chegar, ou não, em uma ação coletiva.

A partir da caracterização do campo, é possível observar qual o jogo se desenvolve. Neste sentido, é possível identificar: sua forma de funcionamento - diante da identificação dos agentes presentes e envolvidos; as posições destes atores (volume de capital); quais os objetos de disputa entre eles, bem como as regras do jogo e as estratégias de ação de tais agentes (Pimentel, 2012).

Para a existência de uma dinâmica de relações entre os atores, representada pelo acontecimento do jogo, assim como para a existência do campo, é preciso existir um espaço físico (e social), onde estes atores estarão distribuídos e em possível interação. Essa dimensão espacial é de grande importância, pois nela os constrangimentos estruturais acontecem e são materializados. Como foi analisado nas seções anteriores, a abertura do COMPAC ocorreu no ano de 2009 e o campo do patrimônio é um relativamente consolidado, já que a cidade é um polo do modernismo cultural e possui diversos bens tombados.

Deste modo, em Cataguases, existe uma situação de copresença entre os atores do patrimônio cultural em função da existência do COMPAC. Essa interação somente é possível porque os agentes ocupam o mesmo espaço e tempo para se reunirem periodicamente. Além

disso, verificou-se que a frequência dos agentes no COMPAC é alta. Isto quer dizer que são poucos os que não participam frequentemente, visto que 80% dos participantes frequentaram 50% ou mais das reuniões ocorridas no ano de 2017 e 2018. Verifica-se uma maior presença entre a Secretaria de Cultura e Turismo (Presidente) – 100% de presença, do Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases – DEMPHAC (Secretário Executivo) – 100% de presença, Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Obras, ambas com 91,66% de presença. Sem a condição de copresença entre os indivíduos, não é possível a interação e, sem interação, não existe realidade social. Dessa forma, a situação de copresença é fundamental, mas não exclusiva, para a formação e análise da ação coletiva (PIMENTEL, 2012).

Em Cataguases, a partir da situação de copresença existente no COMPAC, os agentes têm a capacidade de formar uma identidade coletiva. Precisamente, por participarem das reuniões, se favorece o intercâmbio de ideias e ações entre os membros do conselho, bem como a formação de uma identidade coletiva, que caracteriza o momento 2 do modelo de análise usado como marco teórico-analítico deste trabalho.

Um tema central e interessante que exemplifica a coesão entre os membros relaciona-se com a lei que regula a modificação das fachadas. Nessa discussão fica evidente a participação de todos. Este tema foi introduzido quando o presidente do conselho no período analisado havia recentemente assumido o cargo como Secretário de Cultura e Turismo. A lei anteriormente não era respeitada, sendo que através dos debates os atores reconheceram o tema como algo importante e criaram uma noção sobre a deliberação.

Nesse sentido, foi identificado que o COMPAC é atuante nas deliberações e não apresenta problemas relacionados a existência de *quórum* para a realização das reuniões, segundo mencionado pelo presidente do conselho. Ademais, o mesmo afirma que em geral os debates são produtivos e as deliberações são sensatas:

[...]nós temos um conselho muito atuante, que é o conselho do patrimônio, [...] vide o porque a gente consegue no conselho de patrimônio, a gente fazer acontecer e fazer as deliberações e as reuniões tem quórum sempre, é raramente que tem a segunda chamada, a reunião extraordinária por falta de quórum [...]. E por ser mais atuante e as pessoas terem um conhecimento maior do conselho, talvez por isso que funcione mais, por isso que ele se torne mais atuante, até por questões, deliberações, as deliberações são sensatas, são sensatas, e de acordo com o que realmente temos capacidade e principalmente os recursos do ICMS do patrimônio. [...] os conselheiros participam constantemente do treinamento voltado para o conselho, o conselho em si e os membros que gere o departamento junto participam de cursos e tudo mais. [...] porque também ele é muito, ...através de órgãos representativos, então é sempre mantido, tem continuidade ao longo dos anos (representante da Secretaria de Cultura e Turismo).

Além disso, como se evidencia na fala do presidente do COMPAC (citação acima), os conselheiros participam de capacitações e levam o aprendizado aos outros membros, observando-se internamente uma transferência de capital entre os mesmos. Outro aspecto relevante é a verificação de inclusão de pauta pelos membros, como nos debates sobre os esclarecimentos relacionados à lei de Toldos e Engenhos.

Deste modo, parece haver uma identidade comum formada. Todos os atores têm noção de sua importância e de seu papel no debate, refletindo em uma relação que tende a ser equilibrada. Apesar de apresentarem alguns interesses e opiniões divergentes, estão de acordo com muitas questões relativas ao patrimônio cultural da cidade e usam o espaço de debate para esclarecer questões e propor demandas.

E isso foi muito legal. Quando eu falo do fortalecimento da participação mesmo dos conselhos. [...] eles entenderem de fato que é importante se posicionarem, mesmo que eu não entenda tecnicamente, você escuta, concorda, discorda, coloca lá o que você tá pensando, escuta o que está sendo dito, escuta a explicação técnica, às vezes entende, as vezes não entende, é normal (representante da Secretaria de Obras).

[...] O nosso objetivo de participar [...] do patrimônio cultural, por motivo de ser associações de Bairro dentro do bairro existem patrimônios históricos, dentro do bairro existe, dentro, uma coisa de antiguidade, entre o bairro e a gente faz esse levantamento. Então é aonde que a gente tá. [...] (representante UAMC).

[...] os secretários têm a preocupação com a recuperação do patrimônio que está degradado, como exemplo o Cine Edgard, que há muito tempo está fechado, ...então é mais para recuperação desses patrimônios e a manutenção deles... limpeza. (representante da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos).

[...] a gente apoia muitas coisas do que for necessário (representante OAB).

Assim, por meio das entrevistas, foi observado que os atores que participam do conselho compartilham de uma ideia comum de que é necessário haver uma gestão do patrimônio capaz de manter as características arquitetônicas de Cataguases. Verifica-se, então, uma real interação dos agentes que estão presentes nas reuniões e participam ativamente das discussões que estão em pauta.

Em Cataguases, o momento 3 de estabelecimentos de poder ainda não existe. Não se verifica, dentro do conselho, mecanismos formais de coordenação, tampouco hierarquia bem definida, rotina de trabalho, compromisso com metas e resultados, mecanismos de estabilização, além da busca para que as atividades se perpetuem de maneira recorrente.

Então acaba que fica, eu vejo assim, a primeira impressão que eu tive é que fica um pouco travado ainda, por diversas questões, principalmente pela falta de um apoio técnico que possa avaliar as ideias que lá são trazidas. E pensar sempre no que é melhor para grande maioria, eu acho que os projetos devem ser priorizados, dessa

forma e que isso possa realmente acontecer. [...] Então as câmaras e os conselhos às vezes focam muito mais dos problemas do que nas inovações, no que pode ser feito, ser realizado realmente[...] (representante FIC/Grupo UNIS)

Entende-se por meio destas questões que o COMPAC, apesar de ter uma interação em um estágio médio, ainda não apresenta uma rotina, metas, cumprimento de resultados. O que se evidencia é a existência de atores mais centrais, que direcionam o tema que entrará em pauta. Como foi tratado, de todos os temas discutidos, o presidente do conselho – Secretaria de Cultura e Turismo - assume uma posição central, representando todo o grupo. Realiza 33,33% de todas as intervenções, seguida pelo Secretário Executivo com 16,67%. Por outro lado, através das entrevistas realizadas, foi mencionado que o representante do Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases é um ator que permanece no conselho por diversas gestões municipais, além de influenciar na colocação de pautas e concretização de ações. Deste modo, observa-se a consolidação de um ator influente no campo. Ambos os atores mais centrais são reconhecidos por outros atores como posicionados centralmente no campo.

Por outro lado, o conselho apresenta poucos membros. São apenas dez que fazem parte do COMPAC. Isso evidencia, de certa forma, que o conselho ainda é pouco institucionalizado.

Portanto, em síntese, pode-se inferir que o COMPAC se encontra no momento 2 - Momento de identificação de estruturação de uma ação coletiva. Nessa análise processual, se identifica que as características do conselho são as de formação de uma identidade, ainda que não esteja completamente consolidada. Há identificação entre os atores dentro do campo. Todavia, o estabelecimento de ritos institucionalizados e de um líder é dificultado pela forte dependência do setor público, o que impacta a possibilidade da elaboração de objetivos e metas de médio e longo prazo, bem como de uma agenda consolidada. Além disso, a alta dependência de recursos do setor público para a concretização de ações dificulta que se concretize algumas decisões.

5.6.3 Campo e *Habitus* COMTUR

Para a reconstrução do campo, foi feito o mapeamento dos agentes. Levou-se em consideração os membros de cada conselho, como os atores existentes em cada campo. A composição do Conselho Municipal de Turismo de Cataguases compreende 14 instituições,

conforme a Lei 2832/1998¹⁶. Deste conjunto, 8 entidades estão vinculadas ao setor público, enquanto 6 representam interesses vinculados ao setor privado (Quadro 9).

Quadro 9 - Membros do COMTUR segundo o setor de interesse representado

Membros do COMTUR	Total de representantes por setor de interesse
1. Secretaria de Cultura e Turismo (Presidência e Secretário Executivo) ¹⁷	Setor Público – 8 representantes
2. Secretaria de Fazenda	
3. Cataguases Trânsito Transporte (CATRANS)	
4. Secretaria de Educação	
5. Secretaria de Assistência Social	
6. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
7. Secretaria de Saúde	
8. EMATER-MG	
9. Representante de Agentes de Viagem	Setor Privado – 6 representantes
10. Representante de Fundações Culturais	
11. Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases (CDL)	
12. Associação Comercial e Industrial de Cataguases (ACIC)	
13. Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases	
14. Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares	

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

Posteriormente, se estabeleceu uma escala com os dados coletados, de maneira que pudesse aproximar, ainda que de forma limitada, o lugar em que o agente ocupa no campo. Desta forma, encontramos os seguintes valores que nos indicam o volume de capital de cada agente:

Tabela 8 - Volume de capital dos atores do COMTUR

COMTUR	Escala	Capital Cultural	Escala	Capital Social	Escala	Capital Econômico (R\$000)	Volume de Capital
Secretaria Cultura e Turismo	4	Direito	2	Municipal	4	1,018	10
ACIC	4	Pedagogia	2	Municipal	2	24	8
Secretaria Fazenda	2	Técnico contabilidade	2	Municipal	5	29,821	9
Secretaria Educação	4	Pedagogia	2	Municipal	5	35,311	11

16 A Lei 4.570/2018 amplia para 16 o número de membros do conselho, porém o período analisado prevalece a composição conforme a Lei 2832/1998.

17 Conforme o regimento interno do COMTUR os cargos da mesa diretora (presidente, vice-presidente e Secretário executivo) devem ser desempenhados por representantes de diferentes instituições. Porém no caso do período analisado, ambos o presidente e o secretário executivo são desempenhados por representantes da Secretaria de Cultura e Turismo, enquanto o cargo de vice-presidente não foi ocupado durante os anos de 2017 a 2019.

Fundações Culturais	2	Segundo grau	2	Municipal	3	100	7
EMATER	4	Economia doméstica	3	Estadual	5	306,733	12
Secretaria Meio Ambiente	2	Técnico de segurança do trabalho	2	Municipal	4	1,409	8
Secretaria Assistência Social	4	Dança	2	Municipal	4	3,486	10
Agentes de Viagem	3	Administração incompleto	2	Municipal	3	960	8
CDL	4	Veterinário	2	Municipal	3	240	9
Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares	3	economia incompleto	2	Municipal	3	1	8
Secretaria Saúde	2	Técnica em enfermagem	2	Municipal	5	55,115	9
CATRANS	1	Primeiro grau	2	Municipal	3	594	6
Sindicato do Comércio Varejista	2	Segundo grau	2	Municipal	2	24	6

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2019.

A partir dos dados apresentados na Tabela 10, verifica-se que EMATER, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura e Turismo, e Secretaria de Assistência Social são os atores que possuem maior volume de capital, apresentando uma posição privilegiada no campo.

Porém, somente a posição do ator no campo é insuficiente para analisar a interferência dos agentes no campo. Por isso, como sugere Bourdieu (1993), a tomada de posição - sistema estruturado de práticas e expressões de agentes- é essencial para compreender o campo.

Na definição adotada por Bourdieu, tomada de posição representa uma postura. Esta postura pode ser expressada pela forma como um agente se manifesta diante da necessidade de se expressar sobre um tema de seu interesse. O princípio deste posicionamento deverá ser observado na estrutura e nos constrangimentos do campo. Deste modo, apoia-se como forma de identificar a tomada de posição a identificação das ações relacionadas a proposição de algum tema nas discussões do COMTUR, e aqueles agentes que eventualmente puderam gerar resultados por meio de intervenções concretas na realidade.

Dessa forma, para analisar as práticas e expressões dos agentes, analisamos a sua frequência, suas intervenções nas reuniões e se os agentes foram mencionados por outros agentes como importante.

O Conselho Municipal de Turismo de Cataguases realizou um total de 14 reuniões no período analisado, sendo: 6 em 2017, nos meses de maio, julho, setembro, outubro, novembro e dezembro; 6 em 2018, nos meses de janeiro, abril, maio, agosto, outubro e dezembro; e, finalmente, 2 em 2019, nos meses de fevereiro e junho (Quadro 10).

Quadro 10 - Sequência das reuniões do COMTUR por ano

2017	2018	2019
Reunião 1 - 09/05/17 Reunião 2 - 26/07/17 Reunião 3- 05/09/17 Reunião 4- 04/10/17 Reunião 5- 14/11/17 Reunião 6- 06/12/17	Reunião 7-24/01/18 Reunião 8- 25/04/18 Reunião 9 -16/05/18 Reunião 10 -29/08/18 Reunião 11 -24/10/18 Reunião 12-05/12/18	Reunião 13-21/02/19 Reunião 14-11/06/19

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

Deste modo, identificou-se que das 14 entidades componentes do COMTUR as mais frequentes são a Secretaria de Cultura e Turismo e o representante de Fundações Culturais, presentes em todas as reuniões. Por outro lado, o Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases foi o menos assíduo, tendo participado de apenas 2 reuniões. Vale ressaltar que, quanto a essa constatação, esperava-se que a Secretaria de Cultura e Turismo tivesse uma alta participação nas reuniões, pois é a que tem no período analisado o cargo de presidência do conselho.

A tabela 9 apresenta a distribuição de frequência entre os atores do COMTUR nos anos de 2017, 2018 e 2019, bem como o somatório da participação de cada ator em todo o período examinado.

Quanto à distribuição de frequência referente ao ano de 2017, destaca-se a participação da Secretaria de Cultura e Turismo, da Secretaria de Fazenda, do Representante de Fundações Culturais e da Associação Comercial e Industrial de Cataguases, cuja participação de cada um foi de 6 reuniões. Por outro lado, as Secretarias de Educação, de Assistência Social e de Agricultura e Meio Ambiente, bem como o representante do setor de viagens, participaram de apenas 2 reuniões cada um. Entre os atores que foram a tão-somente uma reunião em 2017 estão a Secretaria de Saúde, a EMATER e a Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases. Finalmente, a Cataguases Trânsito Transporte não participou de nenhuma reunião durante este ano.

Tabela 9 - Distribuição da participação nas reuniões do COMTUR entre 2017-2019.

Entidades membro do COMTUR	Frequência 2017	Frequência 2018	Frequência 2019	Frequência Total
1. Secretaria de Cultura e Turismo (Presidente e Secretário Executivo)*	6 (100%)	6 (100%)	2 (100%)	14 (100%)
2. Secretaria de Fazenda	6 (100%)	4 (66,66%)	2 (100%)	12 (85,71%)
3. Cataguases Trânsito Transporte (CATRANS)	0 (0%)	3 (50%)	0 (0%)	3 (21,14%)
4. Secretaria de Educação	2 (33,33%)	5 (83,33%)	1 (50%)	8 (57,14%)
5. Secretaria de Assistência Social	2 (33,33%)	3 (50%)	1 (50%)	6 (42,85%)

6. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	2 (33,33%)	6 (100%)	0 (0%)	8 (57,14%)
7. Secretaria de Saúde	1 (16,66%)	2 (33,33%)	0 (0%)	3 (21,14%)
8. EMATER-MG	1 (16,66%)	4 (66,66%)	2 (100%)	7 (50%)
9. Representante de Agentes de Viagem	2 (33,33%)	3 (50%)	2 (100%)	7 (50%)
10. Representante de Fundações Culturais	6 (100%)	6 (100%)	2 (100%)	14 (100%)
11. Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases (CDL)	1 (16,66%)	3 (50%)	0 (0%)	4 (28,57%)
12. Associação Comercial e Industrial de Cataguases (ACIC)	6 (100%)	4 (66,66%)	2 (100%)	12 (85,71%)
13. Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases	2 (33,33%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (14,28%)
14. Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares	1 (16,66%)	3 (50%)	0 (0%)	4 (28,57%)
Frequência total	6 (100%)	6 (100%)	2 (100%)	14 (100%)

Nota: * durante o período analisado a Secretaria de Cultura e Turismo acumulou as funções de presidente e Secretário executivo do COMTUR, sendo desempenhado por atores distintos.

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

Além disso, em 2018, observou-se um aumento na presença dos membros do conselho, em relação ao ano anterior. A Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, o representante de Fundações Culturais, participaram de todas as 6 reuniões. Além disso, a Secretaria de Educação foi bastante frequente (83,33% de assiduidade). Em seguida, verificou-se a presença da Secretaria de Fazenda, da EMATER, da Associação Comercial e Industrial de Cataguases em 4 reuniões. A Cataguases Trânsito Transporte, a Secretaria de Assistência Social, o representante do setor de agências de viagem, a Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases e o Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares, estiveram presentes em metade das reuniões em 2018. Por fim, a Secretaria de Saúde esteve em somente 2 reuniões e o Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases não foi a nenhum encontro do COMTUR.

Em 2019, foram realizadas apenas 2 reuniões, onde a Secretaria de Cultura e Turismo, a Secretaria de Fazenda, a EMATER, o representante do setor de viagens e a Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases foram a ambos encontros. Além disso, verificou-se que a Secretaria de Educação e a Secretaria de Assistência Social foi a uma reunião. Ainda, a Cataguases Trânsito Transporte, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a Secretaria de Saúde, a Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases, o Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases e o Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares, não foram as reuniões do COMTUR realizadas durante o primeiro semestre de 2019.

Desta forma, é possível inferir que, a partir da observação da assiduidade nas reuniões, os atores com maior participação estão em ordem: a Secretaria de Cultura e Turismo

(presidência), os Representante de Fundações Culturais, a Secretaria de Fazenda e a Associação Comercial e Industrial de Cataguases (ACIC).

Após identificar a distribuição dos membros deste conselho com relação a presença nas reuniões, buscou-se observar quais atores realizaram intervenções durante as mesmas (tabela 10). Deste modo, conforme a análise das atas do COMTUR, observou-se que a Secretaria de Cultura e Turismo é o ator que mais intervém nas pautas (80,0%). Esta entidade era responsável por acumular as funções de presidência e de secretaria executiva, na mesa diretora do conselho. Desse modo, evidencia-se que a tomada de posição no conselho está altamente concentrada em uma entidade. Outro aspecto relevante revela que apenas 13,3% das intervenções são realizadas por um ator do setor privado, sendo este o Sindicato do Comércio e Indústria de Cataguases. Por fim, a Secretaria da Fazenda foi outro agente que participou dos debates, representando 6,7% da participação no somatório das reuniões. Portanto, no campo analisado, observa-se que o setor público tem grande centralidade na condução dos debates.

Tabela 10 - Distribuição das Intervenções das entidades nas reuniões do COMTUR

Reunião	1*	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Total de Intervenções por ator
Secretaria de Cultura e Turismo (Presidente e Secretário Executivo)		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		12 (80,0%)
Secretaria de Fazenda		1													1 (6,7%)
Sindicato do Comércio e Indústria de Cataguases		1			1										2 (13,3%)
Total de Intervenções por Reunião	0	3	1	1	2	1	0	15 (100,0%)							

Notas: *Na primeira reunião não consta intervenção de nenhum ator, apenas do Prefeito de Cataguases, que empossou os membros do COMTUR. ** Nesta contagem foram descartadas as menções relacionadas as votações, em que todos os presentes votam favoravelmente por unanimidade, sem, contudo, haver qualquer descrição sobre um debate ou interação de ideias e posturas dos representantes do conselho. Os atores não mencionados na tabela é porque nunca participaram.

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

Estas evidências demonstram que as entidades componentes do COMTUR apresentam uma intervenção delimitada por três atores: os agentes formadores da mesa diretora (que são os direcionadores de todas as pautas), a dupla Secretaria de Fazenda e Sindicato do Comércio e Indústria de Cataguases, com poucas manifestações nos debates, e um terceiro grupo formado pelos demais atores que apenas se manifestaram nas votações, mas segundo as atas nunca participaram de debates, e por isso não aparecem na tabela 11.

Tabela 11 - Menção dos agentes do COMTUR

Membros do COMTUR	Mencionado na entrevista por como que participa/direciona agenda	Total	Vezes que foi mencionado / dividido pelo total de membros – 1, pois o ator não pode mencionar ele mesmo
Secretaria de Cultura e Turismo (Presidência e Secretário Executivo)	ACIC (1) Secretaria de Cultura e Turismo (1) Secretaria de Assistência Social (1)	3	3/13=23.07%
Secretaria de Fazenda	Secretaria de Cultura e Turismo CDL (1)	1	1/13=7.69%
Cataguases Trânsito Transporte (CATRANS)	X	0	0%
Secretaria de Educação	Secretaria de Cultura e Turismo (1)	1	1/13=7.69%
Secretaria de Assistência Social	Secretaria de Cultura e Turismo (1) Menciona Virginia _DEPHAMAC sobre uma visita guiada (1)	2	2/13=15.38%
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	EMATER (1) CDL (1)	2	2/13=15.38%
Secretaria de Saúde	Secretaria de Cultura e Turismo (1)	1	1/13=7.69%
Representante de Agentes de Viagem	X	0	0%
EMATER-MG	ACIC (1)	1	1/13=7.69%
Representante de Fundações Culturais	X	0	0%
Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases (CDL)	Secretaria de Cultura e Turismo (1)	1	1/13=7.69%
Associação Comercial e Industrial de Cataguases (ACIC)	Agentes de Viagem (1) Secretaria de Cultura e Turismo (1)	2	2/13=15.38%
Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases	X	0	0%
Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares	CDL (1)	1	1/13=7.69%

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

Em relação à menção dos agentes, nas entrevistas, sobre a opinião em relação a outros agentes como atores importantes e participativos dentro do COMTUR, evidencia-se que a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo foi mencionada como mais importante, seguida dos agentes Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, e Associação Comercial e Industrial de Cataguases (ACIC), conforme Tabela 11.

A partir dos dados quantitativos, de frequência, intervenção nas reuniões e da menção por outro agente, foi possível chegar a uma porcentagem da tomada de posição do agente no

campo. Esse cálculo foi feito a partir do somatório das porcentagens relativas a cada item e dividido por 3, como demonstra a Tabela 12.

Tabela 12 - Tomada de posição COMTUR

COMTUR	Frequência	Intervenção	Menções	Frequência + Intervenção + Menções / 3 = %
Secretaria Cultura e Turismo	100.0%	80.00%	23.07%	67.7%
ACIC	85.7%	13.30%	15.38%	38.1%
Secretaria Fazenda	85.7%	6.70%	7.69%	33.4%
Secretaria Educação	57.1%	0.00%	7.69%	21.6%
Fundações Culturais	100.0%	0.00%	0.00%	33.3%
EMATER	50.0%	0.00%	7.69%	19.2%
Secretaria Meio Ambiente	57.1%	0.00%	15.38%	24.2%
Secretaria Assistência Social	42.9%	0.00%	15.38%	19.4%
Agentes de Viagem	50.0%	0.00%	0.00%	16.7%
CDL	28.6%	0.00%	7.69%	12.1%
Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares	28.6%	0.00%	7.69%	12.1%
Secretaria Saúde	21.1%	0.00%	7.69%	9.6%
CATRANS	21.1%	0.00%	0.00%	7.0%
Sindicato do Comércio Varejista	14.3%	0.00%	0.00%	4.8%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2019.

A Tabela 13 evidencia de forma decrescente qual agente do COMTUR tem maior influência no campo a partir dos dados analisados. Assim, evidencia-se que o agente de maior interferência, influenciando na configuração do campo, é representado pela Secretaria de Cultura e Turismo. Ele se distancia de maneira relevante dos demais agentes quanto ao seu volume de capital. Assim, em termos teóricos, é indicado como o agente possuidor de uma posição mais central no campo, tendo mais possibilidades de condicionar as ações concretas provenientes das reuniões do COMTUR.

Tabela 13 - Capital efetivo, utilizado COMTUR

COMTUR	Volume de Capital	% Frequência + Intervenção + Menções	Volume de Capital + Tomada de Posição Capital efetivo / utilizado
Secretaria Cultura e Turismo	10	67.7%	6.77
ACIC	8	38.1%	3.05
Secretaria Fazenda	9	33.4%	3.00
Secretaria Educação	11	21.6%	2.38

Fundações Culturais	7	33.3%	2.33
EMATER	12	19.2%	2.31
Secretaria Meio Ambiente	8	24.2%	1.93
Secretaria Assistência Social	10	19.4%	1.94
Agentes de Viagem	8	16.7%	1.33
CDL	9	12.1%	1.09
Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares	8	12.1%	0.97
Secretaria Saúde	9	9.6%	0.86
CATRANS	6	7.0%	0.42
Sindicato do Comércio Varejista	6	4.8%	0.29

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2019.

Toda esta dinâmica está relacionada com o *habitus* do campo, ou seja, com a forma como os agentes interpretam o turismo; como é e como poderia ser desenvolvida esta atividade. Nesse sentido, podem ser observadas diferentes percepções entre os agentes do campo. Destaca-se em primeiro lugar a dificuldade da frequência dos membros nas reuniões, o que indica certa falta de reconhecimento sobre a relevância deste espaço:

A pauta geralmente é o Fausto que traz tudo para gente. Ele é o Secretário do Conselho já, por que tem as demandas, elas procuram a secretaria, [...] e aí ele vai direcionando para cada conselho, eu acho que é dessa forma, [...] E se você olhar lá no turismo é assíduo, mas é um grupo menor, mas não é falta de convite não o Fausto tá sempre chamando, mas eles, os representantes privados, não estão indo [...] Mas, enfim, justamente por isso as pessoas que não se comprometem, que não podem ter essa assiduidade, elas são trocadas tem três faltas tá trocando [...] (representante da Secretaria de Educação).

Os entes participantes do Conselho até interagem fora do conselho mas de um modo geral é dentro do Conselho. [...] durante as reuniões sempre é um representante dessas organizações. Existe sim uma troca de ideias, porém eu considero que poderia ser muito mais intensa essa participação, poderiam ser mais positivos e a agir mais em cima disso. Ambas as áreas são propositivos, mais ainda poderiam ser mais (representante da Secretaria Meio Ambiente e Recursos Hídricos).

Entre os agentes, alguns dizem que buscam colaborar com temas para a agenda, enquanto outros apenas participam das discussões:

[...] eu participei do Conselho em três reuniões, mas sempre eu levo alguma coisa, porque eu entendo também que o turismo, como eu te falei, ele ajuda a cidade a estar em evidência e ajuda o crescimento da cidade a valorização das políticas da cidade e também o olhar federal e estadual para o município (representante da Secretaria de Assistência Social).

Sempre que a gente tem reuniões lá eles, põe [sic.] no caso a proposta, explicam para a gente o quê que essa proposta possa beneficiar a cidade, né...É eu entendo isso, que a gente contribui nesse sentido, de apoiar propostas boas, a maioria são propostas excelentes, né... E com a nossa representação no caso, né, cada um na sua função, eu acho que tem que ajudar pelo menos a gente um pouquinho que eu sei, às vezes eu comento com um, comento com outro, na minha área, eu acho que divulga um pouco o trabalho porque, às vezes assim, eu antes de participar das reuniões, assim a gente

não tem muita noção do que que é o turismo, a cultura... (representante da Secretaria de Saúde).

[...] eu não participo faz um pouquinho, mais que um ano, porque eles mudaram o horário desde quando o prefeito passou a ser o William é um horário que não dá para mim participar, já até falei com eles se eles quiserem voltar ao horário antigo eu volto sem problema [...] na maioria das vezes eles põe o que eles estavam precisando e precisava do parecer do Conselho, se aceitava ou não, se a gente aprovava ou não aquilo que o pessoal do Turismo estava querendo. E aí então a gente aprovava ou não e nada era assim, além daquilo que eu podia responder (representante do Sindicato do Comércio Varejista).

Pelos questionamentos que são abordados no COMTUR algumas decisões são tomadas em grupo. Então eu ponho minha opinião, como foi o motivo da cidade crescer independente de si eu tenho ou não interesse em turismo, eu quero que a cidade cresça. *Então as minhas posições lá são referentes a cidade. Não é o interesse só do turismo, mais interesse da cidade.* Eu acho que falta uma organização de como abordar isso de uma forma mais efetiva (representante da CDL).

(alguma vez você levou alguma pauta da associação comercial para a reunião do COMTUR?) Não, não, normalmente [...] quando a gente vai para essas reuniões já são mais ou menos uma agenda fechada e não tem muito o que correr com isso não. Porque a situação tá muito difícil, então a gente fica meio... o Fausto fica meio preso, por falta de verbas, por causa de coisa até mesmo por falta de frequência, a gente tem muito pouca frequência, às vezes ele tem que repetir reuniões, por falta de frequência (representante da ACIC).

(Você recebe sugestão de pauta pela ACIC ou outras pessoas?) De vez em quando eu sento [...] e tudo, a gente vê o que pode estar fazendo, mas a gente não tem muito, cada um olha mais para o seu (representante da ACIC).

A gente tem um membro de cada setor da Prefeitura e da sociedade civil e todos participam igualmente. A gente põe votação tudo (representante da Secretaria de Fazenda).

Às vezes a gente leva assim, a gente dá algumas ideias, só que a maioria das vezes a gente dá as ideias e fica para depois, porque a gente trabalha realmente com planejamento de 1 ano. A gente trabalha no outro, aí é encaixado só pro próximo, e aí já fez as diretrizes. Mas com essa falta de recurso, muitas vezes deixaram de ser feito, aí a gente pega e tá fazendo o que a gente já programou o do ano passado porque o governo não tá mandando os recursos, estamos sem essa parte aí a gente faz isso (representante da Secretaria de Fazenda).

Além disso, verifica-se a partir dos temas discutidos nas reuniões, os pontos que são mais discutidos, bem como os temas considerados de maior importância para os agentes. Isso nos indica como os atores se comportam, o que eles acham que é mais relevante, como eles pensam e se posicionam.

No ano de 2017, foram identificados 11 temas que se destacam na pauta do COMTUR, que se repetem em 2018 e 2019 (Quadro 11).

Quadro 11 - Síntese dos temas e resultados do COMTUR

Ano	Tema	Ação/Decisão/Resultado	Ator que participou
2017	1. Posse de membros	Membros empossados	Prefeito
	2. Atração de filmagem em Cataguases	Informação e Aprovação. Ação em andamento, sem conclusão. Realizada pela Secretaria de Cultura e Turismo	Presidente
	3. Eventos	Informação e Aprovação de repasse para eventos. Conflito com o recurso para o Carnaval.	Presidente, Sindicato do Comércio e Indústria de Cataguases e Secretaria de Fazenda
	4. Gestão do turismo, Inventário turístico, Plano de turismo	Aprovado, não concluído	Presidente, Secretário Executivo, Secretaria de Cultura e Turismo, Sindicato do Comércio e Indústria de Cataguases
	5. Material divulgação, guia de Cataguases, aplicativo	Tema exposto, aprovado, não concluído por falta de recurso	Presidente
	6. Parceria com empresários	Aprovado, convite feito a empresários para reunião. Empresários não compareceram.	Presidente
	7. Parceria com sindicato de produtores rurais	Aprovado. Repasses para apoio a evento da organização de mulheres produtores rurais, do qual faz parte a representante da EMATER	Presidente
	8. Decreto Municipal número 4.360/2.017	Tema exposto sem resolução	Presidente
	9. Gestão do COMTUR	Aprovado revisão do Regimento Interno e agenda anual	Presidente
	10. ICMS	Adiar para próxima reunião a formação da Comissão para alterações legais. Foi realizado pela secretaria de cultura e turismo. A cidade recebeu ICMS	Secretário Executivo, Presidente
	11. Trem turístico	Tema exposto, sem decisão. Depende de parcerias com outras organizações externas	Presidente
2018	1. Eventos	Aprovação de financiamento pelo FUMTUR para eventos.	Presidente, Secretário Executivo
	2. ICMS	Informações sobre os requisitos	Secretário Executivo, presidente
	3. Formação de guias de turismo	Informado sem conclusão	Secretário Executivo
	4. Gestão do COMTUR	Aprovações, decisões e informações	Presidente
	5. Gestão do turismo, inventário turístico, plano de turismo	Aprovado revisão e elaboração dos documentos, a cargo da Secretaria de Turismo. Houve discussões.	Presidente, Secretário Executivo
	6. Posse de membros	Membros empossados	Presidente
	7. Atração de filmagem em Cataguases	Informado. Ação da Secretaria de Cultura e Turismo	Presidente
	8. Material divulgação, guia de Cataguases, aplicativo	Aprovado, não realizado por falta de recurso	Presidente
2019	1. Gestão do COMTUR	Aprovado revisão dos documentos internos.	Presidente

Ano	Tema	Ação/Decisão/Resultado	Ator que participou
	2. ICMS	Informado sobre ICMS recebido referente ao ano anterior.	Presidente

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

A primeira reunião foi realizada exclusivamente para empossar os membros do COMTUR, sendo conduzida pelo Prefeito de Cataguases. A partir da segunda reunião, destaca-se o tema da gestão do turismo no município de Cataguases, vinculando-se demandas relacionadas a elaboração do Inventário Turístico e do Plano Municipal de Turismo. Os membros que participaram ativamente destes debates foram o Presidente, o Secretário Executivo, outro membro da Secretaria de Cultura e Turismo, bem como o Sindicato do Comércio e Indústria de Cataguases. De forma geral, os resultados destes debates foi a aprovação por todos os presentes na reunião em que se levantou a pauta. Além disso, relacionado a gestão do turismo, apresentou-se a proposta de elaboração de material de divulgação de Cataguases, o que foi aprovado em deliberação. Todavia, devido à falta de recursos, a ação não foi concretizada.

O recurso proveniente do ICMS é outro tema relevante na pauta do conselho, sendo, entretanto, vinculada a informação sobre os repasses do governo estadual ou o cumprimento de demandas para a candidatura ao seguinte ano. O secretário executivo e o Presidente são os informantes sobre o tema. Também há votações sobre a distribuição dos recursos, geralmente relacionado a eventos culturais.

De fato, o tema dos eventos é recorrente nas reuniões, relacionados principalmente com a aprovação de apoio ou a informação sobre a realização de algum evento no município. Ressalta-se, em geral, a vinculação a atividades culturais. O Presidente, o Sindicato do Comércio e Indústria de Cataguases e a Secretaria de Fazenda foram os atores que participaram desta pauta. Em entrevista, diversos conselheiros mencionam a importância dos eventos como um estímulo ao turismo e a cultura.

A atração de filmagens para o município de Cataguases, principalmente a utilização do patrimônio existente, aparece na pauta de 2017: a aprovação do apoio ao polo Audiovisual para produção, filmagem e cessão de uso de imóveis e espaços públicos. Tal ação está informada e chancelada pelos conselheiros presentes nas reuniões.

Também foi exposto pelo presidente do conselho o tema relacionado ao Decreto Municipal número 4.360/2.017, que dispõe sobre divulgação de publicidades e colocação de toldos dentro do Sítio Histórico Tombado do município. Não houve decisão tomada.

Quanto a concretização de parcerias, foi colocada em pauta a realização de um café com o setor empresarial, bem como a aproximação com o Sindicato de Produtores Rurais, sendo ambas ações aprovadas pelos conselheiros. Segundo o presidente do COMTUR, a estratégia de realização de parcerias público-privada é uma necessidade em função da redução de recursos para a pasta de Cultura e Turismo, assim como tendência para a manutenção de uma agenda de ações que não seja dependente de recursos provenientes do setor público.

Por fim, sobre a Gestão do COMTUR, destaca-se a apresentação de demandas ou informação pelo presidente do conselho. Quanto a este tema, é relevante mencionar a fala do presidente do conselho pela busca de consolidação deste espaço como um instrumento de gestão do turismo, de forma que as decisões da pasta sejam discutidas e chanceladas pelos conselheiros e não apenas pelo Secretário de Cultura e Turismo.

A partir da revisão dos temas discutidos, evidencia-se que a temática que mais sobressai no campo é sobre a gestão do conselho e a distribuição de recursos para a realização de eventos. Dessa forma, pode-se dizer que o campo do turismo está em um momento inicial de formação, em que não há uma agenda consistente nem um grupo de atores agindo em torno de objetivos comuns. Inicialmente se observa, contudo, alguns conflitos em relação a agenda principal do Conselho, apesar de não ser possível observar claramente um objeto de disputa.

Então muitos dos representantes que a gente tem na prefeitura, o interesse deles é pessoal e não público, não tem muita gente de hotel que tem interesse sim do turismo, mas eu não vejo nenhuma ação por exemplo da secretaria de trazer pessoas que vão realmente trazer dinheiro para cidade, show não traz dinheiro para cidade, festinha não traz dinheiro para cidade, para cidade não é o que é o que vai botar dinheiro na cidade, não é o grosso né...(representante da CDL).

Acho que dão um valor muito a ... ao turismo que não traz retorno, nada financeiro para cidade, enquanto outras coisas que realmente revertem a parte financeira eles não deixam, deixam a desejar, não dão tanta... tanto foco. Por exemplo, carnaval, carnaval não traz recurso para cidade, carnaval ao contrário ele tira e dão tanto valor ao carnaval que não precisa de tanto recurso, assim, não é uma coisa que pelo contrário até desfoca o recurso (representante da CDL).

Devido à baixa participação, observa-se que a disposição dos agentes ainda é muito dispersa, já que eles sequer estão presentes nos debates. Nesse sentido, sugere-se que os agentes mantêm uma inércia em relação ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo na cidade. A ideia de que o turismo não é um setor importante e que se limita na elaboração de eventos condiciona a uma inatividade frente a legitimação do campo.

5.6.4 Ação Coletiva no COMTUR

A partir do Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva de Pimentel (2012), pode-se descrever como ocorre a interação entre os agentes do campo do patrimônio cultural de Cataguases. Para tanto, faz-se necessário relatar como as organizações/entidades individuais fazem coalizões até chegar, ou não, em uma ação coletiva.

A partir da caracterização do campo é possível observar qual o jogo que se desenvolve, ou seja, a sua forma de funcionamento, levando em consideração a identificação dos agentes presentes e envolvidos, as posições destes atores (volume de capital), quais são os objetos de disputa entre eles, bem como as regras do jogo e as estratégias de ação de tais agentes (Pimentel, 2012).

Para a existência de uma dinâmica de relações entre os atores, representada pelo acontecimento do jogo, assim como para a existência do campo, é preciso existir um espaço físico (e social), onde estes atores estarão distribuídos e em possível interação. Essa dimensão espacial é de grande importância, pois nela os constrangimentos estruturais acontecem e são materializados. Como foi analisado nas seções anteriores, a abertura do COMTUR ocorreu no ano de 1998, fazendo com que exista uma situação de copresença entre os atores do turismo em função da existência desse espaço. Essa interação somente é possível pois os agentes são condicionados a regularmente ocupar um mesmo espaço e tempo.

Porém, segundo o presidente do COMTUR, o maior desafio em termos de gestão deste espaço é a baixíssima assiduidade dos membros, relatando que em diversas ocasiões não houve *quórum* na primeira chamada das reuniões.

[...] infelizmente o conselho de turismo é um conselho que a gente tem o maior número de abstenções. E por coincidência é o conselho que tem o menor número de membros [...] (representante de Fundações Culturais - Instituto Chica).

[...] as pessoas estão muito desinteressadas, eu sinto isso, a gente não tem essa demanda não, o conselho que tem que ir as vezes, atrás da pessoa para poder ter quórum, [...]” (representante da Secretaria de Educação).

[...] na realidade o conselho como todo mundo sabe é um órgão que deliberativo consultivo e normativo e paritário, tanto na sociedade civil quanto a pública *a dificuldade que nós temos é justamente de presença né, a participação em si. Vejo que algumas pessoas, algumas instituições, não levam muito a sério o conselho e desconhecem o poder que o conselho tem para definir os rumos da cidade*, bem como os conselhos promovem a discussão do modelo de cidade que queremos. Então a participação de todos é imprescindível, mas só que *a gente tem principalmente no conselho de turismo uma taxa de presença muito baixa, raramente a gente consegue fazer na primeira reunião a reunião, e se a gente tem que convocar uma extraordinária por falta de quórum* (representante da Secretaria de Cultura e Turismo).

A partir da análise de presença nas reuniões foi possível comprovar que a frequência dos agentes no COMTUR é muito baixa. Apenas 50% dos membros participaram em 50% ou mais das reuniões. Isto quer dizer que apesar de existir um espaço em comum, os agentes não participam efetivamente. Dessa forma, dificulta-se a interação entre estes personagens e a formação de confiança neste conselho. Associado a falta de participação, está o desconhecimento sobre a importância do conselho para a gestão pública do turismo local, outro aspecto que menciona o presidente do COMTUR em entrevista. Inclusive, entre os atores menos assíduos, menciona-se a “inexistência de divergência entre pontos debatidos dos conselhos”.

[...] no geral, sempre teve boa participação às vezes tinha faltoso igual o meu caso uma ou outra vez não vai por isso por motivo né de horário e tudo, mas na maioria das vezes a maioria sempre tá. E o engraçado é isso, todo mundo expõe a sua opinião, mas acho que graças a Deus, o pessoal tudo é tranquilo demais, porque sempre entra num acordo, num acordo que chega, num acordo que todo mundo aceita, nunca vi pelo menos nas que eu presenciei ninguém querer não nas minhas que eu presenciei, sempre graças a Deus, a gente sempre entrou em acordo (representante da Secretaria Saúde).

Como consequência, há concentração dos debates nos três atores mais frequentes: Secretaria de Cultura e Turismo (presidência) apresenta 100% de presença, os Representantes de Fundações Culturais também com 100% de presença, a Secretaria de Fazenda e a Associação Comercial e Industrial de Cataguases (ACIC), ambas com 85,71% de presença. Assim, pode-se dizer o COMTUR é um ambiente de interação ainda prematuro, em que as relações de reconhecimento e confiança não estão consolidadas.

Verificou-se que os agentes do COMTUR estão em um processo de consolidação da situação de copresença e é a partir dessa situação que os agentes têm a capacidade de formar uma identidade coletiva. A partir do contato e da interação existente nas reuniões é possível a formação de ideias em comum, dando forma a uma associação e tornando mais forte o grupo.

Nesse sentido, foi observado que os agentes do campo do turismo não apresentam uma identidade em comum e, como consequência, não interagem, ainda que compartilhem o mesmo espaço. Isso pode ser justificado pelo fato de o COMTUR ser um espaço embrionário e fragmentado, em que ainda prevalece os interesses individuais sobre o interesse coletivo.

(sobre a interação entre interessados no turismo) não tem, assim eu acho que, não sei se nessa crise a respeito de verbas públicas para fazer o incentivo ao turismo, aqui alguma coisa assim, interesse também de empresários do ramo Hoteleiro, de alimentação, poderia também fazer. É uma coisa que a gente fica não acontece, que hoje se você for pegar quem teria que ter interesse início, lógico além da cidade é mais é o hotel que vai receber os turistas, área de restaurante, de alimentação da cidade, que

vai absorver isso, e se tivesse algumas lojas, assim grandes que tivessem alguma coisa da cidade para demonstrar, para poder vender, para poder pegar esse recurso, também não vejo interesses [...] (representante das Agências de Viagem).

Talvez falte a iniciativa mesmo não apenas do poder público da prefeitura, mas também do empresariado, eu acho (representante do Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares).

[...] a gente tem essa abertura assim para estar falando. Até tem uma meta deles de estar desenvolvendo esse turismo rural. Mas é aquele trabalho de formiguinha, que você vai, vai dar um passo de cada vez. Com relação as coisas que eu já solicitei ao conselho por exemplo essas mulheres rurais elas fazem encontro todo ano [...] e todas as vezes que eu solicitei a secretaria de turismo que através do Conselho eu fui atendida com as coisas que eu necessitei [...] (representante da EMATER).

Portanto, não há uma interação, uma aproximação efetiva que resulte na criação de uma identidade comum. Em alguns casos, como do representante da Secretaria de Meio Ambiente, sua resposta sobre o seu papel no COMTUR demonstra certa apatia e falta de interesse no conselho.

[...] o Turismo não é foco da secretaria de Meio Ambiente (Secretaria de Meio Ambiente).

Além disso, os agentes não têm uma noção de como funciona a oferta turística da cidade, dificultando a formação e identidade. Mencionam que muitos grupos de alunos de arquitetura vão à cidade para estudar e conhecer os diversos edifícios tombados e que poderiam ser um público potencial para Cataguases, como se observou também nas citações dos atores do COMPAC¹⁸, por exemplo:

O Ronaldo do hotel Cataguases falou que estudante de escola de arquitetura é o segundo mercado dele primeiro é o de negócios (representante do CREA).

Porém, essa temática somente aparece nas entrevistas e não como tema de discussão nas atas de reunião. De fato, tal situação poderia ser mais explorada, mas existe uma falta de coesão entre os atores, assim como uma falta de compreensão do que eles têm que fazer e como fazer. Parece claro que os atores não têm uma noção muito clara das estratégias para atrair mais turistas e apresentam uma visão muito limitada relativa ao papel das suas instituições. Não existe, de fato, uma noção de como funciona a oferta turística do município, dificultando a formação de identidade entre eles.

Tivemos ideias muito boas para para melhorar, mas não tem dinheiro, como fazer assim um evento gastronômico, uma das ideias que foi feita, mas nessa tem tem que ter apoio e a cabeça também dos comerciantes de Cataguases, que é um pouquinho retrógrada, que pensa antigo ainda, que não vê como investimento, só vê como gasto. Então barra muito nas ajudas que precisa, que tem que ter apoio e não tem. Essa daí

18 Esta informação é mais mencionada nas entrevistas do COMPAC

foi uma das ideias que a gente tinha vontade de fazer, aqueles arcos na entrada da cidade (representante Sindicato do Comércio Varejista).

Olha primeiro é tentar pegar alguma coisa de valor a parte do turístico da cidade e tentando buscar isso para nossa cidade, até porque tem falta de turista aqui na cidade, de vir a gente, tem muita cultura para mostrar mas tem muito pouco turista que visita. Aí na maioria das vezes até mesmo pessoal de Cataguases não sabe o quanto que a gente tem cultura da cidade para mostrar para os turistas (representante das Agências de Viagem).

Devido ao atual contexto, os agentes não percebem a importância de participar do COMTUR e, quando participam, atuam de forma superficial, orientada sempre por um mesmo ator (o presidente do conselho) que propõe as pautas. Mas há indícios de que alguns representantes recém empossados têm maior interesse e participação nos debates, inclusive com a colocação de pautas. Este é o caso do representante da Secretaria de Assistência Social.

Em Cataguases, no campo turístico, o momento 3, de estabelecimento de poder, não existe. São condições necessárias para a formação do poder e da ação coletiva uma situação de copresença bem definida, assim como a existência de uma identidade em comum.

Dessa forma, não é possível verificar, dentro do conselho, mecanismos formais de coordenação, hierarquia bem definida, rotina de trabalho, compromisso com metas e resultados e mecanismos de estabilização. O que se percebe é a presença de um ator central no debate, que é o presidente do conselho, que tem uma condição de interlocutor principal, realizando 64,9% de todas as intervenções, e em seguida, o Secretário Executivo que participou de 19,6% das discussões.

5.7 TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL DO COMPAC PARA O COMTUR

O objetivo desse trabalho foi analisar se ocorre e em que medida ocorre transferência de capital do campo do patrimônio cultural para o campo do turismo.

Na análise das políticas referentes ao município e aos dois setores analisados, verificou-se poucas diretrizes que relacionam de maneira contundente a cultura ao turismo. No Plano Diretor Participativo de Cataguases de 2006, percebeu-se, de uma maneira geral, que o objetivo do setor cultural é basicamente a preservação, a proteção e conservação do patrimônio cultural, e o turismo é visto como gerador do desenvolvimento socioeconômico e de geração de emprego e renda. Porém, não se faz nenhuma menção das atividades como trabalho em conjunto.

O mesmo acontece na Lei Orgânica Municipal de 2016, e na Lei Nº 3746/2009 Programa Municipal de Incentivo à Cultura, denominada Lei Ascânio Lopes, onde o turismo e a cultura não aparecem como áreas afins, inclusive na segunda o turismo sequer é mencionado.

Já, no Projeto de Lei Complementar – Lei Orgânica da Secretaria de Cultura de Cataguases 055/2018 – implementada a partir de 23 de agosto de 2018, nas diretrizes dessa política cultural o turismo aparece como uma área que possui idêntico ou conexo interesse público e privado com a área do patrimônio cultural. Desta forma, a política direciona uma coordenação do patrimônio cultural com as políticas dessas áreas afins.

Apesar da identificação da necessidade do turismo e do patrimônio cultural possuírem políticas em coordenação, o documento, de uma forma geral, apresenta uma contradição. Como a Secretaria representa Cultura e Turismo, seria esperado que a Lei fosse de Cultura e Turismo, havendo uma conjunção de esforços entre as duas áreas nos documentos orientadores das ações governamentais do município, e não somente um inciso dentro de um Artigo que estabeleça uma correlação entre as duas áreas.

No Código Municipal de Turismo, 2018 Lei nº. 4.570/2018, o patrimônio cultural é mencionado de maneira mais concreta como forma de ser utilizado para o fortalecimento e maior atratividade turística. Além disso, ficou estabelecido que o Comitê Intersetorial de Facilitação Turística é responsável pela formação de parcerias intersetoriais com as entidades da administração pública municipal, visando ao aproveitamento e ordenamento do patrimônio natural e cultural para fins turísticos.

Outra contradição e discrepância verificada é a missão do Plano Municipal de Turismo 2018-2019, onde se menciona colocar o turismo em Cataguases “muito além do Modernismo”, atuando também em áreas não vinculadas ao legado cultural relacionado ao movimento modernista - como o arquitetônico urbano, desenvolvendo, por exemplo, o turismo rural. Além disso, tem-se como visão que Cataguases seja reconhecida pelos principais polos turísticos emissivos do Brasil e do mundo até o ano de 2020, aproveitando seu potencial histórico de destino cultural, natural e empresarial da Zona da Mata.

Esta é uma missão completamente desconexa da realidade, primeiramente porque a maneira que Cataguases tem para se tornar atrativa é em função da riqueza do seu patrimônio cultural e modernismo. Porém, o município ainda não conseguiu estabelecer esses atrativos para atrair turistas e o plano, por sua vez, está buscando ir além desse potencial. Sabe-se, então, que o atrativo considerado forte ainda não conseguiu se estabelecer e não faz sentido apelar para outro, que não tem tanto apelo turístico. E segundo, tem por missão fazer Cataguases atrativa

pelos principais polos turísticos emissivos do Brasil e do mundo, dentro de um período de 2 anos, mas ela sequer é atrativa regionalmente.

Dessa forma, as políticas de Cataguases não apresentam nenhuma diretriz, projeto ou ação concreta que possibilite o campo do patrimônio cultural transferir e contribuir para que o campo turístico se fortaleça e, com isso, possa utilizar de seus atrativos culturais para uma maior atração turística.

Em relação aos membros dos dois conselhos, foi possível verificar que existem alguns agentes do COMPAC que frequentam o campo do turismo. A Secretaria de Cultura e Turismo, a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura são atores que participam de ambos os conselhos. Entretanto, destas três entidades, apenas a primeira é representada pelo mesmo indivíduo como membro titular, sendo este o Secretário da pasta, e presidente de ambos conselhos. Por outro lado, a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura tem representantes titulares diferentes em cada conselho, o que de certa forma limita a transferência de capitais sobre os debates do patrimônio no conselho de turismo.

Entretanto, tal interação parece ser apenas superficial, de modo que não se observa a criação de uma estrutura compartilhada, o que seria um pré-requisito para a formação de uma ação coletiva entre tais campos. Quanto à existência de diálogo entre os conselhos, a maioria dos entrevistados concorda que é praticamente nula, inclusive entre as entidades que participam dos dois conselhos. Os atores justificam, dizendo que o fato de enviarem representantes diferentes a cada conselho dificulta a existência de intercâmbio.

Não... Nossa... nenhuma, porque aí já é um conselho a parte. A gente separa. Você entendeu? A gente tá trabalhando mais por turismo. [...] Do outro conselho eu não sei, eu nunca fiz parte do conselho (COMPAC), é mais ligado aos bens tombados IPHAN.” (representante da Secretaria Fazenda)

Nós também participamos do COMPAC e a ideia é serem pessoas diferentes com trajetória de vida diferentes conformações diferentes ideias e pessoas que conseguem enxergar de ângulos diferentes e assim acrescentar convergências desde a questão de informar a população trabalho de educação patrimonial e ambiental que envolve. Ambos têm o objetivo de trazer o que é pertencimento o sentimento de pertencer. Se você sente que pertence àquele lugar você valoriza mais e você cuida” (representante da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos)

Deste modo, ainda que existam atores em comum nos dois conselhos, não se verifica ações concretas entre eles. Em entrevista, o presidente de ambos espaços reconhece quanto à gestão do turismo:

[...] falta de diálogo com legislativo e outros conselhos (representante da Secretaria de Cultura e Turismo).

Além disso, foi recorrente a menção de que a seleção de pautas pelo presidente do conselho limita o debate. Quanto a essa questão, porém, a baixa assiduidade dos membros do COMTUR demonstra uma dificuldade de formação de novas pautas de interesse dos demais representantes. No quadro 12 é possível observar a distribuição dos agentes entre os conselhos.

Quadro 12 - Síntese dos Agentes participantes no COMTUR e no COMPAC

COMPAC	AMBOS	COMTUR
<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretário de Cultura e Turismo 2. Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases – DEMPHAC (Secretário Executivo) 3. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais-CREA-MG 4. OAB Cataguases 5. Secretaria Municipal de Educação 6. Secretaria Municipal de Obras 7. Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura 8. União Associações Moradores Cataguases 9. Câmara de vereadores 10. Faculdades Integradas de Cataguases–FIC/Grupo UNIS 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretário de Cultura e Turismo 2. Secretaria Municipal de Educação 3. Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria de Cultura e Turismo 2. Associação Comercial e Industrial de Cataguases (ACIC) 3. Secretaria de Fazenda 4. Secretaria de Educação 5. Secretaria de Assistência Social 6. Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura 7. EMATER-MG 8. Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases (CDL) 9. Secretaria de Saúde 10. Representante de Agentes de Viagem 11. Representante de Fundações Culturais 12. Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares 13. Cataguases Trânsito Transporte (CATRANS) 14. Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases

Fonte: elaboração própria, 2019.

Os conselheiros do COMPAC chegam a mencionar a vinculação do tema do turismo em suas reuniões, assim como os conselheiros do COMTUR concordam que o patrimônio cultural de Cataguases é o principal elemento detonador do turismo no município.

Olha o negócio é o seguinte também já foi debatido dentro do Conselho não é bem Patrimônio Histórico é mais Turismo é mais Cultura (representante do CREA).

Entretanto, quando perguntados se tem relação com algum membro do COMPAC, a maioria dos conselheiros do COMTUR afirmam que não.

Não, não tenho nenhuma[participação], cê ter uma ideia eu não sabia disso, eu não sabia (e o patrimônio deveria ter alguma coisa com o turismo) até mesmo para divulgação, eu não sabia que tinha esse órgão em si (representante das Agências de Viagem).

Aparentemente, não, pelo menos eu nunca participei de nenhum evento que congregasse esses dois conselhos, não me lembro (representante do Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares).

Eu não participo do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e nunca participei. E o sindicato nunca participou que eu saiba. E não temos relação com alguma organização envolvida (representante do Sindicato do Comércio Varejista).

Quanto aos participantes do COMPAC sobre sua relação com o COMTUR destacam-se:

Concretamente todos nós sabemos que temos essa necessidade, porém ainda não está havendo uma ação efetiva, de sentido, até para te pedir uma reunião agora no Codec e onde ela foi especificamente sobre a questão do turismo em Cataguases, veio até uma agente da Secretaria de Estado de Turismo, que ela estava pouco tempo agora nesse governo e o foco maior realmente era essa questão do Turismo aliado ao patrimônio (representante do DEMPHAC).

(há um relacionamento com o COMTUR?) Não, isso é uma proposta que a gente já colocou, isso foi sugestão do Conselho mesmo, no sentido de haver uma maior interação entre o conselho de turismo e o conselho de patrimônio porque são irmãozinhos, deveriam estar trabalhando em conjunto. Não, não existe, os membros são diferentes, então a gente não sabe nem qual é a pauta deles. Eu acredito que eles não saibam o que são as nossas pautas. A gente já solicitou fazer uma reunião conjunta para tentar alinhar uma pauta conjunta (representante da Secretaria de Obras).

Olha na verdade a gente não sentamos para anexar essas duas coisas, ainda não. Uma coisa é tratada de um lado e a outra coisa tratada do outro, mas estamos pretendendo a fazer essa junção (representante da UAMC).

Tem uma relação, chega a ser debatido algumas coisas, por exemplo, esse trem está para ser... o empresário era da iniciativa privada ...eu cheguei até a ver locomotiva, eu a fotografei. Isso foi debatido lá porque a pessoa estava querendo envolver a prefeitura no negócio privado, então isso foi debatido no Conselho, é turismo é, mas acabou também sendo debatido no Conselho do Patrimônio Cultural (representante do CREA).

(há sinergia entre as organizações turismo e patrimônio?) No meu conhecimento não, falta muito isso daí, né... Eu vejo um pouco cada um por si, não tem esse entendimento de que quando a gente trabalha junto acaba fortalecendo o todo. Eu vejo aqui até umas reclamações dentro das reuniões, é cada um pensando dentro desse contexto, não tendo esse pensamento geral de cooperação, [...] (representante da FIC/Grupo UNIS).

Além disso, é contraditório que temas de turismo sejam mais discutidos dentro do COMPAC do que temas do patrimônio sejam discutidos dentro do COMTUR. Por exemplo: o COMPAC menciona a necessidade de fazer um guia de turismo com os atrativos do patrimônio, mas a questão do trem turístico foi mais discutida dentro do COMPAC que do COMTUR, mesmo estando relacionada ao patrimônio ferroviário. Além disso, temas sobre eventos culturais são mais discutidos no COMPAC que no COMTUR. Porém, compreende-se que o COMPAC é um espaço mais organizado e, portanto, traz diversas discussões para dentro do conselho.

No caso específico do COMTUR, a falta de maturidade do conselho dificulta o intercâmbio de ideias e ações entre os próprios interessados diretamente em organizar o turismo no município. Deste modo, o conhecimento de cada agente permanece individualizado e suas demandas e interesses não assumem uma visão de grupo.

Inclusive, no COMTUR, o patrimônio é mencionado de maneira pouco importante e os temas mais discutidos estão voltados para a questão da organização interna e da falta de participação dos membros, limitando muito as discussões do conselho. Além disso, a participação é muito baixa, os temas mais discutidos são sobre a gestão do conselho em si, expressando e evidenciando o estágio prematuro do conselho. Os atores do COMTUR não percebem a importância do patrimônio para a atração e fortalecimento do turismo na cidade, que é única via possível para realmente fazer a cidade atrativa. O patrimônio cultural é o elemento central para o desenvolvimento do turismo e não há uma noção muito clara pelos membros, os quais não percebem a necessidade de trabalhar em conjunto com os atores do patrimônio, já que é a opção mais favorável para a atividade turística.

Por outro lado, com base nas entrevistas realizadas, também é evidente que os próprios agentes do campo do turismo de Cataguases não reconhecem a necessidade chave de organização para a oferta do destino, o que se reflete, portanto, na forma como se dispõe atualmente o COMTUR.

Então muitos dos representantes que a gente tem na prefeitura, os interesses deles é pessoal e não público, não tem muita gente de hotel que tem interesse sim do turismo (representante do CDL).

[...] não tem, assim eu acho que, não sei se nessa crise a respeito de verbas públicas para fazer o incentivo ao turismo, aqui alguma coisa assim, interesse também de empresários do ramo Hoteleiro, de alimentação, poderia também fazer. É uma coisa que a gente fica não acontece, que hoje se você for pegar quem teria que ter interesse início, lógico além da cidade é mais é o hotel que vai receber os turistas, área de restaurante, de alimentação da cidade, que vai absorver isso, e se tivesse algumas lojas, assim grandes que tivessem alguma coisa da cidade para demonstrar, para poder vender, para poder pegar esse recurso, também não vejo interesses [...] (representante das Agências de Viagem).

Desta forma, no processo de formação da ação coletiva entre os campos em análise, verifica-se que a transferência de capital do campo do patrimônio cultural para o turismo é ineficiente. Isso acontece porque, no COMTUR, apesar da Secretaria de Cultura e Turismo levar seu capital para esse espaço, os demais atores não reconhecem o grupo e, portanto, não interagem. Por conta disso, enquanto o compartilhamento do espaço - refletido na copresença -

permanecer fragmentado, a interação que seria criada por meio da aproximação dos agentes e o surgimento de uma identidade comum não se concretizará.

6. CONCLUSÕES

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar se há e de que maneira ocorre a transferência de capitais *do campo cultural (subcampo patrimônio) para o campo turístico* em Cataguases/MG, por meio dos seus agentes e quais os resultados de suas interações (ação coletiva organizada), considerando o escopo de sua materialização em políticas públicas municipais (turísticas e culturais) no período de gestão municipal de 2017-2020.

Para tanto, se utilizou a Teoria dos Campos Sociais de Pierre Bourdieu e o Modelo de Estruturação da Ação Coletiva Organizada de Pimentel (2012), entendendo como funciona a interação entre diferentes atores em um campo determinado, identificando seus interesses, objetivos, inter-relações, a força de cada um, e o seu poder articulação e de influência em dado campo. Os objetivos específicos foram:

1. Reconstruir o campo do turismo e o campo do patrimônio cultural de Cataguases/MG, identificando os atores, sua posição e o *habitus* do campo.
2. Compreender se há interação entre os agentes do campo turístico e os agentes do campo do patrimônio cultural na cidade.
3. Analisar se existe em termos de ação coletiva organizada entre os campos sociais observados, algum resultado concreto, legitimado/institucionalizado, por meio de políticas públicas, no período de gestão municipal de 2017-2020.

A partir das teorias mencionadas e da utilização de várias técnicas de análise – revisão documental, entrevistas semiestruturadas, observação de campo – foi caracterizado o Conselho de Patrimônio e Cultura, composto por 10 membros, e o Conselho de Turismo, composto por 14 membros, durante o período de estudo.

Argumenta-se que o campo do patrimônio cultural de Cataguases existente atualmente começa a se configurar com o decreto de tombamento de um conjunto de bens e imóveis pelo IPHAN, concretizado em 1994. Deste modo, destacou-se o discurso para a valorização do que se convencionou proferir com um “rico acervo modernista”, que deve ser motivo de orgulho dos cidadãos cataguasenses. Em função destes recursos patrimoniais, o campo político se move em busca a estimular uma ideia geral no campo social. Entretanto, o uso deste patrimônio como recurso turístico parece não ser uma ideia acordada entre os agentes sociais. Como elementos de condicionamento do campo social de Cataguases menciona-se a elaboração de leis e normas para a manutenção e preservação do patrimônio.

Especificamente, em relação as leis e políticas analisadas, verificou-se que não existe uma interação bem definida e claramente delimitada entre as duas áreas. O patrimônio não é mencionado nos documentos e políticas de turismo como elemento central para fortalecer a atratividade da cidade. Dessa forma, não se estabelece nenhuma ação ou diretriz para o desenvolvimento de um produto turístico baseado nos recursos patrimoniais de Cataguases.

A partir da análise do volume de capital e da posição dos agentes, foi identificado que o ator central, em ambos campos analisados, é a Secretaria de Cultura e Turismo. Este agente é o que mais participa, tanto em termos de presença, como em termos de intervenções em propostas de temas a serem discutidos. Além disso, é mencionado por diversos agentes dos dois campos como um ator importante na definição das pautas e na condução das ações.

Entretanto, mesmo tendo a importância mencionada por todos os demais atores como central na gestão de ambos conselhos, o representante da Secretaria de Cultura e Turismo foi exonerado de seu cargo imediatamente terminado o período em que se realizou esta análise. Deste modo, se observa a dependência do campo político para a composição destes espaços de interação, que neste caso funcionaria como um condicionante externo, cuja capacidade de intervenção nesta estrutura é extremamente alta.

Por meio da frequência dos conselheiros nas reuniões e dos temas debatidos foi possível verificar, entre os atores do COMPAC, a existência de um *habitus* que gira em torno da preservação do patrimônio da cidade. Por outro lado, no campo do COMTUR, os atores pouco participam das reuniões, tendo uma disposição que se apresenta como uma inatividade entre os membros para desenvolver e fortalecer o turismo. No caso do campo do turismo foi observado que a fragmentação existente é um reflexo de uma dispersão entre as organizações que tem interesse no desenvolvimento do turismo em Cataguases. Alguns entrevistados mencionaram que a falta de organização das empresas ofertantes de serviços turísticos é uma limitação para o posicionamento de Cataguases como destino turístico. Assim, poucos atores dimensionam a potencialidade do município em função do patrimônio cultural. Nesse sentido, o *habitus* do campo do turismo, ou seja, a forma dos agentes interagirem no campo e compreenderem o turismo no município, pode ser considerado um limitante para a organização dos atores do campo.

Em relação a tomada de posição no campo, foi possível identificar que os membros do COMPAC participam ativamente das reuniões, assim como participam das discussões. Já nas reuniões do COMTUR, os temas propostos são direcionados por um único ator e não existe uma participação assídua dos agentes. É importante destacar que em ambos os casos há um

incentivo para a manutenção das atividades dos conselhos: os repasses de recursos do governo do Estado por meio do ICMS cultural e turístico. Deste modo, destaca-se outro constrangimento externo aos campos em análise, e que provém do campo político ou, melhor dizendo, da gestão pública estadual. Considera-se, neste sentido, que tal tipo de incentivo à descentralização da gestão pública demanda também um processo de informação, reconhecimento e legitimidade, que pode ser observado dentro do COMPAC, mas não dentro do COMTUR. A realidade destes dois conselhos demonstra, portanto, um exemplo de entrave sobre as ações desenhadas pelo setor público estatal e que se reproduz em diversos municípios.

Portanto, conforme as categorias teóricas propostas por Pimentel (2012) - espaço, identidade e poder -, a análise do processo de formação da ação coletiva organizada permitiu verificar de que maneira os agentes conseguem legitimar, ou não, suas ideias no campo. No campo do patrimônio, verificou-se que os agentes se encontram em um estágio médio de formação de uma identidade coletiva em que há corroboração sobre diversos aspectos relacionados à preservação e gestão do patrimônio local. Já, no campo turístico, os membros ainda se encontram em um estágio embrionário para a formação de uma identidade coletiva, pois ainda que haja uma situação de copresença por fazerem parte do conselho, estes agentes nem sequer participam assiduamente das reuniões, impossibilitando a interação neste espaço.

Com a identificação dos objetivos específicos foi possível concluir que a transferência de capital do campo do patrimônio cultural para o campo do turismo é inexistente. Há alguns atores centrais que direcionam os debates e as decisões, sem o envolvimento ativo dos demais agentes. Deste modo, verificou-se, em primeiro lugar, que no município de Cataguases há um patrimônio cultural subexplorado do ponto de vista turístico. Apesar de existir membros que frequentam os dois espaços – COMPAC e COMTUR – não surgem ações concretas no campo turístico.

Nesse sentido, o ponto de debate reside no fato de que a criação de estruturas participativas, apesar de necessária, não é uma ação suficiente para a mudança de um paradigma institucional, onde formas de agir, pensar e defender o interesse de grupos de poder estão incrustados dentro das estruturas sociais. Portanto, não importa o formato institucional participativo, seja conselho gestor, conferência, orçamento público participativo, entre outras possibilidades: é preciso a mudança na forma de atuação institucional, buscando possibilidades de inserir a sociedade civil em núcleos estratégicos de tomada de decisão. Tal participação precisa ser observada em todo o ciclo político, desde a discussão de alternativas, passando pela

tomada de decisão, elaboração das políticas públicas, bem como o seu monitoramento e controle (PAES DE PAULA, 2005; PINTO; SANTOS, 2017).

A partir desta análise é possível confirmar a hipótese de que os agentes do turismo e do patrimônio cultural de Cataguases não interagem da maneira ideal, já que apesar da existência de membros do campo do patrimônio cultural no campo turístico, estas estruturas ainda permanecem isoladas, existindo uma limitada transferência de capitais entre elas. Desse modo, a interação entre os agentes parece ser apenas superficial, por exemplo: alguns concordam que o patrimônio pode ser usado como recurso para o desenvolvimento de produtos turísticos. Porém, não existe uma identidade compartilhada entre os dois campos e, portanto, uma ação coletiva que gere resultados concretos por meio das políticas públicas que pudesse, de fato, resultar em uma apropriação do patrimônio por meio do turismo.

Assim, como síntese conclusiva, essa pesquisa contribuiu para identificar o atual contexto do campo do turismo em Cataguases e observar que, embora a cidade apresente um grande potencial turístico, não existe uma coesão e uma interação entre os atores que estão envolvidos com a atividade de promoção do turismo, bem como organização do destino. Todo o material patrimonial e cultural existente na cidade de Cataguases, com seus sentidos e significados não é apropriado por mais pessoas, ficando limitado na sua função de promover e evidenciar a produção histórico-social da humanidade.

Ressalta-se que a pesquisa apresentou algumas limitações, principalmente em relação a categoria **Posição**, que em função da dificuldade de coleta de dados, se limitou em analisar critérios que pudessem diferenciar os atores no campo, para identificar aquele ator com maior interferência e poder de persuasão.

Para finalizar, sugere-se pesquisas que explorem os entraves relacionados aos atores turísticos, identificando mais objetivamente os seus interesses, as suas funções e de que maneira eles poderiam se articular para promover a atividade turística no município, proporcionando uma maior distribuição e conhecimento sobre a arquitetura modernista e, deste modo, contribuindo para a valorização do patrimônio do município de Cataguases.

7. REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, F. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In Bresser Pereira, L. & Spink, P. (Orgs). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*, pp. 173-201. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALMEIDA, F. F. N. Desafios e Perspectivas da Gestão do Patrimônio Cultural no Brasil. *Architecton - Revista de Arquitetura e Urbanismo*. v. 04, n. 07, pp. 24-35, 2014.
- AMPARÁN, A. C. La teoría de los campos en Pierre Bourdieu. *Polis* 98, p.179-200, 1998. <https://polismexico.izt.uam.mx/index.php/rp/article/view/345/340>
- ANDRADE JUNIOR, A. Uma associação comunitária, um conselho de patrimônio e uma prefeitura: o “tombamento frustrado” do Contagem Itaboraí Clube. *Patrimônio e Cultura*. São Paulo, Unesp, v. 12, n. 1, pp. 179-202, 2016.
- ARCHER, M.S. Morphogenesis versus structuration: on combining structure and action. *The British Journal of Sociology*, p. 225-252, 2010. DOI: 10.1111/j.1468-4446.2009.01245.x.
- ARRETCHE, M. T. S. POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS*, v. 14, n. 40, pp. 111-141, 1999.
- BENI, M. C. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 13. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.
- BIFANO-OLIVEIRA, M. C. *Acción Colectiva en el Campo Turístico y su influencia en la Agenda de Políticas Públicas en Juiz de Fora/Brasil y Mazatlán/México*. Tesis de Maestría. Universidad Autónoma de Sinaloa, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Culiacán, Sinaloa, 2016.
- BIFANO-OLIVEIRA, M. C.; PIMENTEL, T. D. El Campo Turístico de la ciudad de Quito (Ecuador): un análisis del capital de sus agentes y de la (posible) acción colectiva sobre las políticas de turismo como objeto de disputa. *Investigaciones Turísticas*, n.12, pp.183-209, 2016. <http://dx.doi.org/10.14198/INTURI2016.12.09>
- BOMFIM, N.R.; ARGÔLO, D.S. Análise discursiva da relação entre atividade turística, apropriação do território e patrimônio: contribuições para o planejamento sustentável do turismo na Bahia-Brasil. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. v. 7, n. 2, pp. 297-305, 2009.
- BOMFIM, N. R. Uma perspectiva educacional da relação entre cultura e ambiente. In: *Encontro de Geografia da UNICSUL, Território, Sociedade e Meio Ambiente*, São Paulo, 2006.
- BOURDIEU, P. Entrevista a Pierre Bourdieu. La lógica de los campos. *Zona Erógena*, n. 16, pp.1-14, 1993.
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, P. *Poder, Derecho y Clases Sociales*. España: Desclée de Brouwer, 2001.
- BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: Bourdieu, P., *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, pp.149-159, 2004.
- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2008.

BRAMWELL, B. Partnerships, Participation, and Social Science Research in Tourism Planning. In: Alan A. Lew, C. Michael Hall, Allan M. Williams. *A Companion to Tourism*. Chapter 43. Blackwell Publishing Ltd, 2004.

BRANDÃO, P.M.; BALDI, M.; ALBAN, M. (Des)Centralização da gestão pública do turismo brasileiro: análise da participação dos atores privados no Conselho Nacional de Turismo. *Tourism & Management Studies*, Universidade do Algarve, Faro, Portugal. v. 10 (Special Issue), pp. 193-199, 2014.

CAMPOS, P.H.F.; LIMA, R.C.P. Capital Simbólico, Representações Sociais, Grupos e o Campo do Reconhecimento. *Cadernos de Pesquisa*, v.48, n. 167, pp.100-127, 2018.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. *Texto para discussão 1686*. Brasília: IPEA, 2011.

CARVALHO, K.D. Lugar de Memória e Políticas Públicas de Preservação do Patrimônio: Interfaces com o Turismo Cultural. *Revista Turismo Visão e Ação*, v.13, n.2, pp. 149-165, 2011.

CARVALHO, F. C. C.; SILVA, C. C. B.; GARCIA, A. P. P.; DUQUE, F. P. “Juntos Faremos”: Deliberação como Alternativa de Gestão na Administração Pública. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 7, n. 2, pp. 63-71, 2015.

CARVALHO, F.C.C. *Producción e Institucionalización del conocimiento en el Sub-campo Académico del turismo en Brasil y México*. Tese (doutorado), Universidad Autónoma de Sinaloa, Culiacán/México, 2018.

CATAGUASES. Lei 4570/2018. Código Municipal de Turismo. 23 de dezembro de 2018. Acessado em 08/2019. Disponível em: http://cataguases.mg.gov.br/portalsysweb.online/app/transparencia/legislacao-municipal/leis-ordinarias/doc-pdf/?str_doc_pdf=4570-2018.pdf

CATAGUASES. Lei Orgânica do Município de Cataguases – MG. 05 de novembro de 2012. Acessado em 08/2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/cataguases/lei-organica/2012/1/1/lei-organica-n-1-2012-lei-organica-do-municipio-de-cataguases-mg> .

CATAGUASES. Lei 4576/2019. Lei Orgânica da Secretaria de Cultura que dispõe sobre a proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural no Município de Cataguases – MG Acessado em 08/2019. Disponível em: <http://www.cataguases.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Jornal-Cataguases-de-26-de-maio-de-2019.pdf>

CATAGUASES. Lei 3546/2006. Plano Diretor Participativo de Cataguases. 10 de outubro de 2006. Acessado em 08/2019. Disponível em: <http://www.cataguases.mg.gov.br/plano-diretor-municipal/>

CATAGUASES. Lei 3746/2009. Programa Municipal de Incentivo à Cultura, denominado LEI ASCÂNIO LOPES. 26 de junho de 2009. Acessado em 08/2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/c/cataguases/lei-ordinaria/2009/375/3746/lei-ordinaria-n-3746-2009-cria-o-programa-municipal-de-incentivo-a-cultura-denominada-lei-ascanio-lobes-e-da-outras-providencias>

CHAVES, M. P. *A Institucionalização das Políticas Públicas de Turismo em Âmbito Municipal no Brasil*. 287 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Lavras (UFLA). Lavras: MG, 2011.

CHUVA, M. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: Chuva, M; Nogueira, A. G. R. (Org.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, pp. 67-78, 2012.

COSTA, G.P. Heranças patrimonialistas, (dis)funções burocráticas, práticas gerenciais e os novos arranjos do Estado em rede: entendendo a configuração atual da administração pública brasileira. 253 f. Tese (doutorado), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2012.

COUTO, T.S. Patrimônio modernista em Cataguases: razões de reconhecimento e o véu da crítica. *Arquitextos*, ano. 05, nov. 2004. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.054/527>

DIMAGGIO, P.J.; POWELL, W.W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, pp. 74-89, 2005.

EMMENDOERFER, L. A Política Pública de Regionalização do Turismo em Minas Gerais: os circuitos turísticos. *Turismo em Análise*, v. 19, n. 2, pp. 221-240, 2008.

EMMENDOERFER, M.L.; SOARES, E.B.S.; SILVA, E.A.; LIMA, A.A.T.; GAVA, R.; MONTEIRO; L.P. Desenvolvimento Turístico Regional e Destinos Indutores-Um Problema de Intergovernabilidade no Contexto Público Brasileiro? In: XXXVI Encontro ANPAD. Rio de Janeiro, 2012.

ENDRES, A.V.; MATIAS, E. A trajetória das políticas de turismo a partir das perspectivas do institucionalismo histórico: o caso da Paraíba. *Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR*, Penedo, v. 8, n. 1, pp. 221-235, 2018. DOI: 10.2436/20.8070.01.86

EVANS, P.B. Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. *Revista de Economia Contemporânea*, n. 4, pp. 51-85, 1998.

FARAH, M.F.S. Administração pública e políticas públicas. *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro v. 45, n.3, pp. 813-36, 2011.

FERMINO, A. Representações sociais sobre o patrimônio cultural em Mariana: práticas, concepções e disputas de poder na apropriação e legitimação social dos bens culturais. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Minas Gerais, 2017.

FREDDI, G. Organização, Teoria da. In. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*, [trad. Carmen C., Varriale et al]. Editora UNB, v. 1, 11. Ed. (1998[1983]).

FONSECA, F.C.P. O curso de Administração Pública. FGV/81: percurso, sugestões e dilemas. Relatório de pesquisa 05. São Paulo: Eaes/FGV, 2008.

FRIEDBERG, E. Les quatre dimensions de l' action organisée. *Revue Française de Sociologie*, v. 33, n. 4. 1996.

FUCHS, A.M.S.L.; OLIVEIRA, F.F. ICMS turístico e novas possibilidades de desenvolvimento regional para o Estado de Minas Gerais. In: 5º Congresso Latino Americano de Investigação Turística, 2012.

GAITÁN, S. B. M. Autenticamente de Tafí Del Valle? Aprofundando em Campo para Decifrar a Construção de Produtos Turísticos. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, v. 2, n. 2, pp. 20-32, 2012.

- GETZ, D. Capacity to Absorb Tourism: Concepts and Implications for Strategic Planning. *Annals of Tourism Research*, v. 10, pp. 239-263, 1983.
- GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4^a. ed.). São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A.C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (6^a. ed.) São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, C.S. Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. XXIII, pp.37-49, 2012.
- GURVITCH, G. *The Spectrum of Social Time*. 1964.
- HALL, C. M. *Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships*. Harlow: Prentice Hall, 2000.
- HENRIQUES, C. *Turismo cidade e cultura: planejamento e gestão sustentável*. Edições Sílabo: Lisboa, 2003. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/6876/2/cap%20IV.pdf> Acessado em set/2018.
- HOBBSAWM, E. *The invention of tradition*. Cambridge University Press. 1983.
- HOOD, C. A public management for all seasons? *Public Administration*, v. 69, n. 1, pp. 3-19, 1991.
- IGNARRA, L.R. *Fundamentos do Turismo*. 2.ed. Pioneira, Thompson Learning, 2003.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>. Acesso em 11 de novembro de 2018.
- KEOGH, B. Public Participation in Community Tourism Planning. *Annals of Tourism Research*, v. 17, pp. 449-465, 1990.
- LASH, S.; URRY, J. *Economies of Signs and Space*. SAGE Publications Ltd., London, 1994.
- LAWRENCE, T.B. Power, Institutions and Organizations. (chapter 6). In: Royston Greenwood, Christine Oliver, Roy Suddaby & Kerstin Sahlin. *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism*. Sage Publications Ltd. pp. 170-197, 2008.
- MACCANNEL, D. *The Tourist, A new theory of the leisure class*. University of California Press, Berkeley, 1999.
- MARCH, J.G.; OLSEN, J.P. Neo-Institucionalismo: Fatores Organizacionais na Vida Política. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, n. 31, pp. 121-142, 2008.
- MATA, G.M.F.; PIMENTEL, T.D.; EMMENDOERFER, M.L. Teoria do campo social e políticas públicas: o caso do Conselho Gestor de Turismo de Juiz de Fora, MG, Brasil. In: *Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, v. 10, n. 2, pp. 332-354, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i2p332>
- MCKERCHER, B.; E HO, P. S. Y. Assessing the Tourism Potential of Smaller Cultural and Heritage Attractions. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 14, n. 5, pp.473-488, 2006.
- MCKINLEY, W. Organizational Theory Development: Displacement of Ends? *Organization Studies*, v. 31, n.01, pp. 47-68, 2010. DOI: 10.1177/0170840609347055
- MELO, A.; CARDOZO, P. F. Patrimônio, Turismo Cultural E Educação Patrimonial. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n.133, pp. 1059-1075, 2015.

MEYER, J.W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, pp. 340-363, 1977.

MIELKE, E.J.C.; SILVA, J.A.S. A cooperação no desenvolvimento de destinos turísticos: importância como política pública e como instrumento propulsor na comercialização de produtos turísticos locais. In: *Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR*, Penedo, v.7, n. 2, pp. 3-21, 2017. DOI: 10.2436/20.8070.01.52

MELLO, F. A. O. Cataguases e suas Modernidades. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília. Brasília, DF. 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO (2019). Programa de Regionalização do Turismo. Mapa do Turismo. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=272

MOTTA, L. Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990. 173f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento), Centro de Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro: UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, F.B.; SANT'ANNA; A.S.; VAZ, S.L. Liderança no contexto da nova administração pública: uma análise sob a perspectiva de gestores públicos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública – RAP*. Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, pp. 1453-75, 2009.

PAES DE PAULA, A. P. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 1, 2005.

PELEGRINI, S.C.A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. *História* [online]. v. 27, n. 2, pp. 145-173, 2008.

PEREIRA, D. C. A cidade-patrimônio de Oeiras-PI e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no século XXI. In: *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 9, n.16, pp. 142-164, 2017. <http://dx.doi.org/10.15210/rmr.v8i14.7485>

PEREIRA, D. C. *Cidades-patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil*. 2015. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PEREIRA, D.C. Cidade, Patrimônio e Território: as Políticas Públicas Federais de Seleção no Brasil do Século XXI. *Rev. CPC*, São Paulo, n. 21, pp. 36-70, 2016.

PIMENTEL, T. D. *Espaço, Identidade e Poder: esboço de uma teoria morfogenética e morfostática para a sociologia das organizações*. 2012. 473f. Tese Doutorado (Ph.D.) – Instituto de Ciências Humanas/ICH, Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. Juiz de Fora (MG), 2012.

PIMENTEL, T. D. Bourdieu, Campo Turístico y sus Implicaciones para la Gestión de los Destinos Turísticos. In: *VI Congreso Latinoamericano de Investigación Turística*, pp. 1-8, 2014.

PIMENTEL, T. D. Bourdieu, campo turístico y sus implicaciones para la gestión de los destinos turísticos. In: GAMBOA, S.F.; CAMPAÑA, L.M.F. (Org.), *Turismo en el sur de Sinaloa*. 1ed.Mazatlán/Escuinapa (Sinaloa): Ediciones EON, v. 1, pp. 244-251, 2015.

- PIMENTEL, T. D. Una Perspectiva Sociopolítica para el Análisis de los Destinos Turísticos en Base al Concepto de Campo Turístico. *Revista Gestión Turística, Universidad Austral de Chile*, v. 26, n. 2, (no prelo), 2016.
- PIMENTEL, T. D.; RODRÍGUEZ, R. S. Uma Perspectiva Realista Crítica Sobre Ação Coletiva em Economia. *Revista de Economia Política/REP*, v. 37, n. 1, 2017.
- PIMENTEL, T. D.; BIFANO-OLIVEIRA, M.C.; FERES, E.M.L.; CARVALHO, F.C.C.; MATA, G.M.F. Participação democrática na gestão pública descentralizada: uma análise da formação de agenda em conselhos municipais de turismo. In: *Actas del XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología/ALAS*, Montevideo (Uruguay): ALAS, 2017.
- PIMENTEL, T. D.; CARVALHO, F. C.; BIFANO-OLIVEIRA, M. C.; FERES, E. M. L. Qualidade e efetividade em espaços de participação social: análise do caso de um Conselho Gestor de Turismo no Brasil. In: *9o Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)*, 2017.
- PIMENTEL, T. D.; PIMENTEL, M.P.C. Destino turístico como construção coletiva: os atores envolvidos e sua necessidade de articulação. In: *5º Congresso Latino-Americano de Investigación Turística*. EACH/USP. São Paulo, 2012.
- PINTO, J.F.; SANTOS, L.T. Administração Pública Brasileira no Século XXI: caminhamos para alguma reforma? *Administração Pública e Gestão Social - APGS*, v. 9, n. 3, 2017, pp. 205-215, 2017.
- RIBAS, J.A.N.; MEZA, M.L.F.G. Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas: espaços de consolidação da administração pública societal? *Administração Pública e Gestão Social - APGS*, v. 10, n. 1, pp. 45-54, 2018.
- RITZER, G. *Teoria Sociológica Contemporânea*. Cultura livre: México, 1997.
- ROSA, L.R.O.; PASSADOR, J.L. Planejamento estratégico como ferramenta de gestão do patrimônio cultural brasileiro. *Museologia e Patrimônio - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Unirio, MAST*, v.10, n.1, pp. 12-31, 2017.
- ROSVADOSKI-DA-SILVA, P.; ARANTES, V.A.; SILVEIRA, S.F.R.; GAVA, R. Análise do ICMS Turístico pela Perspectiva do Ciclo Político em Minas Gerais. In: *VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – Enapegs*, pp. 1-18, 2013.
- SANTANA, A. Patrimonio Cultural y Turismo: Reflexiones y Dudas de un Anfitrión. *Revista Ciencia y Mar*, v. 6, pp. 37-41, 1998.
- SANT’ANNA, M. A cidade-patrimônio no Brasil: Lições do passado e desafios contemporâneos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN*, v. 35, 2017.
- SANTOS, S.R. Revisitando conceitos sobre políticas públicas e gestão do turismo em cidades. *Revista de Turismo Contemporâneo –RTC*, Natal. v. 4, n. 2, pp. 286-306, 2016.
- SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. *A Modernidade Perene de Cataguases*. Belo Horizonte, Novembro/2013. EDIÇÃO ESPECIAL Secretaria de Estado de Cultura, 2013
- POLO AUDIOVISUAL ZONA DA MATA. *Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local, Zona da Mata-MG*, 2014. Disponível em http://www.poloaudiovisual.org.br/Plano_de_Developolvimento_do_Arranjo_Produtivo_Local_-_APL_Polo_Audiovisual_jun_2015.pdf

SECRETARIA DE TURISMO DE MINAS GERAIS; OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE MINAS GERAIS Anuário 2017. Belo Horizonte, 2017. Disponível em https://seturmg.wixsite.com/observatorioturismo?fbclid=IwAR0rwjo_pk1--hVNh44I6trxdPD6zNMNUb_AqZLMzW0uuT8BJLe2GpCDUlk. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

SILVA, A.C.R.; SIMONIAN, L.T.L. A política patrimonial atual do Brasil e a gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.10, n.18, pp. 48-64, 2018.

SILVA, I.P.; BATISTA, N.A. Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa: uma experiência com a dupla abordagem. Artigo de reflexión. *Revista de investigaciones UNAD*. Bogotá, Colômbia. v. 14, n. 2, pp. 75-84, 2015.

SILVA, R.R.S.; SILVEIRA, M. A. T. Interpretação patrimonial e turismo em centro histórico: uma proposta para o município de, Paraná, Brasil. *Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos*, v. 9, n. 2, pp. 37-47, 2015.

SOARES, E.B.S., EMMENDOERFER, M.L., MONTEIRO, L.P., BORGES, A.R. ICMS Turístico e Conselhos Municipais de Turismo: um estímulo à participação social em prol do desenvolvimento turístico em destinos indutores de Minas Gerais? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v.18, n. 61, 2012.

SOCHA, E. Dossiê Pierre Bourdieu. *Revista Cult*, v. 128, n.11, pp. 44-55, 2011. [En línea]. Disponible en <https://revistacult.uol.com.br/home/um-esporte-de-combate/>. Acessado em: 23 de agosto de 2015.

STARBUCK, W. H. *The origins of organization theory*. Chapter 5. pp. 143- 182. Tsoukas, 2003.

STARLING, M.B.L. Patrimônio, participação local e democracia: o papel dos conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais. *Políticas Culturais em Revista*, v. 1, n. 2, pp. 140-156, 2009.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro (RJ), v. 40, n. 1, pp. 27-55, 2006.

TIMOTHY, D; NYAUPANE, G. *Cultural heritage and tourism in the developing world: a regional perspective*. New York: Routledge Taylor & Francis, 2009.

TRONCOSO, C. A. Turismo y patrimonio en la Quebrada de Humahuaca. Lugares, actores y conflictos en la definición de un destino turístico argentino. *PASOS*, v. 9, 2012.

VANESSA DE ARAÚJO AMARAL, V.A.; VILHERNA, R. M. P.; SAYAR, M.; GILBERTI, F.; ZANDONADE, G.; VENEROSO, C. (2016). Desenvolvimento Cataguases. Fundação João Pinheiro.

VANDENBERGHE, F. The real is relational: an epistemological analysis of Pierre Bourdieu's generative structuralism. *Sociological Theory*, v. 17, n. 1, pp. 32-67, 1999.

VANDENBERGHE, F. Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico. Belo Horizonte: UFMG Press, 2010.

VERGARA, S. C. *Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo. Editora Atlas, 2005.

WACQUANT, L.J.D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Rev. Sociologia política*, v. 19, pp. 95-110, 2002.

XAVIER, W. O eterno legado Modernista de Cataguases - MG no passadismo do círculo privilegiado da cultura. Tese (Doutorado em Administração – Estudos Organizacionais e Sociedade). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. 2013.

ZANCHETI, S.M. Financiamento da revitalização urbana na América Latina: uma revisão da teoria e da prática pós 1990. *Textos para Discussão, n. 01*. Olinda: CECI, 2007.

APÊNDICE 1 - REPRESENTANTES POR ENTIDADE COMTUR

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	CONSELHEIRO TITULAR
1. Secretaria de Cultura e Turismo	http://www.cataguases.mg.gov.br/secretaria-de-cultura-e-turismo/	Fausto Adriano de Paula Menta
2. Secretaria de Fazenda	http://www.cataguases.mg.gov.br/secretaria-de-fazenda/	Neimar Garcia de Oliveira
3. CATRANS	Não existe	Vanderlúcio de Souza Rodrigues
4. Secretaria de Educação	http://www.cataguases.mg.gov.br/secretaria-de-educacao/	Flávia Aparecida Lobo de Paula
5. Secretaria de Assistência Social	http://www.cataguases.mg.gov.br/secretaria-assistencia-social/	Mario Ferreira de Almeida Junior
6. Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Naturais	http://www.cataguases.mg.gov.br/secretaria-de-agricultura-e-meio-ambiente/	Emanuel Wallamberg Menezes de Oliveira
7. Secretaria de Saúde	http://www.cataguases.mg.gov.br/secretaria-de-saude/	Ana Lúcia da Silva Dias
8. Agência de Viagem	https://www.facebook.com/kataturismo/	Guilherme Luiz Pinheiro Campos
9. Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases	http://cataguases.cdls.org.br/	Marcelo Leone Miranda Farjado
10. Associação do Comércio e Indústria de Cataguases	Não existe	Mírian Machado da Silva Lemos
11. Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases	http://www.fecomerciomg.org.br/sindicatos/sindicatos-filiados/sindicato-do-comercio-de-cataguases/	Karla da Silva Bonifácio
12. Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares	https://www.sinthac.org.br/	Ronaldo Willian Moreira Valverde
13. EMATER	http://www.emater.mg.gov.br/	Oneide Aparecida Ferreira
14. Instituto Francisca de Souza Peixoto	https://www.chica.org.br/	José Francisco Alves de Souza

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

APÊNDICE 2 - REPRESENTANTES POR ENTIDADE COMPAC

INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO	CONSELHEIRO TITULAR
1. Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Cataguases	http://www.cataguases.mg.gov.br/secretaria-de-cultura-e-turismo/	Fausto Adriano de Paula Menta
2. Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Cataguases – DEMPHAC	Não existe	José Luiz Batista
3. 6ª Subseção OAB/MG	https://www.oabmg.org.br/Principal/index	Janete Mouzinho
4. Secretaria Municipal de Educação	http://www.cataguases.mg.gov.br/secretaria-de-educacao/	Irvânia Araújo Marques de Oliveira
5. Câmara Municipal de Cataguases	http://www.cmcataguases.com.br/	Rogério de Oliveira Ladeira
6. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura	http://www.cataguases.mg.gov.br/secretaria-de-agricultura-e-meio-ambiente/	Marco Aurélio Moreira D’uva Venditti
7. CREA/MG- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais	http://www.crea-mg.org.br/	André Carvalho Tartágua
8. UAMC-União das Associações de Moradores de Cataguases	Não existe	Cláudio Amâncio Luiz
9. Secretaria Municipal de Obras	http://www.cataguases.mg.gov.br/secretaria-de-obras/	Krystiane Mendes de Paula
10. Escolas de Ensino Superior em Cataguases – Faculdades Integradas de Cataguases-FIC/Grupo UNIS	http://fic.unis.edu.br/	Valmir Gonçalves

Fonte: elaboração própria com base em dados da pesquisa, 2019.

APÊNDICE 3 – ENTREVISTADOS REPRESENTANTES DO COMTUR E DO COMPAC

Organização representada	Entrevistado¹⁹	Cargo	Conselho	Data da entrevista
Secretaria de Cultura e Turismo	Fausto Adriano de Paula Menta	Secretário Municipal de Cultura e Turismo	COMTUR e COMPAC	15/04/19
Secretaria de Fazenda	Neimar Garcia de Oliveira	Contador	COMTUR	15/04/19
CATRANS - Cataguases Trânsito	Vanderlúcio de Souza Rodrigues	Recepcionista	COMTUR	10/04/19
Secretaria de Educação	Flávia Aparecida Lobo de Paula	Professora	COMTUR	12/04/19
	Irvânia Araújo Marques de Oliveira	Professora	COMPAC	12/04/19
Secretaria de Assistência Social	Mario Ferreira de Almeida Junior	Fiscal sanitário	COMTUR	10/04/19
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agricultura	Emanuel Wallamberg Menezes de Oliveira	Agente	COMTUR	21/03/19
	Thiago Pinheiro Nunes	Coordenador de apoio 1	COMPAC	21/06/19
Secretaria de Saúde	Ana Lúcia da Silva Dias	Técnica em enfermagem	COMTUR	12/04/19
Agências de Turismo	Guilherme Luiz Pinheiro Campos	Proprietário de Agência de Viagens	COMTUR	15/04/19
EMATER-MG	Oneide Aparecida Ferreira	Extensionista de bem estar social	COMTUR	10/04/19
Instituto Francisca de Souza Peixoto - Instituto Chica	José Francisco Alves de Souza	Coordenador da Secretaria de Cultura e Turismo	COMTUR	05/11/18
Câmara dos Diretores Lojistas de Cataguases (CDL)	Marcelo Leone Miranda Farjado	Proprietário de Clínica Veterinária	COMTUR	22/03/19
Sindicato do Comércio e Indústria de Cataguases	Mirian Machado da Silva Lins	Proprietária de hotel	COMTUR	26/03/19
Sindicato do Comércio Varejista de Cataguases	Karla da Silva Bonifácio	Secretaria	COMTUR	08/04/19
Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares Juiz de Fora e Região	Ronaldo Willian Moreira Valverde	Proprietário de hotel	COMTUR	22/03/19
Departamento Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico - DEMPHAC	José Luiz Batista	Coordenador do DEMPHAC	COMPAC	16/08/19
Secretaria de Obras	Krystiane Mendes de Paula	Arquiteta	COMPAC	10/04/19
FIC	Fred Henrique P. de Faria	Diretor	COMPAC	27/03/19
CREA/MG- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia	André Carvalho Tartágua	Proprietário de empresa de cálculos estruturais de obras civis	COMPAC	23/03/19
6ª Subseção OAB/MG	Janete Mouzinho	Advogada	COMPAC	09/04/19
UAMC-União das Associações de Moradores de Cataguases	Cláudio Amâncio Luiz	Presidente da UAMC	COMPAC	16/04/19

¹⁹ Agradecemos a todos os agentes listados pela disposição em responder aos questionamentos levantados e proporcionar as informações solicitadas.

Câmara Municipal de Cataguases	Rogério de Oliveira Ladeira	Vereador	COMPAC	15/04/19
-----------------------------------	-----------------------------	----------	--------	----------

APÊNDICE 4 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Quais são os pontos marcantes na trajetória da sua organização e como eles se relacionam com o TURISMO?
2. Quais os motivos que levam sua organização a participar do COMTUR, qual é o principal objetivo?
3. Como sua organização pretende fazer com que este objetivo seja atingido, e por que ele é importante?
4. Com relação ao tema TURISMO com quais outras organizações a sua mantêm vínculos?
5. Sua organização mantém algum vínculo com o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC), ou com alguma organização que participe do COMPAC?
6. Para a sua organização, quais seriam os pontos de CONVERGÊNCIA do COMTUR em relação à temática do PATRIMÔNIO CULTURAL em Cataguases?
7. Para a sua organização, quais seriam os pontos de DIVERGÊNCIA do COMTUR em relação à temática do PATRIMÔNIO CULTURAL em Cataguases?
8. No seu conhecimento, as organizações que trabalham com o TURISMO na cidade criam conjuntamente acordos com as organizações do PATRIMÔNIO CULTURAL para conseguirem objetivos comuns?
9. Em sua opinião, atualmente que papel desempenha o PATRIMÔNIO CULTURAL no desenvolvimento do TURISMO em Cataguases, e qual o papel que ele deveria desempenhar?
10. A organização que você representa participa, a nível municipal, nas propostas, debates e decisões sobre as políticas públicas de desenvolvimento do TURISMO e/ou nas de PATRIMÔNIO CULTURAL?
11. Que importância tem sua organização no desenvolvimento do TURISMO a nível municipal, regional ou nacional?

APÊNDICE 5 – SÍNTESE DOS CÁLCULOS DO VOLUME DE CAPITAL DO COMPAC

COMPAC	Escala	Capital Cultural	Escala	Capital Social	Escala	Capital Econômico (R\$000)	Volume de Capital	Frequência	Intervenção	Menções	% freq+ interv+ menções	Volume de Capital / efetivo / utilizado
Secretaria Cultura e Turismo	4	Direito	2	Municipal	4	1.018	10	100,0%	23,53%	33,33%	52,3%	5,23
DEMPHAC	4	História	2	Municipal	4	1.018	10	100,0%	17,65%	33,33%	50,3%	5,03
Secretaria de Educação	5	Letras pós-graduado	2	Municipal	5	35.311	12	91,7%	1,96%	11,11%	34,9%	4,19
CREA-MG	5	Engenharia pós-graduado	3	Estadual	4	4.558	12	75,0%	9,80%	11,11%	32,0%	3,84
FIC/Grupo UNIS	5	Fisioterapia pós-graduado	3	Estadual	4	1.500	12	83,3%	7,84%	0,00%	30,4%	3,65
Secretaria Municipal de Obras	4	Arquitetura	2	Municipal	4	4.876	10	91,7%	15,69%	0,00%	35,8%	3,58
OAB Cataguases	4	Advocacia	3	Estadual	5	> 10.000	12	50,0%	5,88%	11,11%	22,3%	2,68
Secretaria Meio Ambiente	5	Biologia Marinha e Mestre	2	Municipal	4	1.409	11	58,3%	9,80%	0,00%	22,7%	2,50
Câmara de vereadores	2	Ensino médio	2	Municipal	4	6.749	8	25,0%	7,84%	0,00%	10,9%	0,88
UAMC	1	Primeiro grau	2	Municipal	1	0,3	4	25,0%	0,00%	11,11%	12,0%	0,48
Total	39		23		39		101					32,05
Média dos participantes (10)	3,90		2,30		3,90		10,10					3,20

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa, 2019.

APÊNDICE 5 – SÍNTESE DOS CÁLCULOS DO VOLUME DE CAPITAL DO COMTUR

COMTUR	Escala	Capital Cultural	Escala	Capital Social	Escala	Capital Econômico (R\$000)	Volume de Capital	Frequência	Intervenção	Menções	% freq+ interv+ meções	Volume de Capital / efetivo / utilizado
Secretaria Cultura e Turismo	4	Direito	2	Municipal	4	1.018	10	100,0%	80,00%	23,07%	67,7%	6,77
ACIC	4	Pedagogia	2	Municipal	2	24	8	85,7%	13,30%	15,38%	38,1%	3,05
Secretaria Fazenda	2	Técnico contabilidade	2	Municipal	5	29.821	9	85,7%	6,70%	7,69%	33,4%	3,00
Secretaria Educação	4	Pedagogia	2	Municipal	5	35.311	11	57,1%	0,00%	7,69%	21,6%	2,38
Fundações Culturais	2	Segundo grau	2	Municipal	3	100	7	100,0%	0,00%	0,00%	33,3%	2,33
EMATER	4	Economia doméstica	3	Estadual	5	306.733	12	50,0%	0,00%	7,69%	19,2%	2,31
Secretaria Meio Ambiente	2	Técnico de segurança do trabalho	2	Municipal	4	1.409	8	57,1%	0,00%	15,38%	24,2%	1,93
Secretaria Assistência Social	4	Dança	2	Municipal	4	3.486	10	42,9%	0,00%	15,38%	19,4%	1,94
Agentes de Viagem	3	Administração incompleto	2	Municipal	3	960	8	50,0%	0,00%	0,00%	16,7%	1,33
CDL	4	Veterinário	2	Municipal	3	240	9	28,6%	0,00%	7,69%	12,1%	1,09
Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares	3	economia incompleto	2	Municipal	3	1	8	28,6%	0,00%	7,69%	12,1%	0,97
Secretaria Saúde	2	Técnica em enfermagem	2	Municipal	5	55.115	9	21,1%	0,00%	7,69%	9,6%	0,86
CATRANS	1	Primeiro grau	2	Municipal	3	594	6	21,1%	0,00%	0,00%	7,0%	0,42
Sindicato do Comércio Varejista	2	Segundo grau	2	Municipal	2	24	6	14,3%	0,00%	0,00%	4,8%	0,29
Total		41		29		51	121,00	400,0%				28,68
Média dos participantes (14)		2,93		2,07		3,64	8,64	28,6%				2,05

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa, 2019.